



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

GISEANI BEZERRA DA SILVA

**A INDEXAÇÃO DA INFORMAÇÃO JURÍDICA: mapeamento sistemático na área
de Ciência da Informação**

RECIFE

2023

GISEANI BEZERRA DA SILVA

**A INDEXAÇÃO DA INFORMAÇÃO JURÍDICA: mapeamento sistemático na área
de Ciência da Informação**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico Recife, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Memória e Tecnologia. Linha de Pesquisa: Comunicação e Visualização da Memória.

Orientador: Prof. Dr. Renato Fernandes Corrêa.

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Mariângela Spotti Lopes Fujita.

RECIFE

2023

Catálogo na fonte
Bibliotecária Lillian Lima de Siqueira Melo – CRB-4/1425

S586i	Silva, Giseani Bezerra da A indexação da informação jurídica: mapeamento sistemático na área de Ciência da Informação / Giseani Bezerra da Silva. – Recife, 2023. 153f.: il. Sob orientação de Renato Fernandes Corrêa. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2023. Inclui referências. 1. Representação da informação. 2. Indexação. 3. Informação jurídica. 4. Documentação jurídica. I. Corrêa, Renato Fernandes (Orientação). II. Título. 020 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2023 -110)
-------	--

GISEANI BEZERRA DA SILVA

A INDEXAÇÃO DA INFORMAÇÃO JURÍDICA: mapeamento sistemático na área de Ciência da Informação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico Recife, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Memória e Tecnologia. Linha de Pesquisa: Comunicação e Visualização da Memória.

Aprovado em: 27/ 04/ 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Renato Fernandes Corrêa (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. Fábio Assis Pinho (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dra. Márcia Ivo Braz (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

A minha amada Mãe, Madalena, por ser meu tudo e por todo amor incondicional devotado a mim.

A minha irmã, Niedja, por sempre me apoiar e ser meu amparo quando os dias ficam cinzas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sempre derramar inenarráveis bênçãos sobre mim, por toda sabedoria e força para, mesmo diante dos maiores percalços, nunca desistir.

A minha família, pelo apoio, carinho e compreensão, sobretudo a minha Mãe e a minha irmã, Niedja Bezerra.

Aos colegas e amigos da Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Exatas e da Natureza (CCEN/UFPE), sobretudo a Vimário e Luiza, por toda compreensão e apoio na conquista desse sonho.

A meu orientador, Prof. Renato Fernandes Corrêa, e a minha coorientadora, a Profa. Mariângela Fujita, por todos os ensinamentos, pela paciência, compromisso e dedicação ao longo da supervisão e orientação desta pesquisa.

Aos colegas do PPGCI/UFPE, em especial a LÍlian Melo e Wheldson Rodrigues, pela amizade, apoio e parceria durante o curso de mestrado.

Enfim, meu obrigada a todos que fizeram parte, mesmo que de maneira indireta, do desenvolvimento desta jornada acadêmica.

“Não existe arte que ensine a ler no rosto as feições da alma.”
(SHAKESPEARE, 2016, p. 41).

RESUMO

Aborda a temática do tratamento da informação, mais precisamente, a indexação da informação jurídica, com base na questão: Como a Ciência da Informação tem produzido e disseminado conhecimento científico sobre a temática indexação da informação jurídica? Apresenta como objetivo geral a análise da produção científica sobre o tema indexação da informação jurídica na área de Ciência da Informação (CI), por intermédio dos objetivos específicos de elaborar um mapeamento sistemático da literatura e identificar um panorama das publicações em CI sobre indexação da informação jurídica. Quanto aos procedimentos metodológicos, ela é de natureza teórica, com seus objetivos pautados em pesquisa exploratória e descritiva; apresentando dados qualitativos e, eventualmente, quantitativos. O método utilizado é o de Mapeamento Sistemático de Literatura, a partir de buscas realizadas nas principais bases de dados da área: BRAPCI (Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação), LISTA (Library, Information Science and Technology Abstracts), Redalyc (Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal), SciELO (Scientific Electronic Library Online), Scopus e Portal de Periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). A partir das observações e dos resultados obtidos a partir da execução desta pesquisa, resta nítida a escassez de publicações científicas, dentro do limite temporal de 2002 a 2022, que contemplam a indexação no domínio jurídico na área da Ciência da Informação. Conclui-se que a maior parte dos artigos selecionados para análise, trazem estudos que avaliam e comparam o serviço de indexação já instalado em determinada instituição. Não obstante, percebe-se que há esforços por parte dos autores em desenvolver ou até mesmo aprimorar instrumentos facilitadores que auxiliem o usuário a ter uma recuperação de busca da informação cada vez mais eficiente, seja ela em formato de doutrina, acórdão, legislação ou jurisprudência. Portanto, baseado nos dados mostrados nesta pesquisa, sugere-se que as bibliotecas e centros de informação (que trabalham com indexação no domínio jurídico) promovam o fortalecimento do diálogo e a interdisciplinaridade entre a Biblioteconomia, a Ciência da Informação e o Direito, na busca do aperfeiçoamento de práticas profissionais que impactarão de maneira positiva a experiência e a satisfação do usuário ao utilizar os serviços de recuperação da informação.

Palavras-chave: representação da informação; indexação; informação jurídica; documentação jurídica.

ABSTRACT

It addresses the subject of information processing, more precisely, the indexing of legal information, starting from the question: How has Information Science produced and disseminated scientific knowledge on the subject of indexing of legal information? It presents as a general objective the analysis of the scientific production on the subject indexing of legal information in the area of Information Science (CI), between two specific objectives of elaborating a systematic mapping of the literature and identifying an overview of publications in CI on indexing of legal information . As for the methodological procedures, it is of a theoretical nature, with its objectives established in exploratory and descriptive research; present qualitative and eventually quantitative data. The method used is the Systematic Mapping of Literature, based on searches carried out in the main databases of the area: BRAPCI (Referential Database of Newspaper Articles in Information Science), LISTA (Library, Information Science and Technology Abstracts), Redalyc (Network of Scientific Journals from Latin America and the Caribbean, Spain and Portugal), SciELO (Scientific Electronic Library Online), Scopus and Portal de Periódicos CAPES (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel). Based on the observations and two results obtained with the execution of this research, it is clear the scarcity of scientific publications, within the period of 2002 to 2022, that contemplate indexing in the legal domain in the area of Information Science. It is concluded that most of the articles selected for analysis bring studies that evaluate and compare the indexing service already installed in a given institution. However, it is noticed that there are efforts on the part of the authors to develop or even improve facilitating instruments that help the user to have an increasingly efficient information search recovery, be it in the form of doctrine, judgment, legislation or jurisprudence . Therefore, based on the data shown in this research, it is suggested that libraries and information centers (which work with indexing in the legal domain) promote the strengthening of dialogue and interdisciplinarity between Librarianship, Information Science and Law, in the search for the improvement of professional practices that will positively impact the user's experience and satisfaction when using information retrieval services.

Keywords: information representation; indexing; legal information; legal documentation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Correntes Teóricas do T.T.I.	36
Figura 2 -	Exemplos de capas de livros da área jurídica	58
Figura 3 -	Exemplos de contracapas de livros da área jurídica	59
Figura 4 -	Exemplos de orelhas de livros da área jurídica	59
Figura 5 -	Exemplos de anverso de folhas de rosto de livros da área jurídica	60
Figura 6 -	Exemplos de verso de folhas de rosto de livros da área jurídica	61
Figura 7 -	Exemplos de apresentações de livros da área jurídica	62
Figura 8 -	Exemplos de prefácios de livros da área jurídica	63
Figura 9 -	Exemplo de sumário de livro da área jurídica	64
Figura 10 -	Exemplos de capítulos - desenvolvimento do texto de livros da área jurídica	65
Figura 11 -	Exemplos de artigos de periódico impresso da área jurídica	66
Figura 12 -	Exemplos de artigos de periódico digital da área jurídica	67
Figura 13 -	Interface da lista de Tesouros Jurídicos no site Infolegis	71
Figura 14 -	Interface de busca do TesJMU	73
Figura 15 -	Interface de busca do Tesouro Jurídico do STJ	74
Figura 16 -	Interface de busca do TSTF	75
Figura 17 -	Interface de busca do WebThes	76
Figura 18 -	Interface do National Criminal Justice Thesaurus	77
Figura 19 -	Capa do National Criminal Justice Thesaurus	78
Figura 20 -	Interface de busca do Tesouro Cooperativo de Derecho Argentino	79
Figura 21 -	Interface de busca do Tesouro de la Suprema Corte de Justicia de la Nación	80
Figura 22 -	Artigos científicos recuperados nas bases de dados consultadas	95
Figura 23 -	Interface de busca na BRAPCI	97
Figura 24 -	Interface de busca avançada na base LISTA	100
Figura 25 -	Interface de busca na base Redalyc	102
Figura 26 -	Interface de busca na SciELO	104

Figura 27 -	Interface de busca na base Scopus	106
Figura 28 -	Interface de busca avançada no Portal de Periódicos CAPES - 1	107
Figura 29 -	Interface de busca avançada no Portal de Periódicos CAPES - 2	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Descrição de Organização da Informação e Organização do Conhecimento	34
Quadro 2 -	Tipos de Indexação	42
Quadro 3 -	Etapas da Indexação: quadro comparativo por autores	45
Quadro 4 -	Passos do Mapeamento Sistemático de acordo com os autores norteadores desta pesquisa	88
Quadro 5 -	Protocolo do Mapeamento Sistemático de Literatura	90
Quadro 6 -	Artigos recuperados na BRAPCI incluídos a partir da leitura do título	98
Quadro 7 -	Artigos recuperados na base LISTA incluídos a partir da leitura do título	101
Quadro 8 -	Artigos recuperados na base Redalyc incluídos a partir da leitura do título	103
Quadro 9 -	Artigos recuperados na base SciELO incluídos a partir da leitura do título	105
Quadro 10 -	Artigos recuperados na base Scopus incluídos a partir da leitura do título	106
Quadro 11 -	Artigos recuperados no Portal de Periódicos CAPES incluídos a partir da leitura do título	109
Quadro 12 -	Artigos excluídos da pesquisa a partir da análise dos seus respectivos resumos	110
Quadro 13 -	Artigos selecionados para a pesquisa a partir da análise dos seus respectivos resumos	111
Quadro 14 -	Relação de artigo excluído após a leitura na íntegra	114
Quadro 15 -	Artigos selecionados após a leitura na íntegra	126
Quadro 16 -	Autores e data das publicações selecionadas	132
Quadro 17 -	Quantidade de artigos por periódico	137

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Percentual de artigo publicado por autor(a)	133
Gráfico 2 -	Instituição a qual o(a) autor(a) está vinculado(a)	134
Gráfico 3 -	Ano de publicação dos artigos	136
Gráfico 4 -	Quantidade de artigo publicado por periódico científico	137

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	INDEXAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICA	26
2.1	Informação Jurídica	26
2.2	Indexação	33
2.3	Indexação da Informação Jurídica	49
3	METODOLOGIA	81
3.1	Mapeamento Sistemático de Literatura: breves considerações	82
3.2	Desenvolvimento das etapas do Mapeamento Sistemático	89
4	ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	95
4.1	Seleção por título dos artigos coletados nas bases de dados	96
4.2	Exclusão e seleção com base nos resumos dos artigos coletados nas bases de dados	110
4.3	Exclusão e seleção a partir da leitura do texto integral dos artigos coletados nas bases de dados	113
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	128
6	CONCLUSÃO	139
	REFERÊNCIAS	144

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios, o trabalho humano e as conquistas eram predominantemente braçais, não exigindo estudos teóricos e recursos informacionais. A comunicação se dava por intermédio de sons, sinais, figuras, dentre outras formas. Grande parte das ações eram executadas a partir de um aprendizado empírico, como um vasto sistema de reproduções de maneira mecânica, sem maiores observações ou registros detalhados que servissem como um marco teórico para posteriores reflexões visando aprimoramento de tais ações.

Entretanto, a história antiga (acerca de dois milênios a.C.) aponta importantes descobertas humanas que remontam à necessidade de organização e tratamento da informação, pois houve grandes avanços civilizatórios. A partir de então, as pessoas passaram a elaborar registros documentais de suas ações, pois perceberam que tais registros eram importantes tanto como meio de transmissão das informações neles contidos, quanto à transferência destas mesmas informações para épocas/momentos vindouros. As informações supracitadas adquiriram vários significados ao longo do tempo, por isso, passaram por diversas formas de tratamento e organização, sempre no intuito de se adaptar à modernidade vigente de cada época.

A informação, segundo Capurro e Hjørland (2007), pode ser conceituada como sendo um conhecimento comunicado, exercendo um verdadeiro protagonismo enquanto núcleo da sociedade atual. Assim, para atender às exigências de um mundo cada vez mais conectado, o número, complexidade e a variedade de documentos tem aumentado exponencialmente, sobretudo, após a conhecida explosão informacional surgida a partir da Segunda Guerra Mundial. Este fator resultou em uma necessidade de organização e de tratamento da informação de modo a ser recuperado o maior número possível de documentos, com um alto nível de relevância, em um intervalo mínimo de tempo. Além de destacar a preponderância de um eficiente tratamento da informação, a explosão informacional também tornou imprescindível o papel do profissional da informação, em especial o bibliotecário, enquanto mediador do binômio informação e usuário.

Podem ser citados também o desenvolvimento constante da produção de conhecimento técnico e científico e a imperiosa necessidade de disseminação da informação que resultou no surgimento da Ciência da Informação enquanto disciplina, por volta do ano de 1950. Neste sentido, Capurro e Hjørland (2007, p. 149) afirmam que “[...] o conhecimento e a sua comunicação são fenômenos básicos de toda sociedade humana, é o surgimento da tecnologia da informação e seus impactos globais que caracterizam a nossa sociedade como uma sociedade da informação”.

De acordo com Saracevic (1996, p. 43), a necessidade de organização da informação surgiu:

[...] uma vez que a ciência e a tecnologia são críticas para a sociedade (por exemplo, para a economia, saúde, comércio, defesa) é também crítico prover os meios para o fornecimento de informações relevantes para indivíduos, grupos e organizações envolvidas com a ciência e a tecnologia, já que a informação é um dos mais importantes insumos para se atingir e sustentar o desenvolvimento em tais áreas. Posteriormente, [a informação] foi estendida a todos os campos, a todas as tarefas humanas e a todos os tipos de empreendimento.

Indubitavelmente, a informação tornou-se um recurso estratégico e de extrema relevância à sociedade atual, com destaque à informação em formato digital. Por conseguinte, o tratamento da informação passou a ser vital ao desenvolvimento dessa sociedade, pois facilita o acesso, a recuperação e a disseminação da informação, visando a qualidade, segurança e relevância dos termos, proporcionando uma resposta com conteúdos mais pertinentes à temática desejada. Os instrumentos utilizados no tratamento da informação não só deveriam separar as informações com qualidade das duvidosas, mas também classificar todas as informações importantes, para uma posterior recuperação eficaz, atendendo exatamente à necessidade do usuário naquele momento, sem que para isso fosse demandado muito tempo. E, “[...] independente da natureza e finalidade para qual a informação é utilizada, é necessário que ela esteja organizada de forma adequada para ter valor quando necessária”. (ROMANI; BORSZCZ, 2006, p. 8).

Tendo surgido no apogeu da revolução científica e técnica que ocorreu logo após a Segunda Guerra Mundial, a Ciência da Informação (CI) pode ser definida, nas palavras de Saracevic (1996, p. 41), como “[...] um campo englobando, tanto a

pesquisa científica quanto a prática profissional, pelos problemas que propõe e pelos métodos que escolheu, ao longo do tempo, para solucioná-los”.

Por estar atrelada a vários ramos do conhecimento, a CI é, em essência, uma ciência interdisciplinar, cuja atuação reside na utilização da informação como matéria-prima na produção do conhecimento humano em suas mais variadas áreas. (TARGINO, 1995).

Para Smit (2003), sempre haverá uma convergência dentre os objetivos concernentes às competências dos profissionais da informação (arquivistas, museólogos, bibliotecários, por exemplo), pois, a missão seria a de tornar a informação acessível, sendo passível de recuperação sempre que necessário.

A escolha da temática indexação da informação jurídica, para ser observada e analisada, justifica-se pelo papel que desempenha na sociedade brasileira, por levar à compreensão de que a área do Direito está inteiramente atrelada à maneira de se fazer política e governar um povo e de dar subsídios ao desenvolvimento econômico e social de um país.

Ora, sabe-se que há uma produção informacional gigantesca nas mais variadas áreas do conhecimento. Com destaque à área jurídica, na qual tem havido um crescimento de produção de informação e conhecimento com proporções que outrora seriam inimagináveis. De certo, tal fenômeno tem ocorrido com maior intensidade nos últimos anos por causa da facilidade de se produzir e publicar textos na internet.

A informação jurídica pode ser conceituada, de acordo com Guimarães (1999, p. 11), como “o conjunto de conteúdos pertencentes ao universo conceitual da Ciência Jurídica, que se expressam por meio das formas documentárias reveladoras da atuação jurídica”. Sendo assim, a informação jurídica traz em seu núcleo a função precípua de estar destinada ao bom funcionamento da sociedade, possibilitando ao público em geral (não sendo restrita apenas aos especialistas na área das Ciências Jurídicas) o conhecimento das regras, direitos e deveres norteadores de um povo ou sociedade, como preceituam Ferreira e Maculan (2018).

Também não pode ser deixado de lado o caráter de transparência da informação assegurada em lei, sobretudo as informações produzidas no âmbito da

administração pública, uma vez que a informação precisa necessariamente estar disponível e acessível aos cidadãos, no intuito de cumprimento de sua função social. A Constituição da República Federativa do Brasil/1988, em seu artigo 5º, e a Lei de nº. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). (FERREIRA; MACULAN, 2018).

No que concerne ao tratamento da informação, as mudanças ocorridas no âmbito da organização e disponibilização do conhecimento acarretam questionamentos sobre as técnicas utilizadas para o tratamento da informação, técnicas tais como a classificação, catalogação e indexação. Como afirma Mendonça (2007, p. 3), a documentação, classificação e indexação são atividades imprescindíveis no momento da recuperação da informação, porque são suas linguagens específicas (linguagem documentária) que podem acrescentar qualidade imensurável na hora da recuperação para o usuário, quando, por seu intermédio, a informação poderá ser transformada em conhecimento.

A partir da necessidade de novos meios para a recuperação da informação, até então os utilizados, “foi abandonada a perspectiva preferencial de recuperação bibliográfica e normalização classificatória e descritiva, buscando-se a construção de linguagens próprias.” (CINTRA, 2002, p. 33). E com o desenvolvimento do saber cada vez mais especializado ou específico, os profissionais da informação sentiram a necessidade de desenvolver instrumentos que aperfeiçoassem as ferramentas anteriormente utilizadas para o tratamento da informação. Surgiram, a partir daí, as linguagens documentárias, e que, desde então, são utilizadas como principais instrumentos de auxílio nas atividades biblioteconômicas no momento em que o bibliotecário passou a desempenhar o papel de mediador entre a informação e o usuário. Tal mediação passou progressivamente a contar com ferramentas básicas como a utilização de vocabulário controlado, tesauro, ontologia, dentre outras.

Deste modo, uma indexação realizada de forma eficaz é um dos variados instrumentos que o bibliotecário poderá utilizar para a organização e recuperação da informação, como afirma Rosetto *et al.* (2002, p. 1):

[...] a indexação requer um trabalho intelectual de análise, síntese e representação, e para determinar os assuntos dos documentos deve-se estar apoiado por uma terminologia que atenda os diversos perfis socioculturais e socioprofissionais dos usuários. [...]. Nesse sentido, a biblioteconomia e a ciência da informação vêm elaborando, ao longo dos

tempos, ferramentas para subsidiar a representação dos conteúdos dos documentos, facilitando a busca e recuperação da informação.

A indexação é uma ferramenta muito utilizada pelos profissionais da informação, pois consiste na descrição do conteúdo temático do documento, por meio de termos estabelecidos e uniformes. Esses termos podem ser consultados através de vocabulários controlados, dos tesauros, das tabelas de classificação, dentre outros. Sendo uma das grandes vantagens de se ter uma indexação adequada a certeza de uma eficiente, relevante e satisfatória recuperação de documentos.

Conforme outrora mencionado, abordou-se a temática indexação da informação jurídica, sob o título: "A Indexação da Informação Jurídica: mapeamento sistemático na área de Ciência da Informação".

O problema da pesquisa foi explicitado a partir da seguinte questão: Como a Ciência da Informação tem produzido e disseminado conhecimento científico sobre a temática indexação da informação jurídica?

Tendo como **objetivo geral** analisar a produção científica acerca do tema indexação da informação jurídica na área de Ciência da Informação e identificar um panorama dessas publicações, ancorado nos **objetivos específicos**:

- a) seleccionar e analisar os dados das publicações científicas recuperadas para identificação de pesquisas, datas dessas publicações, problemas, procedimentos e desenvolvimentos;
- b) identificar os autores mais produtivos e a quais instituições estão vinculados; e,
- c) detectar a distribuição temporal dessas publicações.

Faz-se necessário também destacar que o presente trabalho está intimamente ligado, conforme já é esperado de um trabalho de cunho acadêmico, à linha de pesquisa Comunicação e Visualização da Memória, pertencente ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCI/UFPE). Essa linha de pesquisa encontra-se pautada nas investigações acerca dos processos de comunicação da memória coletiva em distintos segmentos socioculturais, compreendendo a comunicação e a visualização da memória enquanto fenômeno de socialização e de valorização do conhecimento

científico produzido. Ademais, ela também encontra-se voltada aos aspectos práticos e aplicados dessa produção de conhecimento científico, embasados em metodologias e técnicas ligadas à produção, à organização, à recuperação e à disseminação da informação.

Por todo o exposto, a **justificativa** para a realização deste estudo encontra-se respaldada no preponderante papel que a informação jurídica desempenha perante a sociedade, uma vez que a função social do Direito, de acordo com Carvalho (2016), permeia o entendimento dos valores éticos e morais de determinada sociedade, além de impactar e ser impactada pelo cenário político e sociocultural dessa mesma sociedade. Então, pela alta demanda de produção intelectual diária de informação jurídica, o profissional da informação precisa ter domínio sobre o processo de indexação de documentos jurídicos, pois seu nível de conhecimento e competência em relação à indexação dessas informações trará impacto na precisão das buscas realizadas pelo usuário.

Consoante à justificativa, a finalidade deste estudo é de contribuir para o avanço das pesquisas na área, pois apresenta um panorama dos relatos de pesquisas acerca da temática, a partir do mapeamento do que foi produzido e por quem, almejando categorizar os elementos pesquisados do processo de indexação da informação jurídica, tais como: seleção e análise dos dados das publicações científicas recuperadas para identificação de pesquisas, datas das pesquisas, problemas, procedimentos e desenvolvimentos; bem como, a identificação dos autores mais produtivos, a quais instituições estão vinculados; e, detectar a distribuição temporal das publicações.

Esta dissertação está organizada em seções e subseções. A **Seção 1** traz os aspectos gerais da pesquisa, com uma breve contextualização histórica e conceitual sobre a temática, apontando o marco teórico, objetivo geral e objetivos específicos e justificativa.

Então, no intuito de redigir a fundamentação teórica e trazer robustez científica à pesquisa, na **Seção 2**, tem-se alguns dos principais conceitos e fundamentos acerca das fontes de informação jurídica, definições e processo de indexação, bem como, a indexação da informação jurídica, sob a perspectiva da Ciência da Informação. Na Subseção 2.1 (Informação Jurídica), foram explanados

as principais fontes onde podem ser extraídas as informações que são definidas como jurídicas, pois não basta apenas ter sido um conhecimento produzido de maneira aleatória por qualquer operador da área do Direito. Vai além disso, pois é preciso atender a certos critérios definidos pelos estudiosos das áreas da Ciência da Informação, da Biblioteconomia e do Direito. Foram pontuadas as principais características desse tipo de informação, sendo importante destacar que a informação jurídica traz em seu núcleo a função precípua de estar destinada ao bom funcionamento da sociedade, possibilitando ao público em geral (não sendo restrita apenas aos especialistas na área das Ciências Jurídicas) o conhecimento das regras, direitos e deveres norteadores de um povo ou uma sociedade. Já na Seção 2.2 (Indexação), foram trazidas algumas definições acerca do assunto, bem como se dá o seu processo de tratamento e representação da informação.

Na última parte da **Seção 2** (Subseção 2.3 - Indexação da Informação Jurídica), realizou-se uma interseção entre as duas seções anteriores, valendo-se dos estudos basilares a esta pesquisa, dos autores: Lancaster (2004), Fujita (2013), Guimarães (2004), Ferreira e Maculan (2016), Braz (2013) e Reis (2019). Foram tomados como modelo norteador os procedimentos propostos por Guimarães (2004) para análise de assunto (que é uma das etapas do processo de indexação) em acórdãos e ementas, são eles: clareza, objetividade, concisão, afirmação, proposição, precisão, coerência, correção, seletividade, análise prévia e independência (inteligibilidade fora do texto original).

Entretanto, para que haja uma análise de assunto de maneira segura e fiel de determinado documento, na área jurídica, faz-se necessário ter uma associação de determinados aspectos juntamente ao conhecimento prévio da área em estudo, sobretudo a documentação da área jurídica devido a sua complexidade. Sendo assim, o profissional da informação, de acordo com Reis (2019, p. 84), estará apto a realizar a leitura documentária, na doutrina (livro e artigo de periódico) de forma adequada à atividade a partir do uso de estratégias metacognitivas de leitura.

Alguns dos procedimentos sugeridos por Reis (2019) para a análise de assunto de livros e artigos de periódicos (impressos e digitais) do domínio jurídico, com ênfase na doutrina, são sintetizados a seguir. Nos livros, os itens observados por ela foram: capa, contracapa, orelha, anverso da folha de rosto, verso da folha

de rosto, apresentação, prefácio, sumário e capítulos. Já os artigos de periódicos, a autora dividiu em periódicos impressos ou digitais e sugeriu a seguinte verificação: título, sumário, resumo, palavras-chave (nos idiomas que a revista exigir) e desenvolvimento do texto. Na maioria das vezes, o profissional indexador não precisa consultar muitas páginas para conseguir realizar seu trabalho (REIS, 2019).

Contudo, faz-se imperioso destacar também a pesquisa de mestrado de Braz (2013), pois a autora verificou os procedimentos adotados para a indexação da informação jurídica e a possibilidade desses procedimentos serem refletidos em uma política de indexação.

Para a autora, uma política de indexação deveria ser tratada como uma filosofia que reflete os objetivos e interesses da instituição a qual está ligada, vejamos como a autora descreve:

[...] durante o desenvolvimento da pesquisa foi demonstrado que a política de indexação não deve ser vista simplesmente como uma lista de procedimentos que devem ser seguidos, mas como uma filosofia que reflete os objetivos e interesses da instituição, norteando os procedimentos de indexação e considerando também as variáveis que podem influenciar a eficácia de todo o processo até a recuperação. (BRAZ, 2013, p. 166).

Braz ainda destaca a importância do papel do profissional da informação perante a formação e desenvolvimento da sociedade, como pode ser visualizado abaixo:

Essa constatação, quando aplicada às instituições que lidam com o exercício do Direito, pode ter efeitos mais abrangentes no sentido do órgão que tem direta ligação com o exercício da cidadania, na intenção de promover, de modo mais eficaz, o acesso às informações as quais os cidadãos têm direito, bem como melhorar o fluxo da informação nos sistemas que integram a instituição, que muitas vezes também são afetados pelo fato de haver dificuldades na recuperação da informação. (BRAZ, 2013, p. 28).

Então, a partir dos resultados obtidos por Braz (2013), foram destacados os principais elementos para uma eficiente política de indexação no domínio jurídico: a adoção de um manual de indexação contextualizado; o destaque das macroestruturas a serem observadas para a etapa da análise; o cumprimento de todas as etapas da análise documentária; a preferência pela especificidade; a exaustividade; a quantidade de descritores utilizados; e, a adoção de um controle terminológico.

Já na **Seção 3** apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para a execução da pesquisa. Durante a análise das publicações científicas que contemplam o tema indexação da informação jurídica, foram selecionados artigos a partir do Mapeamento Sistemático de Literatura, por se tratar da técnica considerada mais adequada, levando-se em consideração os objetivos estabelecidos ainda quando a pesquisa encontrava-se em fase inicial. Foram elencados conceitos sobre o método e os procedimentos anteriores, durante e após a coleta de dados a partir dos resultados de buscas nas bases de dados anteriormente delimitadas nesta pesquisa. O Quadro 5 ilustra qual o protocolo utilizado no Mapeamento Sistemático de Literatura, com base no capítulo teórico anterior, com vistas a lograr êxito no alcance dos objetivos específicos definidos.

Na **Seção 4**, foi explanada a análise dos dados coletados e como se deu o processo de busca e recuperação dos artigos nas bases de dados selecionadas para que se pudesse chegar ao produto final do estudo. No caso desta pesquisa, a delimitação envolveu três etapas de seleção: a) na primeira etapa, a seleção se deu a partir do título dos artigos recuperados; b) depois, houve a seleção e exclusão com base na leitura dos resumos desses artigos; e, c) na terceira etapa, a seleção ocorreu a partir da leitura do texto integral dos artigos recuperados nas bases. Essas etapas foram essenciais para que a seleção dos artigos fosse consistente e relevante, além de que ficassem apenas as obras que de fato trouxessem uma contribuição significativa ao estudo. Perpassando pelas três etapas supracitadas, foi possível selecionar, ao final, doze artigos relevantes, que se mostraram uma real adequação aos objetivos da pesquisa.

A **Seção 5** mostra a discussão dos resultados, a partir da análise dos doze artigos selecionados. Para tanto, a discussão acerca dos resultados foi categorizada em três pontos, com fundamentação nos objetivos específicos. Na **Categoria 1**, foram analisados os dados das publicações com o intuito de identificar quais os tipos de pesquisas, autores, datas de publicação, problemas, procedimentos e desenvolvimento. Enquanto que a **Categoria 2**, aponta quais os autores mais produtivos sobre a temática e a qual instituição estão vinculados. Já na **Categoria 3**, identificou-se em qual ano houve uma maior incidência de no número de publicações dos artigos selecionados, englobando o lapso temporal entre o ano de 2002 ao ano de 2022. Foi verificado também a quais periódicos científicos cada

artigo estava vinculado, para saber se em determinado ano ou autoria ocorreu algum tipo de predileção para publicação em um dado periódico.

Por fim, na **Seção 6**, foram apresentadas as conclusões e sugestões acerca da pesquisa realizada, além de terem sido destacadas as principais ideias sobre o tema nuclear do estudo: “A Indexação da Informação Jurídica: mapeamento sistemático na área de Ciência da Informação”. O Mapeamento Sistemático foi realizado por meio da análise dos artigos selecionados, de acordo com o protocolo estabelecido. A partir dos resultados obtidos por esse método, notou-se escassez de produção científica na CI abordando a temática, fator que reflete, de maneira negativa, diretamente nas práticas bibliotecárias, uma vez que torna mais dificultosa a indexação no domínio da área do Direito. Então, o fomento de atividades (treinamentos, grupos de pesquisa, encontros, cursos, dentre outros) com vistas à discussão da temática, refletiria no aumento da produção científica e, proporcionalmente, impactaria também no serviço prestado de maneira mais eficiente a toda comunidade atendida por essas bibliotecas e centros de informação.

2 INDEXAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICA

Neste capítulo, apresenta-se o referencial teórico que dará embasamento ao objetivo desta pesquisa, no que tange à análise da produção científica sobre o tema indexação da informação jurídica na área de Ciência da Informação (CI), visando produzir um panorama das publicações sobre a temática. Do domínio jurídico, são apontados alguns fundamentos teóricos acerca das fontes de informação jurídicas. Posteriormente, buscam-se os alicerces teóricos oriundos do campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação no tocante ao processo de indexação e indexação da informação jurídica.

2.1 Informação Jurídica

Serão discutidos, nesta seção, alguns aspectos atinentes à organização do conhecimento da área do Direito, sob o olhar da Ciência da Informação e da Biblioteconomia.

A palavra Direito surgiu aproximadamente no século IV e deriva do adjetivo latino *directus*, tendo como definição, sob uma perspectiva etimológica: “[...] oriunda do adjetivo latino *directus*, a , um (qualidade do que está conforme a reta; o que não tem inclinação, desvio ou curvatura), que provém do particípio passado do verbo *dirigo, is, rexi, rectum, dirigere*, equivalente a guiar, conduzir, traçar, alinhar.” (NADER, 2012, p. 75).

Porém, sob um olhar mais objetivo e atual, o vocábulo Direito é conceituado como “[...] um conjunto de normas de conduta social, imposto coercitivamente pelo Estado, para a realização da segurança, segundo os critérios da justiça”. (NADER, 2012, p. 76). Nota-se quanto o conceito evoluiu ao longo do desenvolvimento da sociedade.

A informação jurídica pode ser conceituada, de acordo com Guimarães (1999, p. 11), como “o conjunto de conteúdos pertencentes ao universo conceitual da Ciência Jurídica, que se expressam por meio das formas documentárias reveladoras da atuação jurídica”. Ainda de acordo com o mencionado autor, a área de conhecimento do Direito apresenta duas vertentes que se comunicam entre si, de

maneira a estarem inter-relacionadas, dando-lhes a nomenclatura de vertente teórica e vertente social. Tais vertentes foram bem definidas por Ferreira e Maculan:

Na vertente teórica, o Direito é compreendido a partir de um conjunto de conceitos, princípios e metodologias que permitem tanto a transmissão do conhecimento como a reflexão sobre a própria essência da Disciplina. Tem-se, desse modo, uma informação de caráter científico e pedagógico, identificada, basicamente, pela doutrina. Na vertente social, a pragmática revela as maneiras pelas quais as teorias são aplicadas na sociedade, de acordo com o objetivo fundamental de concretização do bem comum. Desse modo, as informações sobre os direitos, as prerrogativas e os deveres impostos à sociedade constituem a legislação, e as formas de garantir a aplicabilidade, o cumprimento e a existência de tais regras formam a jurisprudência. (FERREIRA; MACULAN, 2016, p. 471).

Sendo assim, a informação jurídica traz em seu núcleo a função precípua de estar destinada ao bom funcionamento da sociedade, possibilitando ao público em geral (não sendo restrita apenas aos especialistas na área das Ciências Jurídicas) o conhecimento das regras, direitos e deveres norteadores de um povo ou sociedade. Ademais, a própria informação jurídica, quando acumulada, é capaz de proporcionar subsídios capazes de designar a atuação do Estado enquanto suporte da memória da sociedade (GUIMARÃES, 1999; FERREIRA; MACULAN, 2018). Tais características são de fácil percepção, pois, conforme Ferreira, Maculan e Almeida:

A informação jurídica ou documentação jurídica preocupa-se com o ciclo de vida da informação gerada no contexto da Ciência Jurídica. É um tipo de informação que apresenta características próprias e instâncias geracionais distintas, reflexo das funções estatais teorizadas pelo filósofo e escritor francês Montesquieu: executiva, legislativa e judiciária. (FERREIRA; MACULAN; ALMEIDA, 2017, p. 7).

As supracitadas autoras, como pode ser observado, trazem informação jurídica e documentação jurídica como termos equivalentes, o que é bastante comum ocorrer na prática cotidiana dos profissionais da informação, com destaque aos profissionais da área da Biblioteconomia (bibliotecários).

Geralmente, para apontamentos acerca do tratamento da informação jurídica são analisados, quanto a sua forma, documentos referentes à Legislação, Doutrina e Jurisprudência. Tais formas foram intituladas como sendo “um tripé informacional” (MIRANDA, 2004, p. 138), no qual está pautado o universo da informação jurídica. Pois, para Passos (1994, p. 363), “a informação jurídica pode ser gerada, registrada e recuperada, basicamente, em três formas distintas: descritiva (por meio da doutrina); normativa (pela legislação) e interpretativa (com o emprego da jurisprudência)”.

De maneira sucinta, a legislação pode ser conceituada como o conjunto das normas jurídicas propriamente ditas, abarcando também toda a documentação referente ao processo de sua elaboração. De acordo com Guimarães (1999, p. 13), “[...] a legislação corresponde, materialmente, ao conjunto de atos legislativos e normativos emanados de autoridade competente”. Além de ser a fonte natural do Direito (nascida a partir da imperiosa necessidade de regras que ordenassem o convívio social, refletindo muitos dos problemas e demandas sociais de um povo), a legislação apresenta uma estrutura interna previamente estabelecida, rígida e específica, sendo caracterizada pelos critérios de prescrição e coerção (MARQUES JÚNIOR, 1997; MONTORO, 1972; REALE, 2002).

Por seu turno, Nader (2012, p. 16) aduz que a lei é como um preceito comum e obrigatório em sentido estrito, além de ser a principal fonte formal do Direito, que emana das Casas Legislativas e obedece rigorosamente a todos os trâmites legais pré-ordenados: o próprio processo legislativo. Ora, sabe-se que a função nuclear da lei é estabelecer regras e diretrizes que possibilitem o convívio social de maneira harmônica e equilibrada, de tal forma que seja capaz de trazer a segurança, em tese, de que todos terão seus direitos medulares resguardados.

Então, essas mesmas normas precisam estar em constante evolução e/ou revisão para acompanhar as mudanças sociais que estão em constante metamorfose, sobretudo, devido aos reflexos diretos das decisões na esfera política. Como afirmam Ferreira e Maculan (2016) ao defender que independentemente se são de caráter público ou privado, as pessoas e as organizações são norteadas, cotidianamente, por um vultuoso quantitativo de normas e essas mesmas normas as se justificam pela própria necessidade de limites para o convívio em sociedade de maneira harmônica.

No tocante ao vocábulo jurisprudência, atualmente, ele é adotado para indicar o conjunto de decisões, aplicações e interpretações das leis, os precedentes judiciais, ou seja, a reunião de decisões judiciais, interpretadoras do Direito vigente; assim, a jurisprudência constitui a definição do Direito elaborada pelos tribunais. Em sentido amplo, a jurisprudência é a coletânea de decisões proferidas pelos tribunais sobre determinada matéria (NADER, 2012). Na etimologia, a palavra jurisprudência é oriunda do latim, sendo o resultado da junção dos termos *juris* e *prudencia*,

utilizada em Roma para designar a Ciência do Direito ou a Teoria da Ordem Jurídica (FERREIRA; MACULAN, 2016).

Na literatura especializada há inúmeros conceitos para o termo jurisprudência, porém, aqui será dado destaque aos apontamentos transmitidos sob a ótica de Nader (2012, p. 172):

1 - Jurisprudência em sentido amplo: é a coletânea de decisões proferidas pelos tribunais sobre determinada matéria jurídica. Tal conceito importa: a) Jurisprudência uniforme: quando as decisões são convergentes; quando a interpretação judicial oferece idêntico sentido e alcance às normas jurídicas; b) Jurisprudência divergente ou contraditória: ocorre quando não há uniformidade na interpretação do Direito pelos julgadores. 2 – Jurisprudência em sentido estrito: dentro desta acepção, jurisprudência consiste apenas no conjunto de decisões uniformes, prolatadas pelos órgãos do Poder Judiciário, sobre uma determinada questão jurídica (...). A nota específica deste sentido é a uniformidade no critério de julgamento. Tanto esta espécie quanto a anterior pressupõem uma pluralidade de decisões (...). Se empregássemos o termo apenas em sentido estrito, conforme a quase totalidade dos autores, que significado teriam as expressões: a jurisprudência é divergente; procedimentos para a unificação da jurisprudência. Tais afirmativas seriam contraditórias, pois o que é uniforme não diverge e não necessita de unificação.

Para o supracitado autor, seria quase impossível definir a jurisprudência apenas sob um aspecto, por isso, ele segmentou em duas espécies: jurisprudência em sentido amplo e jurisprudência em sentido estrito. A primeira, refere-se aos casos difusos julgados pelos tribunais, sendo apresentada em forma de acórdão ou precedente judicial. Já a jurisprudência em sentido estrito abarca as decisões uniformes (julgadas pelos tribunais superiores), geralmente, com julgados que incidirão nas demais decisões prolatadas a partir de então, como as súmulas e os enunciados, por exemplo.

Outrossim, neste estudo também será dado enfoque à definição de acórdãos, uma vez que são eles quem fornece as bases necessárias para que possa haver de fato, posteriormente, uma jurisprudência em sentido estrito, conforme ponderou Nader (2012). Sendo assim, faz-se mister destacar a definição de acórdão trazido no Código de Processo Civil vigente, em seu artigo 204, pois afirma que acórdão é o julgamento proferido pelos tribunais. Ressalta-se também que o acórdão é a jurisprudência em formato de documento, resultado de uma decisão proferida pelo colegiado ou turma de um tribunal.

Ferreira e Maculan (2016, p. 473) ainda destacam o papel da jurisprudência no ordenamento jurídico brasileiro: “A jurisprudência possibilita aos tribunais

desenvolverem a análise do Direito aplicado a casos específicos, revelando as diferentes hipóteses de incidência e interpretação das normas jurídicas”. Somando-se as ponderações feitas por Passos e Barros (2009), ao afirmarem algumas correspondências atreladas à jurisprudência e seu papel no desenvolvimento da sociedade:

[...] interpretação e aplicação das leis a todos os casos concretos que se submetam a julgamento da justiça, ou seja, o conjunto de decisões reiteradas de juízes e tribunais sobre determinada tese jurídica, revelando o mesmo entendimento, orientando-se pelo mesmo critério e concluindo do mesmo modo. (PASSOS; BARROS, 2009, p. 70).

Então, fica perceptível observar a segurança jurídica que os acórdãos transmitem à população, pois toda decisão prolatada acerca de determinada matéria, seja por um juiz singular, seja por um tribunal, sempre trará o mesmo entendimento, evitando que haja maiores subjetividades heterogeneidades dentre os julgados.

Concernente ao conceito de doutrina, tem-se:

Conjunto de publicações teóricas sobre determinado assunto que interpretando os textos legais e analisando as situações concretas, tem força de verdade científica. Do ponto de vista jurídico, constitui uma das fontes do Direito, suprimindo a lei e o costume, ajudando na formação das leis e na construção da jurisprudência. (PEREIRA, 2004, p. 155).

A doutrina, também chamada de Direito Científico ou Ciência Jurídica, “compreende os estudos e as teorias, desenvolvidos pelos juristas, com o objetivo de interpretar e sistematizar as normas vigentes e de conceber novos institutos jurídicos¹, reclamados pelo momento histórico” (NADER, 2012, p. 181). A doutrina é publicada sob a forma de livros, artigos científicos, anais de congresso, pareceres, teses e dissertações. Constitui-se em meio para a discussão da legislação e da jurisprudência, e também em suporte teórico para o embasamento da atuação jurídica perante a sociedade (FERREIRA; MACULAN; ALMEIDA, 2017, p. 8). Ademais, ela apresenta um formato mais próximo ao modelo de documentação científica tradicional, pois está intimamente ligada à conceituação científica do Direito enquanto uma ciência social e, “[...] onde a análise se processa em moldes

¹Instituto Jurídico é a reunião de normas jurídicas afins, que rege um tipo de relação social ou interesse e que se identifica pelo fim que procura realizar. É uma parte da ordem jurídica e, como esta, deve apresentar algumas qualidades: harmonia, coerência lógica, unidade de fim. Enquanto a ordem jurídica dispõe sobre a generalidade das relações sociais, o instituto se fixa apenas em um tipo de relação ou de interesse: adoção, pátrio poder, naturalização, hipoteca etc. Diversos institutos afins formam um ramo, e o conjunto destes, a ordem jurídica. (NADER, 2012, p. 100).

semelhantes à de textos teóricos de outras áreas do conhecimento” (MARTINEZ; GUIMARÃES, 2008, p.71).

Faz-se mister ressaltar mais uma fonte do Direito conhecida como Direito Costumeiro ou Direito Consuetudinário. Esse tipo de fonte não tem origem certa, sendo proveniente de usos e costumes sociais que, gradativamente, converteram-se em hábito/uso jurídico (REALE, 1994; FERREIRA, 2017).

Diferentemente das leis que devem atender necessariamente a todos os requisitos previstos pela Constituição Federal em vigência, além de respeitarem o processo legislativo de criação, votação e promulgação (via de regra, para leis que nascem do Poder Legislativo - excetuando-se as excepcionalidades como de criação de leis pelos Poderes Executivo e Judiciário), os costumes dos quais decorrem o Direito Costumeiro não apresentam período de vigência, justamente por serem provenientes da habitualidade e da eficácia do Poder Judiciário. Afinal, esse direito surge como reflexo direto das mudanças sociais.

Reale (2002) defende que dois elementos precípuos caracterizadores do costume na área jurídica, a saber:

- a) a repetição habitual de determinado comportamento durante um delimitado lapso temporal; e,
- b) a consciência social da obrigatoriedade deste mesmo comportamento.

O processo de formação desse tipo de direito, segundo Nader (2012), costuma ser lento e é decorrente dos anseios sociais por fórmulas práticas capazes de resolver conflitos sociais levados ao Judiciário em forma de lide. De acordo com o autor, as bases da norma costumeira apresentam as seguintes características: bom-senso, sentido natural de justiça, oralidade, espontaneidade e repetição constante e uniforme de uma prática social (NADER, 2012; MONTORO, 1972; FERREIRA, 2017).

Os parágrafos anteriores mostraram de maneira muito sucinta alguns aspectos gerais sobre o Direito Costumeiro.

Entretanto, como o cerne deste estudo é a representação temática da informação, mais precisamente a indexação da informação jurídica, serão

abordados, respectivamente, os temas: indexação (item 2.2) e indexação da informação jurídica (item 2.3).

2.2 Indexação

Um dos primeiros instrumentos desenvolvidos com vistas ao armazenamento e recuperação de informações foi a construção de índices. Na realidade, passaram a ser desenvolvidos como consequência da “[...] época em que o homem passa a preocupar-se em registrar e organizar tudo o que era produzido por meio da representação de conteúdo” (SILVA, 2020, p. 24). Desde então, a indexação passou a ser um processo muito utilizado pelos profissionais da informação, pois consiste, de acordo com Silva (2020), na representação sintetizada da informação e requer uma análise documental acerca do conteúdo do documento, auxiliando na identificação, tratamento e disponibilização da informação.

A partir da ideia de que a Ciência da Informação (CI) surgiu como campo científico interdisciplinar capaz de fornecer embasamento teórico e metodológico para as mais variadas áreas do conhecimento, como o campo da Biblioteconomia, por exemplo, que encontra alicerces para solidificar seu universo epistemológico por meio das etapas do ciclo de operações documentárias, pautadas na produção, organização e no uso da informação (PINHEIRO, 1999; SMIT; BARRETO, 2002; KOBASHI, 1994; GUIMARÃES, 2009). Assim, busca-se na área da Organização do Conhecimento alicerces que englobam processos, produtos e instrumentos com o propósito de representação e recuperação de informações, conforme preceitua Silva (2020).

Dentro do universo da Organização do Conhecimento (OC) encontra-se o processo de Organização da Informação (OI), que será melhor abordado ao longo desta seção. Esse processo de Organização da Informação pode ser conceituado como “[...] um processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais” (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 5). E, na tentativa dessa discussão ser melhor compreendida, as autoras fazem algumas esclarecimentos acerca das distinções entre a Organização do Conhecimento e a Organização da Informação, conforme mostra o quadro abaixo:

Quadro 1 - Descrição de Organização da Informação e Organização do Conhecimento

Organização da Informação	Organização do Conhecimento
Processo que envolve a descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais.	Processo que se aplica a unidades do pensamento (conceitos) e visa a construção de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade .
Seu produto é a representação da informação , conjunto de elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico.	Seu resultado é a representação do conhecimento que reflete, assim, um modelo de abstração do mundo real, construído para determinada finalidade.
<i>Mundo dos objetos físicos</i>	<i>Mundo da cognição ou ideias</i>

Fonte: Brascher e Café (2008).

Por conseguinte, vislumbrando possíveis soluções a problemas ligados ao acesso e recuperação da informação, no que tange ao tratamento da informação, a CI consolidou a Organização da Informação como área de estudo (SILVA, 2020). Corroboram Café e Sales (2010, p. 116):

A organização da informação é abordada na ciência da informação sob dois aspectos, enquanto espaço investigativo que fornece os pressupostos teóricos e metodológicos ao tratamento da informação, e enquanto atividade operacional inerente ao fazer profissional relativo ao tratamento da informação. Os saberes da organização da informação no espaço investigativo alicerçam os fazeres dessa organização como atividade aplicada.

Portanto, os métodos e técnicas da OI, quando bem aplicados, são capazes de promover a recuperação da informação de forma eficaz, atendendo às necessidades informacionais de pesquisadores, além de permitir o acesso e uso dessas informações nos mais variados suportes.

Na perspectiva de Guimarães (2009), a informação, uma vez socializada, passará a ser um conhecimento registrado que necessitará ser submetido a processos específicos de organização, possibilitando o desenvolvimento de um novo conhecimento, mas, desta vez, o conhecimento seria individual, e não mais público, como a informação socializada. Essa construção do conhecimento individual, então, “[...] gerará uma nova informação registrada para ser socializada, caracterizando um verdadeiro helicóide informacional” (GUIMARÃES, 2009, p. 105). O autor optou pelo termo “helicóide informacional” por discordar que o supracitado processo tenha características cíclicas, pois ele afirma “[...] que a informação integra um movimento

helicoidal e não circular ou cíclico, uma vez que a informação produzida pelo sistema nunca será igual àquela que nele ingressou originalmente” (GUIMARÃES, 2009, p. 112).

Visando também justificar a importância do processo de organização da informação, Barité (2001) defende que o conhecimento é um produto indispensável ao desenvolvimento social, pois a informação uma vez socializada de maneira organizada tem o condão de gerar mais informação. Sendo assim, o conhecimento pode ser organizado de inúmeras maneiras (desde que sejam formas artificiais, provisórias e deterministas) vislumbrando um melhor aproveitamento (tanto social, ao se tratar da esfera pública, quanto individual, ao se falar na esfera privada), viabilizando a materialização desse conhecimento em documento (nos mais variados formatos) e que, porventura, se externaliza a partir de conceitos estruturados em sistemas de definições direcionados a fins científicos, literários, funcionais ou de documentação (GUIMARÃES, 2009).

Portanto, diante do crescimento exponencial da quantidade de informação em circulação e das mais variadas formas de suportes disponíveis para seu registro (grande parte devido ao desenvolvimento de tecnologias da informação), conseqüentemente há a imperiosa necessidade do tratamento e organização dessa mesma informação. Haja vista o papel de protagonismo que ela exerce no outrora mencionado processo de helicoide informacional; assim, uma vez que disseminada de maneira estruturada, ela sempre gerará um novo conhecimento diferente do compartilhado originalmente. (NAVES; KURAMOTO, 2006; GUIMARÃES, 2009).

Ressalta-se que os termos Representação Temática da Informação e Tratamento Temático da Informação - T.T.I. (Fosket, 1973), às vezes, são utilizados como sinônimos por alguns estudiosos da área, somando-se ainda a análise documental de forma e de conteúdo (PEREZ, 1992).

A variação será dada de acordo com a vertente teórica adotada, pois, como definido por Guimarães (2009, p. 105): “ [...] no âmbito da organização da informação, atividade de natureza eminentemente mediadora, dois universos se descortinam: o primeiro, ligado ao acesso físico aos documentos e o segundo, de natureza mais complexa, voltado para o acesso ao conteúdo informacional [...]”. A distinção entre tais

abordagens está, de maneira geral, na materialização (*o quê?*) e no teor (sobre o quê?) de cada documento (GUIMARÃES, 2009).

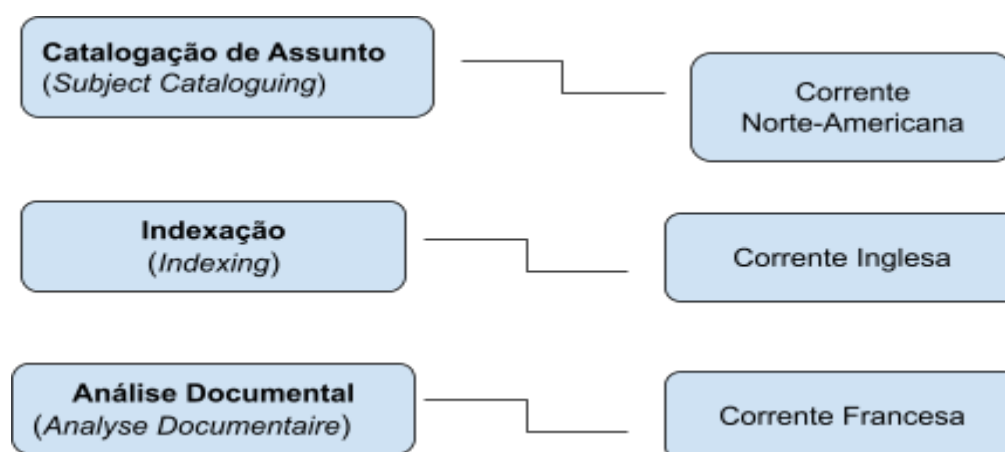
No tocante ao T.T.I. (Tratamento Temático da Informação), tem-se:

Em termos históricos, o T.T.I. teve seu desenvolvimento norteado por duas influências que se complementaram: por um lado, e em uma vertente teórica, tem-se as concepções filosóficas de Platão, Aristóteles e Bacon, dentre outros, relativamente à divisão do conhecimento e, por outro, em uma vertente mais pragmática, norteada pela necessidade prática de organização documental - o que, em última análise, reflete aquilo que Smit, (1986, p. 12) define como “reunir e organizar para achar” -, resultando nas denominadas classificações bibliográficas [...].

Em termos mais amplos, pode-se dizer que o T.T.I. centra-se nas questões atinentes “à análise, descrição e representação do conteúdo dos documentos, bem como suas inevitáveis interfaces com as teorias e sistemas de armazenamento e recuperação da informação” (Barité, 1997, p. 124) em cujo âmbito desenvolvem-se processos, valendo-se de instrumentos para a geração de produtos. (GUIMARÃES, 2009, p. 106).²

O autor defende que o T.T.I. está baseado em três distintas linhas de abordagem ou “vertentes teóricas” Guimarães (2009, p. 106), elencadas da seguinte maneira: catalogação de assunto (*subject cataloguing* - predominantemente de origem norte-americana), indexação (*indexing* - origem inglesa) e análise documental (*analyse documentaire* - origem francesa). Conforme mostra a figura abaixo:

Figura 1 - Correntes Teóricas do T.T.I.



Fonte: A autora (2023).

² O autor cita, respectivamente, as obras: SMIT, J. W. **O que é documentação**. São Paulo: Brasiliense, 1986; e BARITÉ, M. **Referenciales teóricos vigentes en el área de tratamiento temático de la información y su expresión metodológica**. Porto Alegre: ABEED, 1997.

A catalogação de assunto³ surgiu anteriormente às abordagens inglesa e francesa, mais precisamente no final do século XIX, com origem nos Estados Unidos. Seus princípios basilares são influenciados pelos cabeçalhos de assunto da *Library of Congress* (LC) e pela catalogação alfabética de Cutter (ou apenas tabela de Cutter, como popularmente chamada pela literatura especializada da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação).

Nesta abordagem, o processo de catalogação pode ser descrito como sendo, de acordo com as afirmações de Sánchez Luna (2004, p.83), uma “[...] operação pela qual se identifica o documento em função de suas características formais e de seu conteúdo, tais como o autor, o título, o local de publicação, o editor, o ano de publicação, assim como o tema da obra”. Assim, o produto resultante do tratamento da informação em bibliotecas e em centros de informação é apresentado em forma de catálogo contendo os registros bibliográficos das obras ali existentes, pois neste mesmo catálogo há a representação dos assuntos abrangidos pelo acervo (GUIMARÃES, 2009; FIUZA, 1985).

Alguns estudiosos da área defendem que é só a partir do processo de catalogação de assunto que pode ser desenvolvida a análise de assunto, uma vez que ela é a responsável por gerar a representação do conteúdo informacional presente no documento, por intermédio da utilização de notações classificatórias ou de cabeçalhos de assunto. (COATES, 1988; RAJU; RAJU, 2006; CELERINO, 2018).

Entretanto, há muita dissonância por entre outros autores, como por exemplo, para Sauperl (2002), ao afirmar que o processo de catalogação de assunto ocorre posteriormente à análise de assunto, já que esta mesma análise é quem permite desenvolver os fundamentos basilares à “[...] tradução da informação e a construção de uma linguagem de classificação ou de um vocabulário controlado” (CELERINO, 2018, p. 28).

A segunda abordagem teórica é a indexação, de origem inglesa, ela surgiu após a catalogação de assunto, em meados do século XX. Porém, neste parágrafo serão abordados apenas alguns aspectos conceituais meramente genéricos, pois, no

³ Ressalta-se que na literatura especializada da área de Ciência da Informação, por vezes, pode ser utilizada a expressão indexação alfabética de assunto enquanto termo sinônimo para catalogação de assunto, pois aquele está diretamente relacionado com a determinação de cabeçalhos de assuntos. (SILVA; FUJITA, 2004).

decorrer desta seção, a indexação será abordada de uma maneira mais detalhada, abarcando as etapas e fases do processo. Afinal, trata-se da corrente teórica norteadora deste estudo.

Por enquanto, insta salientar a simetria existente entre a indexação e a catalogação de assunto, já que a primeira apresenta meios possíveis para atender às demandas informacionais mais especializadas e melhor satisfação dos objetivos institucionais a partir da obtenção, registro, controle, elaboração e transmissão da informação de maneira adequada e eficiente; no intuito de facilitar a pesquisa de documentos ou de informações contidas em documentos. (NEET, 1989; CAFFO, 1988; GUIMARÃES, 2009).

A terceira corrente é a análise documentária (*analyse documentaire*), nasceu na França, durante o período compreendido entre o final da década de 1960 e início de 1970. Ela emergiu como uma resposta à preocupação em desenvolver referenciais teórico-metodológicos que permitissem uma melhor compreensão do processo de tratamento da informação. (GUIMARÃES, 2009).

Enquanto as correntes inglesa e norte-americana centraram seus estudos na busca de metodologias que permitissem o desenvolvimento de produtos (tais como índices e catálogos, respectivamente), fazendo uso de procedimentos considerados como meras “[...] operações empíricas de bom senso dos bibliotecários” (CUNHA, 1989, p. 40), com critérios diversificados e de natureza subjetiva, carecendo, pois, de parâmetros que lhes conferissem alguma cientificidade, por meio da explicitação dos procedimentos ou mecanismos envolvidos.

Para os defensores dessa corrente, a análise documentária seria um estudo linguístico do qual a indexação faz parte. Ou seja, a indexação seria uma porção do universo da análise documentária, como preconiza Chaumier (1982, p. 27), ao apontar: “[...] a análise documental abrange dois tipos de tratamentos diferentes: a condensação, que se vale de uma redução do texto para fins de difusão da informação, e a indexação, que se vale da extração de conceitos para servir de apoio à recuperação”. Ela objetiva a representação do conteúdo intelectual de um documento, com vistas à facilitação da recuperação no momento da busca por parte do pesquisador. (SERRES *apud* GUIMARÃES, 2009, p. 111).

Na tentativa de um breve paralelo entre a corrente inglesa e a francesa, o autor aponta os seguintes aspectos:

Cumprir destacar, nesse âmbito, que enquanto alguns autores, mais voltados para a **escola inglesa** (Foskett, 1973; Cavalcanti, 1982; Fujita, 1988; Amaro, 1991 e Lancaster; 1993, dentre outros), vêem identidade entre o tratamento temático da informação e a indexação, outros, mais ligados à **escola francesa** (Gardin, 1981; Ruiz Perez, 1992; Pinto Molina, 1993 e Guimarães, 2003) encaram a análise documental enquanto uma área (todo) na qual se insere a indexação propriamente dita (parte), o que se reflete na representação documentária, fase final do tratamento, em que se utilizam os instrumentos documentais (linguagens) para a geração de produtos documentais (índices, notações classificatórias, etc.). Desse modo, tem-se que a ênfase da concepção de AD [Análise Documentária] reside na identificação, na descrição de etapas, para cujo desenvolvimento se utilizam de instrumentos e de onde decorre a geração de produtos. (GUIMARÃES, 2009, p. 111, grifo nosso).

Salienta-se que, embora sejam comumente utilizados como termos equivalentes Tratamento Temático da Informação e Representação Temática da Informação, neste estudo será utilizada a Representação Temática, no intuito de que haja uma padronização na escolha linguagem utilizada e também, por ter sido escolhida a corrente teórica de matriz inglesa visando uma melhor aplicabilidade à pesquisa aqui proposta. Isto posto, no próximo tópico serão explanadas, de maneira não exaustiva, questões atinentes à Indexação, seu universo teórico-conceitual, processos e aspectos gerais.

A partir da necessidade de desenvolver novos meios que permitissem uma recuperação da informação por intermédio de métodos mais eficazes que os utilizados até então, “[...] foi abandonada a perspectiva preferencial de recuperação bibliográfica e normalização classificatória e descritiva, buscando-se a construção de linguagens próprias” (CINTRA, 2002, p. 33).

Então, com o desenvolvimento do saber científico cada vez mais especializado, os profissionais da informação sentiram a necessidade de desenvolver instrumentos que aperfeiçoassem as ferramentas anteriormente utilizadas para o tratamento e recuperação da informação. Surgiram, a partir daí, as linguagens documentárias, e que, desde então, são utilizadas como um dos principais instrumentos de auxílio nas atividades biblioteconômicas no momento em que o bibliotecário passou a desempenhar o papel de mediador entre a informação e o usuário. Tal mediação

passou progressivamente a contar com ferramentas básicas como a utilização de vocabulário controlado, tesauro, ontologia, dentre outras⁴. (LANCASTER, 2004).

A variada multiplicidade de conceitos teóricos, empíricos e práticos, voltados à Organização da Informação deu origem a uma nova área de conhecimento denominada Recuperação da Informação (RI), preceitua Saracevic (1992, 1995, 1999). A RI abarca as características intelectuais da descrição de informações e suas peculiaridades à busca, e ainda, somam-se os sistemas, técnicas ou máquinas empregadas para o desempenho da operação. (MOOERS, 1951; SILVA, 2020).

Faz-se mister destacar a relevância da representação do conteúdo dentro de um Sistema de Recuperação da Informação (SRI), pois será essa mesma representação que tornará possível uma unidade organizacional refletir sua finalidade junto ao usuário, ou seja, ela possibilitará a recuperação da informação desejada de maneira rápida e prática, em um breve intervalo de tempo. (SILVA, 2020). Por isso, ressalta-se a definição de SRI trazida pela autora Cesarino (1985, p. 157): “Os sistemas de recuperação da informação podem ser definidos como um conjunto de operações consecutivas executadas para localizar, dentro da totalidade de informações disponíveis, aquelas realmente relevantes”.

Deste modo, uma indexação realizada de forma eficaz é um dos variados processos que o bibliotecário poderá utilizar para a organização e recuperação da informação:

[...] a indexação requer um trabalho intelectual de análise, síntese e representação, e para determinar os assuntos dos documentos deve-se estar apoiado por uma terminologia que atenda os diversos perfis socioculturais e socioprofissionais dos usuários. [...]. Nesse sentido, a biblioteconomia e a ciência da informação vêm elaborando, ao longo dos tempos, ferramentas para subsidiar a representação dos conteúdos dos documentos, facilitando a busca e recuperação da informação. (ROSSETO *et al.*, 2002, p. 1).

A indexação consiste na descrição do conteúdo temático do documento, por meio de termos estabelecidos e uniformes. Estes termos podem ser consultados através de vocabulários controlados, tesouros, dentre outros. Sendo uma das grandes vantagens de se ter uma indexação adequada é a certeza de uma eficiente, relevante e satisfatória recuperação de documentos.

⁴ Esses procedimentos serão tratados de forma mais específica ao longo desta seção.

No tocante aos conceitos acerca da indexação, o Sistema Mundial de Informação Científica traz a seguinte definição: “[...] atividade que descreve e identifica o conteúdo de um documento, através de termos. Os conceitos dos documentos podem ser representados por termos selecionados através da linguagem natural ou por símbolos” (UNISIST, 1981, p. 83).

Sob essa perspectiva, Fujita e Gil Leiva (2010, p. 2) definem indexação da seguinte maneira:

A indexação é um processo de análise documentária realizado sobre os documentos com a finalidade de determinar-lhes um conjunto de palavras-chave ou assuntos para facilitar sua armazenagem em bases de dados e sua posterior recuperação para atender necessidades de informação.

Conforme Silva e Fujita (2004), o conceito de indexação ocorreu a partir da construção de índices, apesar de atualmente estar mais diretamente vinculada à conceituação e análise de assuntos. Para as autoras, a necessidade de uma recuperação mais precisa e especializada, por parte dos usuários/pesquisadores, tornou a indexação um aparato metodológico indispensável às instituições informacionais.

Para Lapa e Corrêa (2014, p. 15):

A indexação é um processo de tratamento temático essencial, pois consiste no ato de identificar e descrever um documento de acordo com o seu assunto, e cujo principal objetivo é orientar o usuário sobre esse conteúdo intelectual, permitindo, dessa forma, a sua recuperação de forma ágil e eficiente.

De acordo com o entendimento de muitos autores, a indexação é vista como um mecanismo de representação documentária com a finalidade voltada à recuperação da informação contida em determinado documento (SILVA, 2020). Corroboram, nesse sentido, Borko e Bernier (1978) ao afirmarem que a indexação é o processo de análise do conteúdo informacional contido nos registros informacionais. Ademais, a ação de indexar perpassa a ideia de mera construção de índice, pois o atual cenário tecnológico global requer uma condensação mais abrangente para uma recuperação mais eficaz perante às necessidades dos usuários. (LANCASTER, 2004; SILVA, 2020).

A partir das definições apresentadas nesta pesquisa, é notória a imprescindibilidade da indexação para o bom desempenho das práticas profissionais do bibliotecário, sobretudo nos Sistemas de Recuperação da Informação. Kuramoto (1995) reforça a importância da indexação para que haja um funcionamento ideal

desses sistemas, uma vez que é a indexação responsável pela descrição dos documentos, o que traz implicações diretas na facilitação da recuperação da informação (KURAMOTO, 1995; SILVA, 2020). Pois, a indexação, nas palavras de Guinchat e Menou, é a “[...] operação pela qual se escolhe os termos mais apropriados para descrever o conteúdo de um documento.” (GUINCHAT; MENOU, 1994, p. 175).

Segundo Narukawa (2011), existem três tipos de indexação, mediante verifica-se no Quadro 2:

Quadro 2 - Tipos de Indexação

Indexação Intelectual	Indexação Semiautomática	Indexação Automática
- Realizada totalmente manual; - Atividade predominantemente humana em todo processo; - Não utilização de softwares ou qualquer dispositivo tecnológico.	- Termos selecionados a partir da utilização de softwares; - Termos avaliados por um profissional indexador; - Utilização de softwares para análise de texto do documento; - Um profissional indexador quem vai escolher quais termos serão utilizados.	- Utilização de softwares para seleção dos termos; - Para a escolha dos termos são considerados critérios estatísticos da ocorrência desses termos no texto do documento.

Fonte: Narukawa (2011) e Silva (2020).

A escolha quanto ao tipo de indexação que será utilizada estará diretamente ligada às necessidades da instituição e dos recursos disponíveis. Entretanto, tais questões não estão em uma posição de condicionante às práticas profissionais do indexador, pois é imperioso que seu trabalho esteja necessariamente relacionado à representação e recuperação da informação direcionado a seu público alvo, ou seja, a comunidade atendida por essa indexação.

No tocante ao número de etapas utilizadas no processo de indexação, a literatura da área mostra-se bastante divergente, pois, nota-se uma variação entre duas a cinco etapas. No decorrer dos próximos parágrafos, serão explanados (de forma sucinta) como alguns expoentes da área abordam tal questão.

Segundo a UNISIST (1981, p. 85), “essencialmente a indexação consiste em dois estágios: estabelecimento dos conceitos tratados num documento, isto é, o assunto e tradução dos conceitos nos termos da linguagem de indexação”. Bem como também defende Chaumier (1988, p. 23) ao apontar que o processo de indexação ocorre em duas etapas: “o reconhecimento e extração de conceitos informativos e tradução dos conceitos em linguagem documental”.

Entretanto, a Norma da ABNT 12676 (1992) apresenta o processo de indexação em três estágios: a análise do documento e estabelecimento do assunto de seu conteúdo; a identificação dos conceitos presentes no assunto e a tradução desses conceitos nos termos de uma linguagem de indexação.

De acordo com Gil Leiva (2008, p. 245): “as etapas da indexação são: a análise dos documentos e as questões para a seleção dos conceitos explícitos ou implícitos e armazenamento dessas palavras-chave como elas são, ou sua normalização por meio de um vocabulário controlado”.

Contudo, para Lancaster (2004, p. 8), “a indexação de assuntos envolve duas etapas: análise conceitual e tradução. Intelectualmente são etapas totalmente distintas, embora nem sempre sejam diferenciadas com clareza e possam, de fato, ocorrer de modo simultâneo”. Corroborar Fujita (2013) ao afirmar que o processo de indexação é composto pelas mesmas etapas defendidas por Lancaster (2004), a saber: análise conceitual e tradução.

Não obstante, Van Slype (1991) afirma que são quatro as etapas no processo de indexação. Quais sejam: “contato com o documento; identificação dos conceitos explícitos e implícitos do documento; tradução dos conceitos expressos em linguagem natural para descritores e estabelecimento de ligações sintáticas entre os descritores”. (VAN SLYPE, 1991, p. 116, tradução nossa).

Robredo (2005, p. 165) ratifica a quantidade de etapas proposta por Van Slype (1991), embora o primeiro não utilize necessariamente as mesmas que o segundo. A saber:

A análise conceitual do conteúdo significativo do documento, ou seja, a identificação do assunto; a expressão desta análise, através de um conjunto de palavras, frases ou códigos que representem o assunto; a tradução das descrições dos assuntos relevantes para a linguagem de indexação; a

organização das descrições padronizadas dos assuntos de acordo com a sintaxe da linguagem de indexação.

Nos estudos de Rubi (2008), ratifica-se a divergência no tocante à quantidade de etapas por entre os autores. Contudo, reforça-se que as etapas, mesmo diferindo em números, irão tratar de operações semelhantes, quando não iguais. Conforme mostra abaixo:

Os autores divergem quanto ao número de etapas da indexação, porém, elas tratam basicamente das mesmas operações:

- análise: leitura e segmentação do texto para identificação e seleção de conceitos;
- síntese: construção do texto documentário com os conceitos selecionados. Está relacionada especificamente à elaboração de resumos;
- representação: por meio de linguagens documentárias. (RUBI, 2008, p. 27).

Portanto, percebe-se que embora os autores discordem da quantidade de etapas e das formas como elas acontecem durante o processo de indexação, há uma tendência de apresentarem similitude no que tange o objetivo nuclear que é a representação da informação contida nos documentos de maneira eficaz, tornando possível sua recuperação em ambientes informacionais.

Abaixo, há um breve resumo acerca da quantidade de etapas no processo de indexação defendida pelos supracitados autores:

Quadro 3 - Etapas da Indexação: quadro comparativo por autores

AUTOR(A)	ETAPAS
UNISIST (1981)	a. Estabelecimento dos conceitos tratados em determinado documento; b. Tradução dos conceitos nos termos da linguagem de indexação.
CHAUMIER (1988)	a. Reconhecimento e extração de conceitos informativos; b. Tradução dos conceitos em linguagem documental.
NORMA 12676 (ABNT,1992)	a. Análise do documento e estabelecimento do assunto de seu conteúdo; b. Identificação dos conceitos presentes no assunto; e, c. Tradução desses conceitos nos termos de uma linguagem de indexação.
LANCASTER (2004)	a. Análise conceitual; b. Tradução.
GIL LEIVA (2008)	a. Análise dos documentos e as questões para a seleção dos conceitos explícitos ou implícitos; b. Armazenamento das palavras-chave como elas são, ou sua normalização por meio de um vocabulário controlado.
VAN SLYPE (1991)	a. Contato com o documento; b. Identificação dos conceitos explícitos e implícitos do documento; c. Tradução dos conceitos expressos em linguagem natural para descritores; e, d. Estabelecimento de ligações sintáticas entre os descritores.
ROBREDO (2005)	a. Análise conceitual do conteúdo significativo do documento (a identificação do assunto); b. Expressão desta análise, a partir de um conjunto de palavras, frases ou códigos que representem o assunto; c. Tradução das descrições dos assuntos relevantes para a linguagem de indexação; e, d. Organização das descrições padronizadas dos assuntos de acordo com a sintaxe da linguagem de indexação.
FUJITA (2013)	a. Análise conceitual; b. Tradução.

Fonte: Silva (2020).

Destaca-se, ainda, que o processo de indexação vai muito além de uma mera delimitação ou descrição de um documento a partir de descritores que englobam a temática da obra analisada. Como prevê Naves e Kuramoto, o ato de indexar pode ser definido como “[...] o processo intelectual que envolve atividades cognitivas na compreensão do texto e a composição da representação do documento”. (NAVES; KURAMOTO, 2006, p. 104). Complementando-se ainda com a seguinte proposição:

[...] a indexação enquanto um processo de análise documentária, definido como ato de descrição ou identificação em um documento de termos de seu conteúdo temático, ou seja, consiste na representação dos documentos por meio de termos (descritores ou palavras-chave) extraídos tanto do texto original quanto dos termos escolhidos através de uma linguagem de informação ou indexação. (DUARTE, 2007, p. 2).

Por intermédio da análise do assunto o indexador é capaz de identificar e selecionar os termos que melhor representarão o conteúdo informacional de determinado documento, portanto, defende-se que estudos acerca da leitura documentária são extremamente relevantes (FUJITA, 2003).

Contudo, não se pode falar em processo de indexação sem mencionar a análise conceitual que, de acordo com Lancaster, “[...] significa nada mais do que a identificação dos assuntos estudados ou representados num documento” (LANCASTER, 2004, p. 25), no qual, à luz de uma abordagem pragmática, teriam como resultado a elaboração de descritores relacionados com o conteúdo intelectual do documento original, para ajudar o pesquisador a encontrá-lo quando precisar (WOOSTER, 1964). E, ainda acerca da postura do indexador sob uma perspectiva prática, Tinker (1996, p. 97) defende:

Ao atribuir um descritor a um documento, o indexador declara que tal descritor possui alto grau de relevância para o conteúdo do documento; quer dizer, ele declara que o significado do descritor está fortemente associado a um conceito incorporado ao documento, e que é adequado à área temática do documento.

No tocante ao tratamento temático da informação, de acordo com Dias e Naves (2013), salienta-se o uso da Linguagem de Indexação (LI) enquanto instrumento para fornecer os “[...] termos padronizados para representar o assunto ou assuntos identificados nos documentos analisados, a Linguagem de Indexação (LI)” (LAPA, 2014, p. 70), constituindo o chamado vocabulário controlado. De maneira antitética à ideia do vocabulário controlado encontra-se a Linguagem Natural (LN), pois ela é a linguagem utilizada corriqueiramente, no cotidiano das pessoas, de forma escrita e falada, definida como sinônimo de discurso comum, nas proposições de DIAS e NAVES (2013). E, ainda, a expressão texto livre também é utilizada como sinônimo da LN, na concepção de Lancaster (2004), geralmente se refere às palavras extraídas dos textos, podendo ser o conteúdo completo de um documento ou apenas uma parte dele (LANCASTER, 2004).

Por seu turno, Rivier (1992) e Anízio e Nascimento (2012) sustentam que a LI pode ser conceituada como uma linguagem artificial, já que sua construção se dá por intermédio da utilização de normas, com vistas à propositura de códigos que possam permitir um eficiente tratamento e recuperação da informação, valendo-se da “[...] terminologia com o intuito de garantir referenciais para a organização de campos temático-funcionais”. (LAPA, 2014, p. 70 - 71).

Concernente à definição da LI, de acordo com Fujita (2004), pode-se dizer que a LI é um agrupamento de termos controlados dotados de regras sintáticas e semânticas, objetivando a representação dos conceitos significativos dos assuntos presentes nos documentos na fase de tradução da indexação, e também, conseqüentemente, durante a representação do assunto pelo usuário (FUJITA, 2004; LAPA, 2014).

Comumente a literatura especializada da área apresenta como sinônimas as expressões “Linguagem de Indexação” (LI) e “Linguagem Documentária” (LD). Embora tenha se optado utilizar LI como “padrão” neste estudo, por vezes, a expressão Linguagem Documentária também poderá ser encontrada, valendo-se do mesmo sentido que a anterior.

Um conjunto de informações só se constitui como uma linguagem documentária se a ideia de organização da informação como fim em si mesmo for deixada de lado, passando a predominar a relação que a linguagem documentária propõe: a organização como forma de acesso, promovendo a circulação e disseminação efetiva da informação. Esta afirmativa pode ser vista e melhor analisada através das afirmações de Tálamo (1997, p. 10):

[...] o tratamento da informação envolve criação e agregação de valor a um conteúdo, respondendo pela socialização desse mesmo conteúdo, que passa então, a ser entendido efetivamente como informação. Nesse sentido a linguagem documentária é não apenas referência para organização, mas também meio de promoção de fluxos e várias ordens visando interlocução adequada.

Corroboram, nesse sentido, Mendonça e Carvalho (2007, p. 3), ao afirmarem que a LD tem o condão de padronizar a descrição do assunto, traduzir o conteúdo de um documento e promover a circulação da informação, permitindo a comunicação usuário-sistema, criando assim um relacionamento entre os termos.

No tocante à conversão da análise conceitual de um documento em um determinado conjunto de termos de indexação para o vocabulário do sistema, tem-se a chamada tradução (FUJITA, 2003). É neste momento (da tradução) que se realiza a representação de conceitos por termos de uma LI (FUJITA, 2003; LANCASTER, 2004; LAPA, 2014; ANÍZIO e NASCIMENTO, 2012). Para Lancaster (2004), durante a etapa da tradução é importante ser feita a distinção entre indexação por extração (indexação derivada) e indexação por atribuição, conforme pode ser verificado abaixo:

Na indexação por extração, palavras ou expressões que realmente ocorrem no documento são selecionadas para representar seu conteúdo temático. [...] A indexação por atribuição envolve a atribuição de termos ao documento a partir de uma fonte que não é o próprio documento. Os termos podem ser extraídos da cabeça do indexador. (LANCASTER, 2004, p. 18 - 19).

Destarte, é durante a etapa de tradução que a indexação por extração utiliza a linguagem natural. Em contrapartida, a indexação por atribuição utiliza uma linguagem artificial, que é controlada e codificada, denominada de vocabulário controlado e também conhecida como linguagem documentária ou de indexação (ANÍZIO; NASCIMENTO, 2012).

Dias e Naves (2013, p. 13-14)) dividem a linguagem de indexação controlada da seguinte forma:

Existem dois tipos principais de linguagens de indexação: linguagens alfabéticas e linguagens simbólicas. Os principais tipos de linguagens alfabéticas que existem são as listas de cabeçalhos de assuntos e os tesouros. Os cabeçalhos são para uso, principalmente, de bibliotecas públicas e outros tipos de bibliotecas cuja abrangência de assuntos seja mais geral. Os tesouros, por outro lado, são voltados para coleções especializadas, seja em determinado campo do conhecimento, seja em qualquer área orientada para uma missão. Quanto às linguagens simbólicas, estas se limitam praticamente aos sistemas de classificação bibliográfica, que utilizam símbolos, como letras e números para representar os assuntos dos documentos.

Mediante as afirmações trazidas nesta subseção, a seguir, serão abordados algumas das principais características concernentes à indexação da informação jurídica.

2.3 Indexação da Informação Jurídica

A partir da leitura da seção anterior, nota-se o quão complexo pode ser o universo da Organização do Conhecimento, perpassando por processos e etapas, muitas vezes pré-definidas, conforme mostrado por meio das citações de alguns estudiosos da área. Isto posto, por este estudo ter a finalidade de análise da produção científica na área de indexação da informação jurídica, mais especificamente os artigos científicos publicados nas bases BRAPCI (Base de Dados Referencial em Artigos de Periódicos em Ciência da Informação), LISTA (Library, Information Science and Technology Abstracts), Redalyc (Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal), SciELO (Scientific Electronic Library Online), Scopus e Portal de Periódicos CAPES; serão abordados, de maneira breve (sem a pretensão de exaurir a temática), alguns dos aspectos comumente utilizados pelos profissionais da informação com vistas à indexação da informação jurídica.

Antes de adentrarmos na indexação da informação jurídica de maneira mais específica, precisa-se esclarecer o domínio jurídico na Ciência da Informação. Pois, o termo “domínio” é usado para se referir a um determinado grupo de pessoas que compartilham objetivos comuns, mesmo que sejam constituídos de maneira diferente. Podem ser mencionados como exemplos de domínio uma determinada área de especialização, um corpo de literatura, um grupo de pessoas trabalhando juntas em uma organização ou toda a organização (MAI, 2004; REIS, 2019).

Destaca-se também que a “[...] Análise de Domínio (AD), como é entendida na organização do conhecimento [...]” (REIS, 2019, p. 70), pode ser definida como um conjunto de técnicas utilizadas para identificar uma base de conhecimento específica. Sendo ainda, a AD, capaz de permitir estudos acerca do processo de indexação (SMIRAGLIA, 2015 *apud* REIS, 2019).

Por ser uma área que apresenta muitas particularidades e formas diferenciadas de documentos, a indexação da informação jurídica requer do indexador algumas habilidades específicas. Afinal, há uma escassez significativa de literatura norteadora para o profissional da informação quanto ao manuseio e organização dos documentos legais, à leitura técnica e à análise do documento. Ademais, soma-se aos anteriores a falta de homogeneidade na terminologia jurídica (MENDES, 2010; REIS, 2019). Daí, a

importância de estudos e conhecimento, por parte dos bibliotecários, acerca do domínio supramencionado.

Faz-se necessário tecer ponderações acerca da imprescindibilidade da leitura técnica⁵ no domínio jurídico. Afinal, há um quantitativo bastante voluptuoso de produção de conhecimento na área jurídica e em seus variados tipos de informação (como já destacado na subseção 2.1 deste estudo). Esse mesmo tipo de leitura é “[...] feita com propósitos e objetivos definidos de compreensão do texto, identificação e seleção de conceitos para o processo de análise de assunto num determinado domínio do conhecimento.” (FERREIRA, 2017, p. 62). Por isso, destaca-se que a leitura a qual esta pesquisa se refere diverge das leituras convencionais. Corrobora Moura (2006, p. 30) ao definir que a leitura técnica:

[...] consiste na abordagem global dos itens informacionais, e tem por objetivo recolher os dados que permitirão o estabelecimento da representação desses itens nos sistemas de informação. [...] A leitura técnica busca, por meio de ferramentas específicas, a reconstituição bruta da informação veiculada no texto original. A leitura feita para fins de representação informacional visa, assim, a identificação e a extração de referências dos textos originais para sua posterior transformação em textos documentários, como resumos, descritores ou palavras-chave. O procedimento técnico decorrente dessa leitura, embora organizado para atender a uma atividade específica, também acontece envolvido na complexidade que o ato de ler representa.

Ainda acerca da leitura técnica, sob a perspectiva de Fujita (2003), é possível perceber a existência do binômio (ou concepções, conforme denominou a autora) leitura orientada para o conteúdo do documento e leitura com vistas à demanda do usuário. Na leitura orientada para o conteúdo haverá a identificação dos conceitos, enquanto que a leitura focada na demanda do usuário estará voltada “[...] à preservação do contexto do documento, e à seleção de conceitos” (FERREIRA, 2017, p. 63). É importante o indexador levar em consideração essas duas concepções de leituras no momento da indexação, porque, de acordo com Fujita (2003, p. 86): “[...] a análise orientada para o conteúdo pressupõe a explicitação do significado do texto, uma situação que não se resolve sem que haja compreensão de leitura”.

Conforme abordado na subseção 2.1 deste capítulo, a documentação jurídica pode ser genericamente conceituada “[...] como a reunião, análise e indexação da doutrina, da legislação, da jurisprudência e de todos os documentos oficiais relativos a

⁵ A leitura técnica, no universo da indexação, também pode aparecer na literatura como “leitura profissional” ou “leitura documentária”. Entretanto, optou-se adotar, aqui, a expressão “leitura técnica”, para fins de padronização terminológica.

atos normativos” (MOURÃO; MASTRO, 1989, p. 13). Como se vê, o documento jurídico vai muito além de livros e artigos científicos, além de possuir uma terminologia única para alguns tipos de documentos. Portanto, por serem mais explorados por autores da área da CI, e por este estudo ter como objetivo geral a análise da produção científica sobre o tema de indexação da informação jurídica na área de Ciência da Informação, serão explanados os procedimentos de indexação da jurisprudência, mais precisamente o acórdão e a ementa. Pois, esses procedimentos serão norteados pelos estudos de Guimarães (1994; 2004), Ferreira (2017), Reis (2019) e Braz (2013).

José Augusto Guimarães (1994) defende, em sua tese, a utilização de quatro categorias fundamentais para que possa ser realizada a análise de assunto do acórdão, a saber: Fato, Instituto Jurídico, Entendimento e Argumento. Seu estudo baseia-se na Teoria Tridimensional do Direito (TTD), proposta pelo jurista e doutrinador Miguel Reale, a partir do ano de 1940, (GUIMARÃES, 1994; FERREIRA, 2017), na busca de uma estrutura metodológica facetada que possa permitir a identificação de conceitos dos acórdãos. E, posteriormente, tais categorias deram ensejo à segunda proposta metodológica desenvolvida por Guimarães (2004), mas, desta vez, versava sobre a elaboração da ementa (também conhecida como resumo jurisprudencial) (FERREIRA, 2017).

Nas acepções de Reale (2002), todo fenômeno jurídico pode ser concebido a partir de três elementos principais: fato, valor e norma, uma vez que, o núcleo do fenômeno jurídico é valorativo, tendo sua maior importância na interpretação e não no normativismo jurídico (FERREIRA, 2017). Mediante demonstram as proposições abaixo:

[...] uma análise em profundidade dos diversos sentidos da palavra Direito veio demonstrar que eles correspondem a três aspectos básicos, discerníveis em todo e qualquer momento da vida jurídica: um aspecto normativo (o Direito como ordenamento e sua respectiva ciência); um aspecto fático (o Direito como fato, ou em sua efetividade social e histórica) e um aspecto axiológico (o Direito como valor de Justiça). [...] O problema da tridimensionalidade do Direito tem sido objeto de estudos sistemáticos, até culminar numa teoria, à qual penso ter dado uma feição nova, sobretudo pela demonstração de que: a) onde quer que haja um fenômeno jurídico, há, sempre e necessariamente, um fato subjacente (fato econômico, geográfico, demográfico, de ordem técnica etc.); um valor, que confere determinada significação a esse fato, inclinando ou determinando a ação dos homens no sentido de atingir ou preservar certa finalidade ou objetivo; e, finalmente, uma regra ou norma, que representa a relação ou medida que integra um daqueles elementos ao outro, o fato ao valor; b) tais elementos ou fatores (fato, valor e norma) não existem separados um dos outros, mas coexistem numa unidade concreta; c) mais ainda, esses elementos ou fatores não só se exigem reciprocamente, mas atuam como elos de um

processo [...] de tal modo que a vida do Direito resulta da interação dinâmica e dialética dos três elementos que a integram. (REALE, 2002, p. 64 - 65).

A supracitada Teoria Tridimensional do Direito, utilizada para o desenvolvimento da metodologia facetada na identificação de conceitos de acórdãos, proposta por Guimarães (1994; 2004), para possibilitar um melhor desempenho do operador da informação jurídica na identificação de conceitos aos quais esse profissional não tem conhecimento como jurista, mas sim, o conhecimento técnico aliado à realidade histórico-cultural da instituição na qual desempenha suas atividades enquanto indexador. Logo, nota-se que o fundamento da TTD está pautado na tríade: fato, valor e norma. Corroborar Ferreira (2017, p. 116): “[...] o fenômeno jurídico decorre de um fato social, recebe inevitavelmente uma carga de valoração humana, antes de tornar-se norma”. Afinal, o fenômeno jurídico decorre do desenvolvimento da sociedade, mais precisamente de um fato social (FERREIRA, 2017; GONZALEZ, 2006) não há como dissociá-lo do cenário político, econômico, social, cultural, ideológico etc., de um povo. Ora, o próprio Direito surge enquanto um contrato social para regular as ações humanas tornando viável a convivência em uma sociedade, portanto não há como relacionar o Direito apenas a uma norma positivada⁶, pois ele precisa acompanhar as mudanças ocorridas na sociedade.

Após essa breve explanação acerca da TTD, retomemos a proposta de modelo para análise de assunto nos acórdãos, criada por Guimarães (1994). Em seu estudo, o autor define os quatro elementos básicos da seguinte maneira:

a) o Fato (previsto com tal por REALE) é um dos elementos que, presente no Relatório, gera a lide de que trata o acórdão; b) o Instituto Jurídico (ao mesmo tempo norma e valor aplicado ao fato, na doutrina de REALE), representa a pretensão jurídica das partes – o direito discutido – na questão sub judice, estando igualmente presente no Relatório; c) o Entendimento (norma específica, enquanto resultado de uma operação axiológica entre o fato e a norma geral aventada – o instituto jurídico), elemento característico dos documentos jurisprudenciais, concretiza-se através do Dispositivo; d) o Argumento (explicitação do procedimento axiológico do Judiciário), presente na Motivação, estabelece nexos entre o fato e o instituto jurídico, tendo caráter persuasivo, de forma a garantir um “Dispositivo verossímil” às partes e às instâncias superiores na hipótese de interposição de posterior recurso. (GUIMARÃES, 1994, p. 185-186).

De maneira concisa, os quatro elementos supracitados podem ser caracterizados, tomando como base as definições trazidas por Guimarães (1994) e Ferreira (2017), da seguinte forma:

⁶ Aquela que se encontra de forma escrita, chamada, genericamente como direito positivado e/ou também conhecida como “letra de lei”.

- a. **Fato Jurídico** - refere-se ao bem jurídico que está sendo discutido no acórdão. O fato material é capaz de produzir efeitos jurídicos. Refere-se a uma situação concreta de natureza genérica, mas que pode ser repetida em outros contextos.
- b. **Instituto Jurídico** - refere-se ao direito pretendido judicial, uma espécie de relação com previsibilidade na lei. Está previsto em lei, caracterizado pela doutrina e apreciado pela jurisprudência. No âmbito da análise documentária, Guimarães (1994) pondera: i) possui caráter genérico e abstrato; ii) reflete, no âmbito do acórdão, “o que se busca” do Poder Judiciário; iii) “como decorrência do aspecto anterior, constitui-se no elemento básico de pesquisa no acórdão, uma vez que o fato atua como seu elemento especificador, circunstanciando-o” (GUIMARÃES, 1994, p. 192); e, iv) a terminologia encontra-se mais homogênea.
- c. **Entendimento** - estabelece um nexo positivo ou negativo entre o fato e o instituto jurídico, geralmente, manifestando-se a partir das seguintes expressões: “dar/negar provimento”, “conhecer/desconhecer”, por exemplo. Ademais, ele permite uma maior precisão na busca, eliminando ruídos no SRI.
- d. **Argumento** - refere-se ao fundamento de uma decisão proferida pelo colegiado ou turma. Tem o condão de fazer surgir precedentes judiciais que, via de regra, estarão presentes em novos julgamentos a partir de então, com o intuito de consubstanciar o que tem sido decidido acerca de situações de fato e de direito semelhantes.

Ao ser abordada a indexação de acórdãos nota-se a correlação com a elaboração de suas respectivas ementas. Por isso, será considerada também a obra de Guimarães (2004), cujo título é “Elaboração de ementas jurisprudenciais: elementos teórico-metodológicos”, como estudo norteador para a elaboração de parâmetros metodológicos à construção de ementas a partir da condensação documentária em jurisprudência. Para o autor, havia uma imperiosa necessidade de criação desses parâmetros, pois, deste modo, a ementa poderia servir como ponto de partida à indexação (Guimarães chamou de representação documentária), garantindo um processo de condensação sucessiva (GUIMARÃES, 2004).

Foram criados onze requisitos (características) que serão melhor explicados ao longo desta subseção. O autor justificou a criação desses parâmetros teórico-metodológicos da seguinte maneira:

“[...] **a ementa**, como síntese básica do acórdão e elemento fundamental para a pesquisa jurisprudencial, **pode ser objeto de recuperação direta (por texto integral e em linguagem natural)** em bancos de dados da área desde que se atente para a sua **padronização** em termos de: a) adoção de uma ordem sintática que reflita a lógica intrínseca à tese jurídica ali defendida; b) controle de vocabulário, por meio da adoção dos termos jurídicos, tal como tecnicamente previsto na legislação ou na doutrina, sem o uso de artifícios retóricos; c) preocupação em exteriorizar, no dispositivo, o Argumento que embase o Entendimento de modo a garantir ao pesquisador maior especificidade no resultado de sua busca, uma vez que este terá condições de eleger, dentro de um dado Entendimento que lhe interessa, qual(ais) o(s) argumento(s) que mais vão ao encontro de seus objetivos em detrimento de outros por ele considerados menos adequados.” (GUIMARÃES, 2004, p. 120-121, grifos nossos).

Preliminarmente, a correlação entre a indexação de acórdãos e a elaboração de suas respectivas ementas precisa ser esclarecida, embora seja uma definição de maneira simplória, as ementas podem ser conceituadas como um resumo dos acórdãos. Por isso, destaca-se a citação de Lancaster (2004, p. 6): “[...] a indexação de assuntos e a redação de resumos são atividades intimamente relacionadas, pois ambas implicam a preparação de uma representação do conteúdo temático dos documentos”. Destarte, nota-se a relação conceitual e metodológica entre as atividades de indexar e resumir (FERREIRA, 2017), porque “o resumidor redige uma descrição narrativa ou síntese do documento, e o indexador descreve seu conteúdo ao empregar um ou vários termos de indexação, comumente selecionados de algum tipo de vocabulário controlado” (LANCASTER, 2004, p. 4).

Por conseguinte, Kobashi (1994) reforça o entendimento de Lancaster no tocante à aproximação conceitual entre indexação e resumo, uma vez que, para a autora, as duas operações possuem núcleo de mesma natureza; apresentando características semelhantes, quais sejam: análise e compreensão do texto, seleção das informações principais e representação das informações dentro de padrões estabelecidos pela norma (FERREIRA, 2017). Ainda de acordo com Kobashi (1994), o resumo pode ser caracterizado como um texto que representa o original sob a forma de um novo texto condensado, já a indexação, por seu turno, “[...] caracteriza o tema do documento por meio de palavras ou de sintagmas de uma linguagem documentária” (KOBASHI, 1994, p. 108). Contudo, em relação às diferenças, a autora pondera como

principal a maneira como a mensagem é veiculada, pois, no resumo, de forma geral, há uma relação de adjacência com o documento original; em contrapartida, o índice traz em seu âmago apenas semelhança com o texto original (FERREIRA, 2017; KOBASHI, 1994).

Conforme mencionado anteriormente, a ementa de um acórdão apresenta características peculiares e, por isso, para que seja possível uma recuperação de busca eficaz no SRI, foram propostos onze procedimentos, por Guimarães (2004). Tais requisitos a serem atendidos são o resultado da compilação dos procedimentos propostos por Atienza (1981) e Campestrini (1994) somados a três novos propostos por Guimarães (2004). Como demonstrado abaixo:

Para que efetivamente possa se constituir em resumo da decisão expressa no acórdão, necessário se torna à ementa possuir algumas características – que, dada sua necessidade, constituem-se em requisitos sem os quais estaria ela descaracterizada. Em termos de literatura, apenas Atienza (1981) e Campestrini (1994) traçam algumas considerações a respeito. Atienza (1981, p. 31-33) propõe quatro requisitos básicos para a redação de ementas jurisprudenciais: clareza, objetividade, precisão e concisão. Campestrini (1994, p. 13-42), por sua vez, apresenta como qualidades do dispositivo: objetividade, concisão, afirmação, proposição, precisão, univocidade, coerência e correção. Partindo-se das características acima apontadas, propomos ainda três outras: análise prévia, seletividade e independência. (GUIMARÃES, 2004, p. 82).

A seguir, serão apresentados algumas breves considerações a respeito das características dos onze procedimentos propostos por Guimarães (2004):

- a. **Clareza** - neste item, Guimarães (2004) informa que o dispositivo da ementa deve possuir apenas um sentido, apresentando uma redação simples de forma a permitir seu perfeito entendimento. Por isso, ele sugere que sejam evitadas as obscuridades e ambiguidades que possam gerar interpretações díspares.
- b. **Objetividade** - abrange duas questões: a primeira questão a se abordar é a fidelidade da ementa ao conteúdo temático preponderante do acórdão, sem divagações; já a segunda, refere-se cuidado no uso de termos ou expressões de teor subjetivo, pois pode comprometer o caráter técnico (e, inclusive o seu valor enquanto fonte de pesquisa) do documento.
- c. **Concisão** - deve-se verificar a efetiva essencialidade de todas as palavras que comporão o enunciado, excluindo-se as que visam apenas a um efeito retórico.

- d. **Afirmação** - deve conceituar ou estabelecer uma regra geral de conduta e, para tanto, deve ser direta, não sendo adequado o uso de duplas negações (que, em verdade, significam afirmações) como, por exemplo: nada obsta que, nada veda que, não é ilegal etc.;
- e. **Proposição** - a ementa deve constituir-se em um enunciado com sentido completo, contendo sujeito, verbo e complementos; deve-se evitar adjetivos com função de verbo, pois a ação principal (o Entendimento) fica oculta em um qualificativo.
- f. **Precisão** - devem ser utilizadas na ementa expressões consagradas pela técnica jurídica (preferencialmente de uso dominante e generalizado seja doutrinariamente, seja territorialmente).
- g. **Coerência** - o dispositivo da ementa deve possuir lógica, nexos, bem como coesão e harmonia por entre as partes, de modo a evitar contradições e incongruências.
- h. **Correção** - ela deve estar de acordo com as regras gramaticais da língua portuguesa e evitar o estrangeirismos.
- i. **Seletividade** - a ementa precisa trazer, necessariamente, a questão nuclear do acórdão.
- j. **Análise prévia** - como resumo que é, deve ser fruto de um processo de análise visando à condensação do documento, processo em que se selecionam seus aspectos mais importantes, procurando-se recuperar os silogismos básicos desenvolvidos. Dessa forma, deve ser um novo documento, com começo, meio e fim e não uma mera transcrição de trecho de voto, por mais elucidativa que essa possa parecer.
- k. **Independência (inteligibilidade fora do texto original)** - o dispositivo da ementa deve ser uma proposição inteligível por si só, sem necessidade de leitura do acórdão na íntegra, ou sequer do cabeçalho.

Para que haja uma análise de assunto de maneira segura e fiel de determinado documento, na área jurídica, faz-se necessário ter uma associação de determinados aspectos juntamente ao conhecimento prévio da área em estudo, sobretudo a documentação da área jurídica devido a sua complexidade (conforme mencionado outrora neste trabalho). Portanto, o profissional da informação, de acordo com Reis (2019, p. 84), estará apto a realizar a leitura documentária de forma adequada à

atividade a partir do uso de estratégias metacognitivas de leitura. E, ainda, destaca-se que alguns autores defendem que o núcleo da CI encontra-se nos tipos e estruturas de documentos (ALBRECHSTEN; HJØRLAND, 1997, p. 142; REIS, 2019, p. 85).

Reis (2019) defendeu que inúmeros fatores precisam ser levados em consideração na definição de modelos de leitura documentária, feitos por profissionais da informação, que consigam suprir a escassez de padronização no momento da indexação da informação jurídica. Dentre esses fatores, a autora elencou as estratégias de leitura, o conhecimento prévio da área, o domínio de atuação e o tipo de estrutura do documento analisado. Para isso, ela lançou mão de estudos acerca dos processos metacognitivos utilizados no momento da leitura documentária de bibliotecários do domínio jurídico, utilizando, para tal, teorias associadas à construção de significados. E, em um segundo momento, Reis mapeou os processos mentais interpretativos dos profissionais da informação no domínio jurídico, a partir da coleta de dados oriundos de Protocolo Verbal Individual, aplicado a bibliotecários da área jurídica. Com isso, Reis (2019) buscou entender quais os processos interpretativos utilizados pelos bibliotecários experientes no domínio jurídico, durante a leitura documentária, haja vista “[...] a contribuição que traz para a área de organização do conhecimento e para os bibliotecários do domínio jurídico”. (REIS, 2019, p. 22).

A seguir, serão apresentados alguns dos procedimentos sugeridos por Reis (2019) para a análise de assunto de livros e artigos de periódicos (impressos e digitais) do domínio jurídico, com ênfase na doutrina. Nos livros, os itens a serem observados são: capa, contracapa, orelha, anverso da folha de rosto, verso da folha de rosto, apresentação, prefácio, sumário e capítulos. Já nos artigos de periódicos, a autora dividiu em periódicos impressos ou digitais. Vejamos abaixo:

a. Livro:

- **Capa** - é uma parte bastante consultada por analistas de assunto e usuários. É o primeiro contato que se tem com o documento. Ocasionalmente, é possível encontrar informações inconsistentes com outras partes do livro, como número da edição ou subtítulo (alguns subtítulos da capa divergem dos da folha de rosto). Para Reis (2019, p. 85): “Não é uma fonte de informação confiável”. Abaixo, há alguns modelos para melhor entendimento:

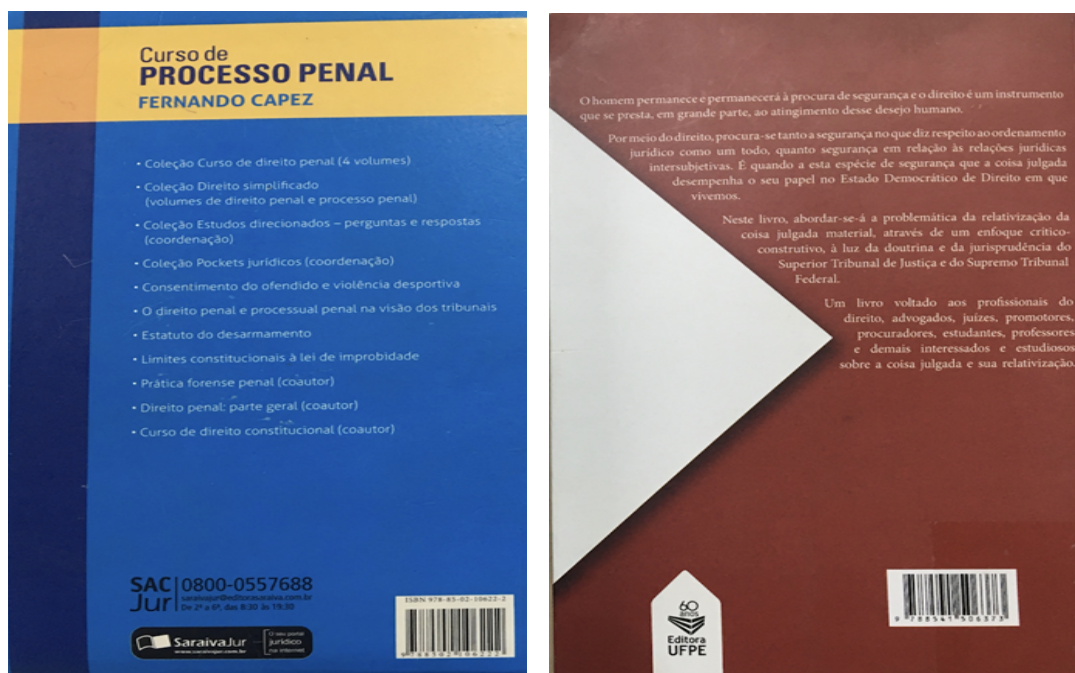
Figura 2 - Exemplos de capas de livros da área jurídica



Fonte: Reis (2019, p. 85).

- **Contracapa** - logo após a capa, a contracapa é um dos primeiros elementos a ser consultado. Não sendo item obrigatório para publicação do livro, quando presente, a contracapa contém informações breves sobre o conteúdo, autor ou coleção. Nessa parte, está sempre presente o código de barras com ISBN do livro. Na maioria dos casos, ela apresenta o mesmo tipo de informação que a orelha do livro.

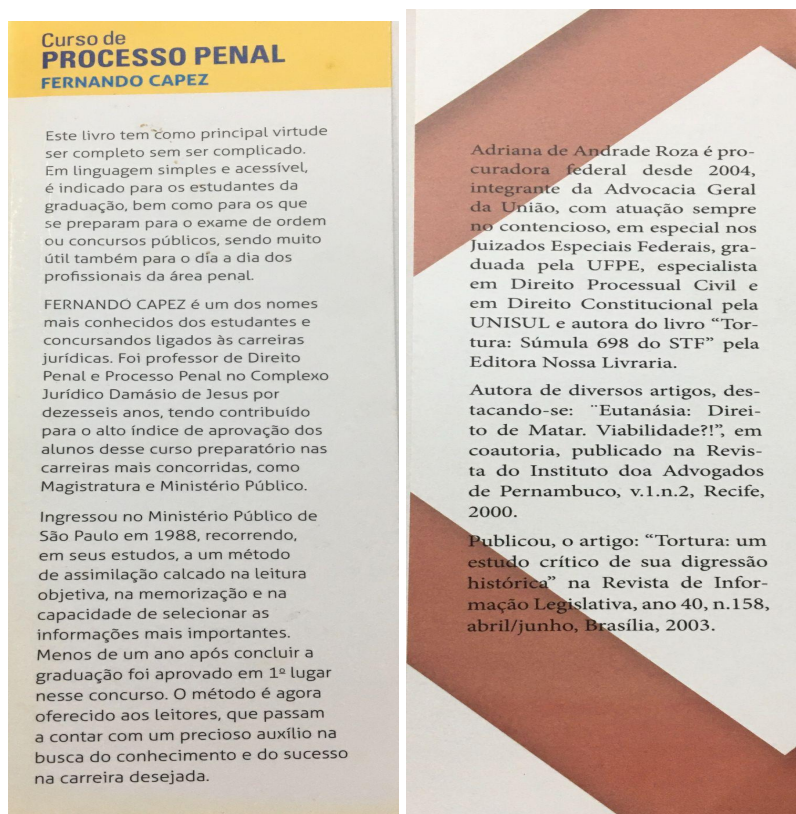
Figura 3 - Exemplos de contracapas de livros da área jurídica



Fonte: A autora (2023).

- **Orelha** - contém informações mais concisas que as da contracapa; geralmente, traz informações breves sobre o livro, autores e coleção.

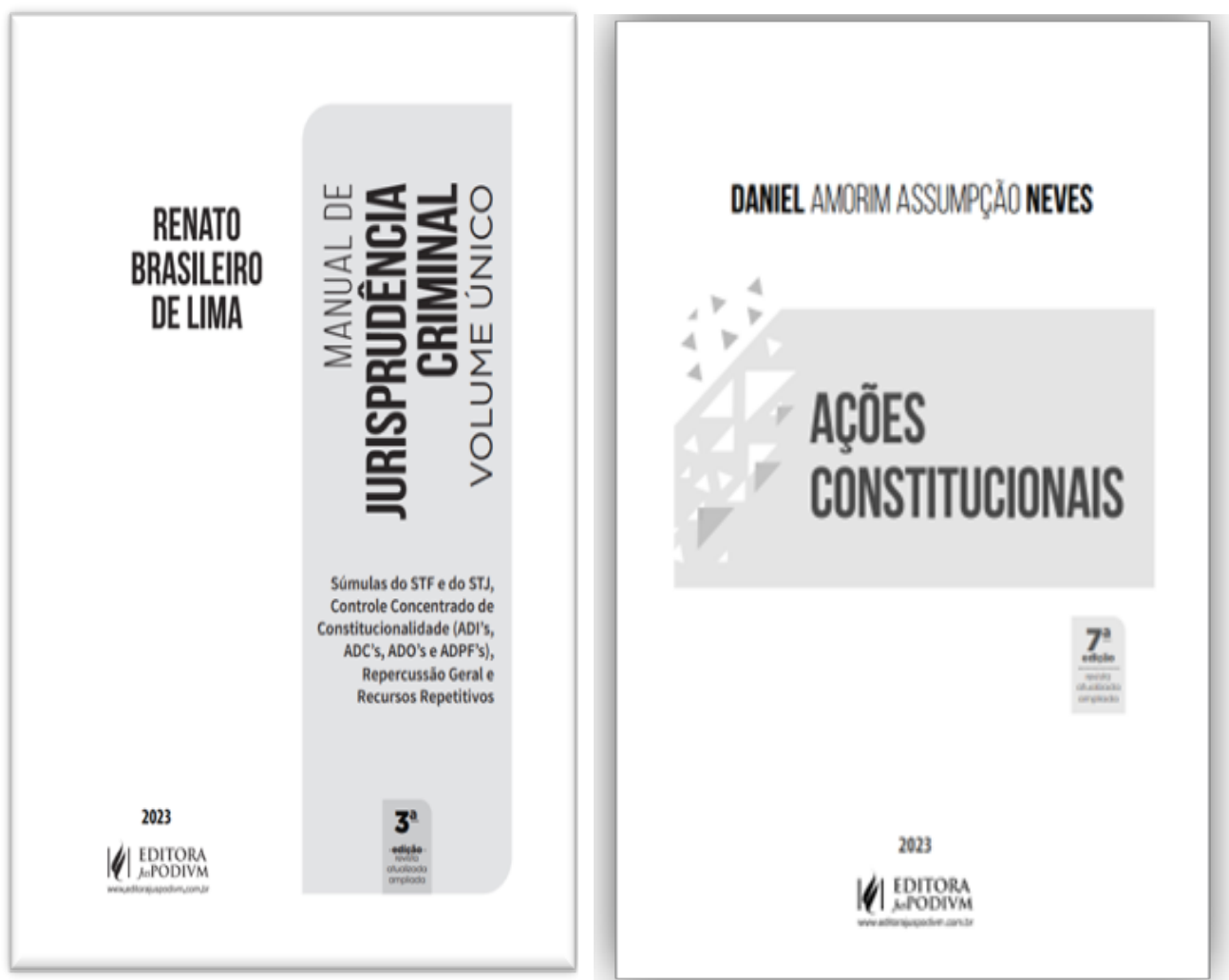
Figura 4 - Exemplos de orelhas de livros da área jurídica



Fonte: A autora (2023).

- **Anverso da folha de rosto** - os analistas de assunto sempre consultam esta parte do livro, visto que há informações confiáveis. Apresenta título, subtítulo (quando houver), edição (quando houver), editora, local de publicação e ano de publicação. Algumas possuem informações da coleção e sobre o acesso online ao livro (quando houver).

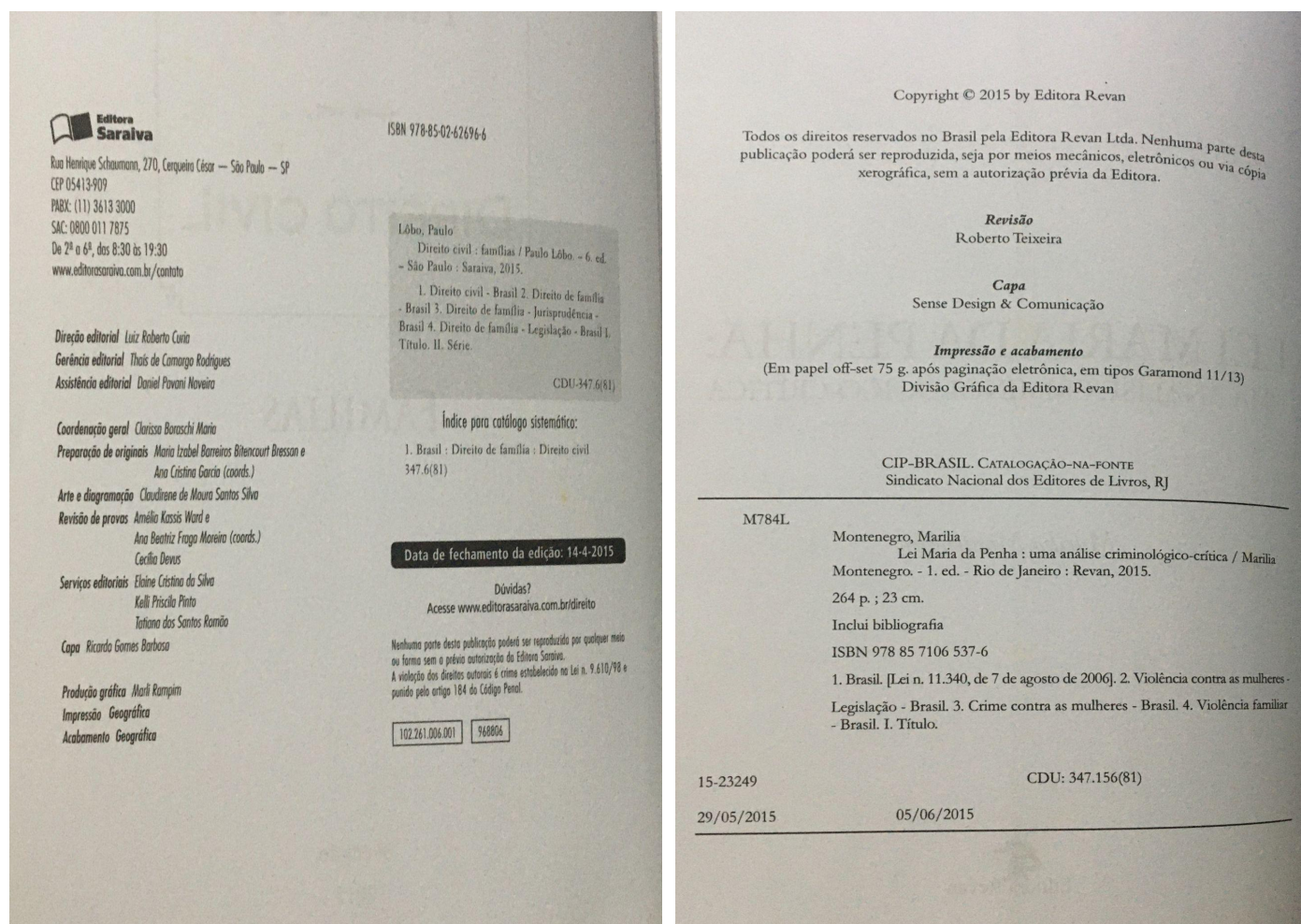
Figura 5 - Exemplos de anverso de folhas de rosto de livros da área jurídica



Fonte: A autora (2023).

- **Verso da folha de rosto** - via de regra, também é uma habitualmente consultado por analistas de assunto, porque contém informações sobre a edição, publicação e autores. Seria o local correto para a ficha catalográfica, embora, infelizmente, ainda seja um elemento muito negligenciado pelas editoras de livros.

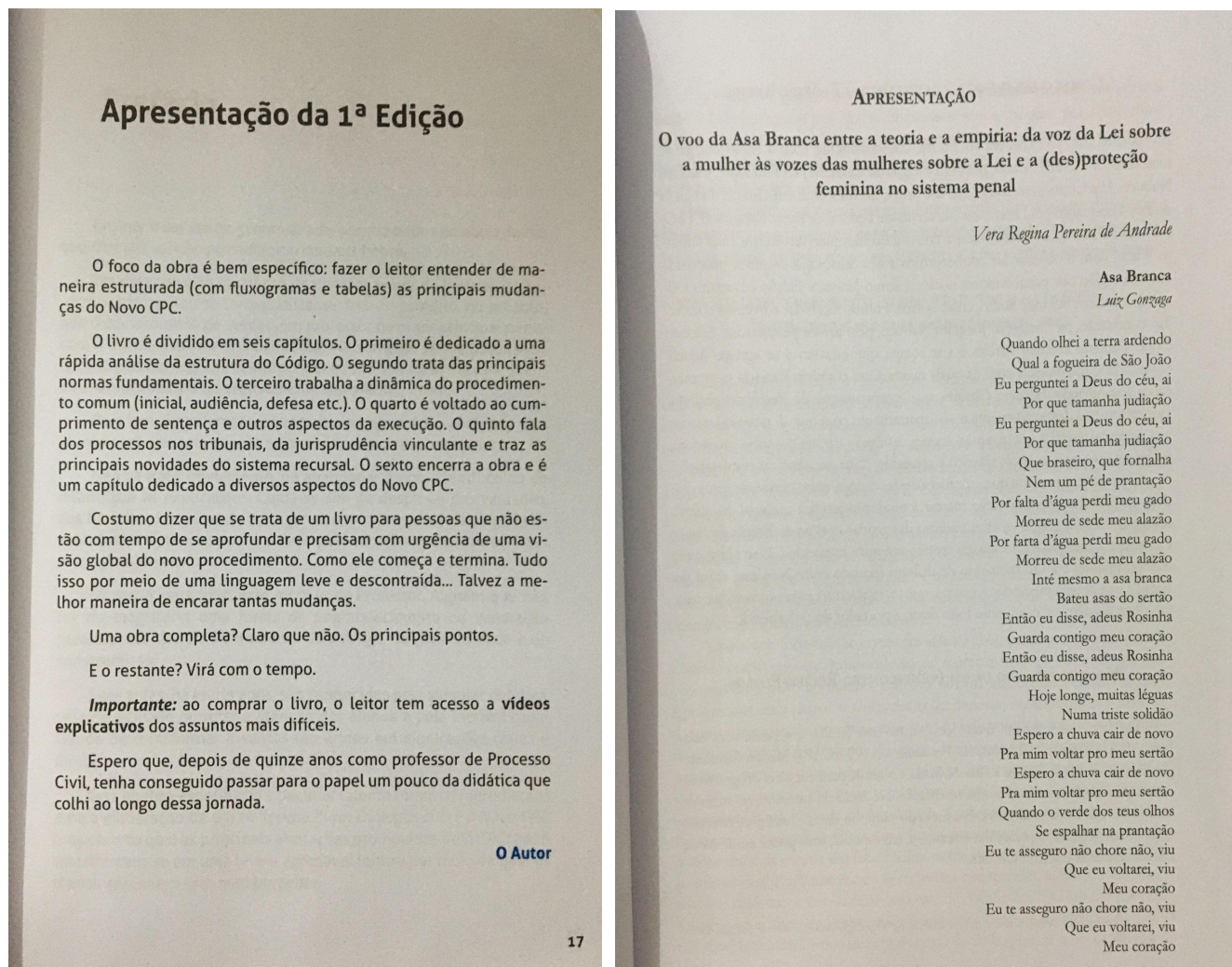
Figura 6 - Exemplos de verso de folhas de rosto de livros da área jurídica



Fonte: A autora (2023).

- **Apresentação** - este elemento não está presente em todos os livros da área jurídica; entretanto, quando aparece, vem relacionado ao conteúdo da edição e aos autores atualizadores de conteúdo.

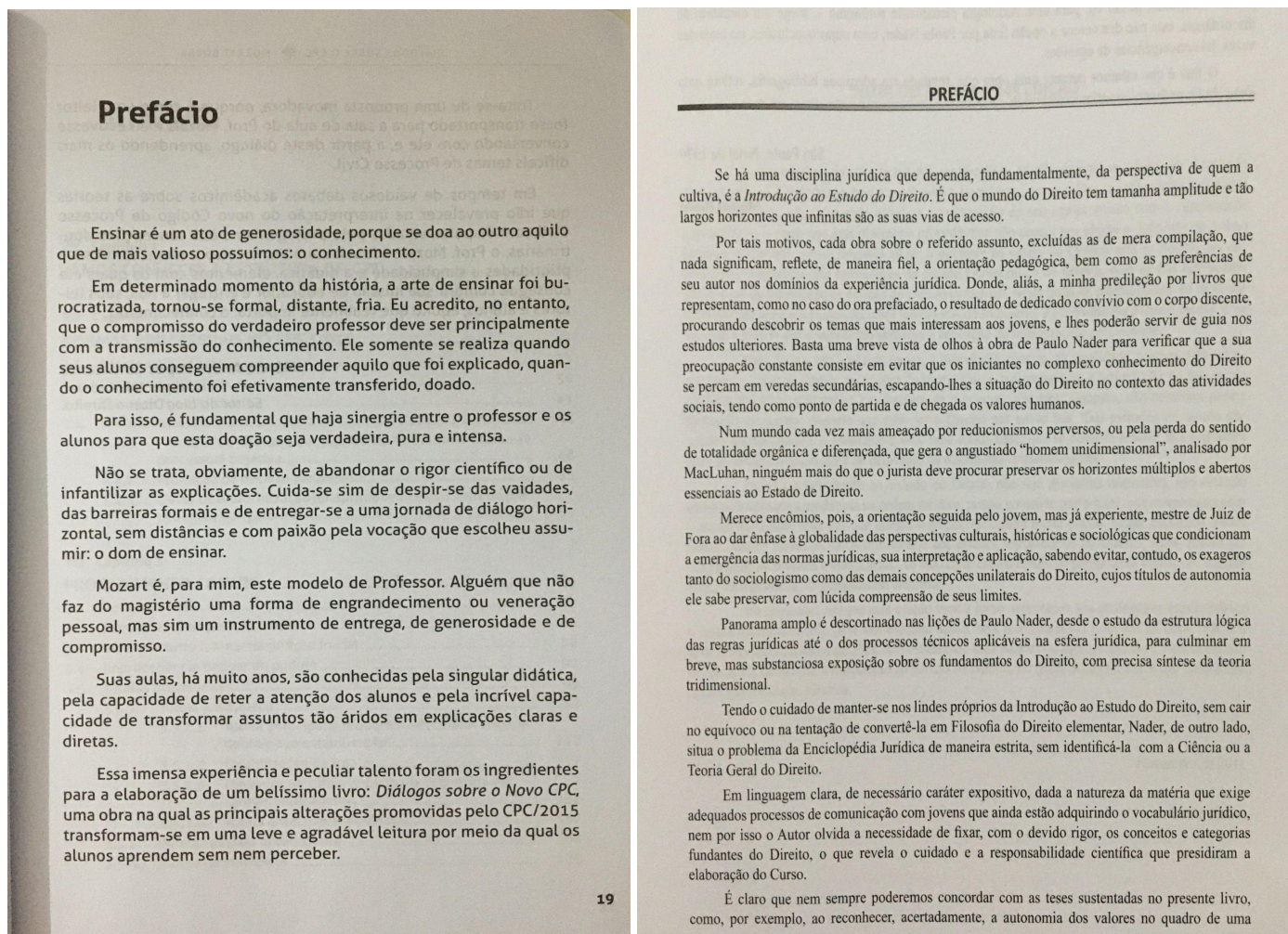
Figura 7 - Exemplos de apresentações de livros da área jurídica



Fonte: A autora (2023).

- **Prefácio:** Parte com conteúdo semelhante à apresentação e notas de um livro. Varia de acordo com a preferência dos autores e editores. Parte frequentemente consultada por analistas de assunto.

Figura 8 - Exemplos de prefácios de livros da área jurídica



Fonte: A autora (2023).

- **Sumário** - parte muito consultada pelos analistas de assunto, além de ser considerada de extrema importância para a análise de assunto, pois permite que alguns analistas de assunto façam uma representação exaustiva dos termos apresentados neste item.

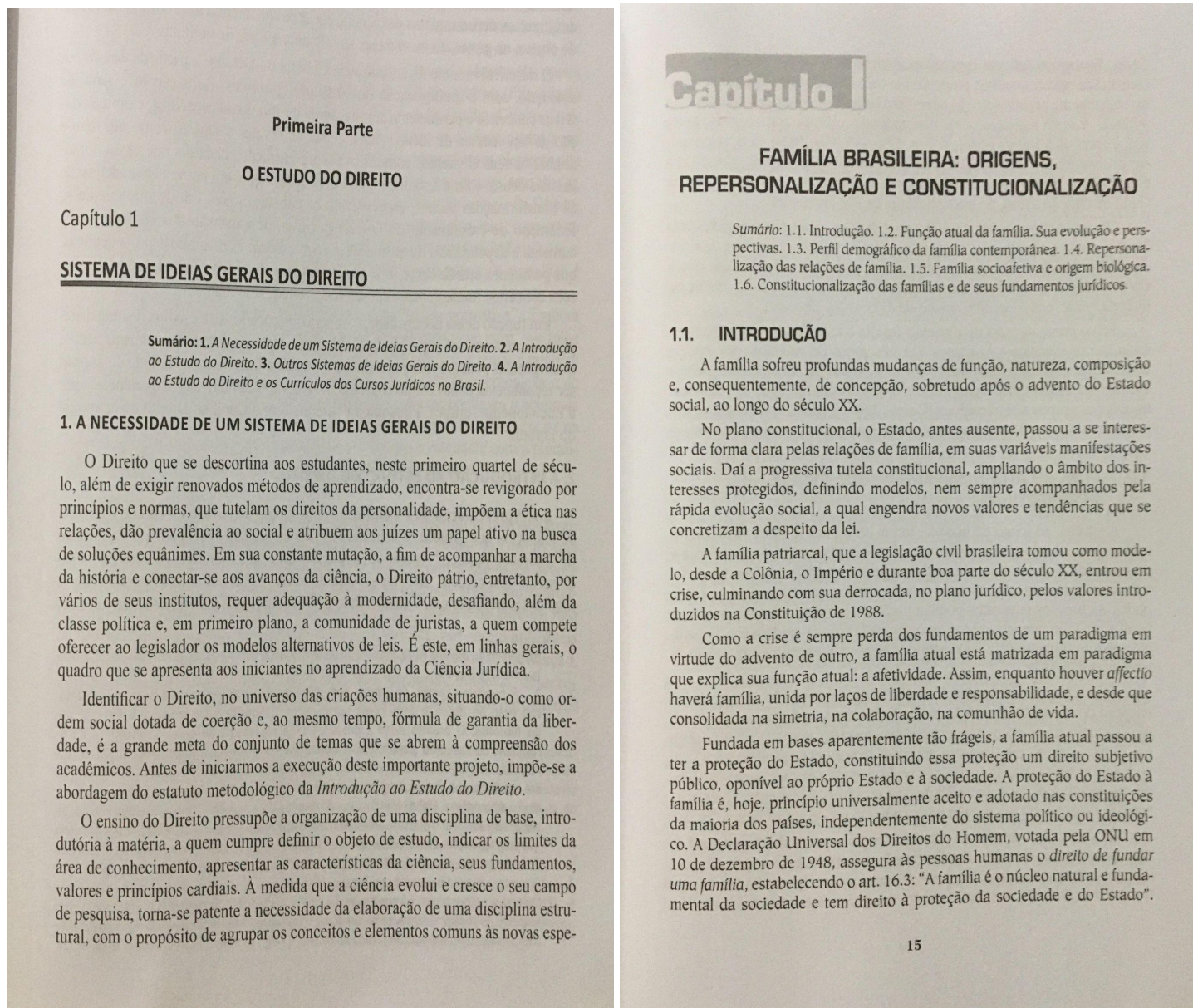
Figura 9 - Exemplo de sumário de livro da área jurídica

Sumário	
<i>Listagem de quadros.....</i>	13
<i>Listagem de gravuras</i>	15
<i>Lista de siglas</i>	17
1. Introdução.....	19
2. “Não é bem isso”: a implementação da guarda compartilhada e as dificuldades de sua compreensão pela sociedade.....	25
2.1 “Lugar de mulher é na cozinha”: uma breve análise histórica da família a partir das legislações brasileiras.....	26
2.2 “Vão-se os anéis... ficam os filhos”: o instituto do poder familiar e a sua manutenção após as rupturas relacionais	42
2.3 “Homem não tem jeito com criança”: o percurso do instituto da guarda no direito brasileiro	58
2.4 “Eu ganhei a guarda”: o compartilhamento como regra geral enquanto novo paradigma.....	83
3. “Mas isso é difícil na prática”: a compulsoriedade da guarda compartilhada em casos de litígio como forma de prevenção da alienação parental à luz da parentalidade responsável e da doutrina da proteção integral.....	107
3.1 “Quem não aprende no amor, aprende na dor”: a alienação parental como realidade presente nas dissoluções conjugais	108
3.2 “Eu quero que o juiz diga pra ELES”: o papel do Judiciário na efetivação do compartilhamento de guarda.....	130
3.3 “Foi ele(a) que começou”: a guarda compartilhada coativa à luz do princípio da parentalidade responsável e da doutrina da proteção integral de crianças e adolescentes como meio de promoção da igualdade parental.....	148

Fonte: A autora (2023).

- **Capítulos** - também conhecidos como o desenvolvimento do texto, algumas vezes acabam não sendo analisados, pois, em alguns casos, as informações fornecidas nos sumários já satisfazem a representação dos assuntos do livro presentes no livro.

Figura 10 - Exemplos de capítulos - desenvolvimento do texto de livros da área jurídica



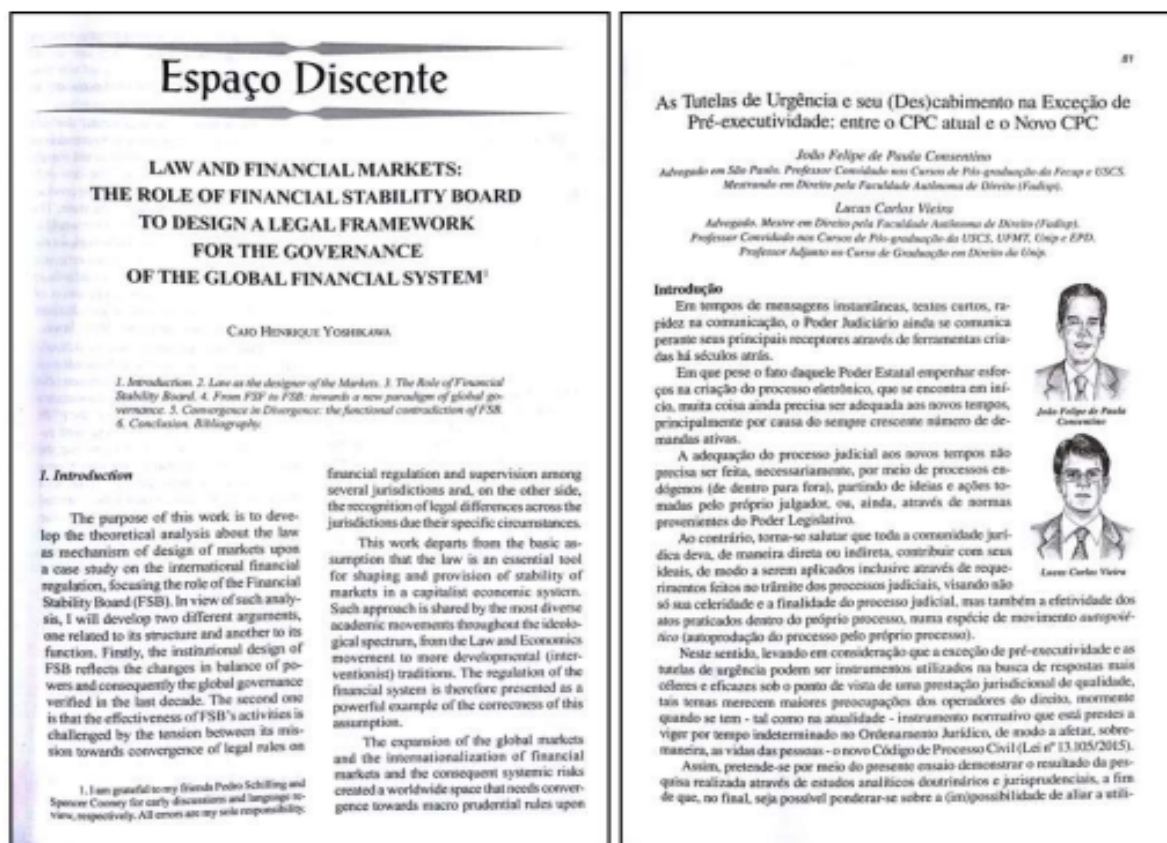
Fonte: A autora (2023).

b. Artigo de Periódico:

- **Artigo de periódico impresso** - costumam ser padronizados, de acordo com as regras de cada revista. Mas, geralmente, são compostos por título, sumário,

resumo e palavras-chave (nos idiomas que a revista exigir) e desenvolvimento do texto. O número de páginas dos artigos pode variar, e, na maioria das vezes, os analistas de assunto costumam consultar poucas páginas para conseguirem realizar seu trabalho.

Figura 11 - Exemplos de artigos de periódico impresso da área jurídica



Fonte: Reis (2019, p. 94).

- **Artigo de periódico digital** - possuem uma estrutura similar a dos artigos impressos. Muitas revistas são publicadas em meio digital e também em meio impresso. O grande diferencial entre ambos os formatos reside no acesso: o acesso do artigo em papel se dá por meio da compra do fascículo, o qual será organizado na biblioteca de acordo com a política. Por seu turno, o acesso ao artigo digital é disponibilizado através de assinatura (o tipo de acesso define se será possível fazer download do artigo ou somente consultá-lo na plataforma específica) durante a vigência do plano. A leitura documentária dos analistas de assuntos costuma ocorrer da mesma maneira para os dois tipos de artigo.

Figura 12 - Exemplos de artigos de periódico digital da área jurídica



Fonte: Reis (2019, p. 95).

Com base na pesquisa de Reis (2012) e de outros autores citados, verifica-se que, nas partes de estruturas ilustradas, tanto em livros quanto em artigos, a leitura documentária do analista de assunto costuma ser focada em alguns pontos específicos. O formato não afeta, de forma significativa, a leitura documentária do analista de assunto, pois os procedimentos de leitura e análise costumam ser os mesmos, quer em documentos impressos, quer aqueles em meio digital (REIS, 2019, p. 96).

Faz-se imperioso destacar também a pesquisa de mestrado de Braz (2013), pois a autora verificou os procedimentos adotados para a indexação da informação jurídica e a possibilidade desses procedimentos serem refletidos em uma política de indexação. O local da pesquisa ocorreu em três instituições: Tribunal Regional Eleitoral de

Pernambuco (jurisprudência), Assembleia Legislativa de Pernambuco (legislação) e Faculdade de Direito do Recife (doutrina) (BRAZ, 2013).

Para Braz (2013), uma política de indexação deveria ser tratada como uma filosofia que reflete os objetivos e interesses da instituição a qual está ligada, vejamos como a autora descreve:

[...] durante o desenvolvimento da pesquisa foi demonstrado que a política de indexação não deve ser vista simplesmente como uma lista de procedimentos que devem ser seguidos, mas como uma filosofia que reflete os objetivos e interesses da instituição, norteando os procedimentos de indexação e considerando também as variáveis que podem influenciar a eficácia de todo o processo até a recuperação. (BRAZ, 2013, p. 166).

Então, a partir das observações e entrevistas realizadas por Braz (2013), ela destacou quais os principais elementos para uma eficiente política de indexação no domínio jurídico:

- a. **adoção de um manual de indexação contextualizado** - tem que considerar o contexto da biblioteca, o sistema de gerenciamento do acervo, os tipos documentais, etc.;
- b. **destacar as macroestruturas a serem observadas para a etapa da análise** – na doutrina, considerar mais os elementos pré-textuais (título e subtítulo, resumo, sumário, introdução, palavras ou grupo de palavras em destaque), incluindo também a conclusão. Já para a legislação, considerar a parte preliminar das normas (epígrafe, ementa e preâmbulo). E na jurisprudência, a leitura do acórdão;
- c. **cumprir todas as etapas da análise documentária** – nesta etapa, Braz observou que a etapa da síntese, geralmente, não é cumprida, acarretando consequências como falhas na compreensão leitora;
- d. **preferência pela especificidade** – utilização da linguagem especializada na representação e um alto grau de aprofundamento temático;
- e. **exaustividade** – não há amplo aprofundamento na análise e representação na maioria das situações;
- f. **número de descritores** – de modo geral, era um número médio de 5 descritores para doutrina e jurisprudência, enquanto que a legislação teve cerca de 15 descritores; e,

- g. **adoção de um controle terminológico** – é necessário adotar um instrumento de controle do vocabulário, com o intuito de normalizar os descritores.

Então, sanadas algumas lacunas quanto aos procedimentos utilizados na indexação da informação jurídica, faz-se necessário explicar de maneira concisa o conceito de tesauro. Pois, tal instrumento é utilizado logo após a fase da análise de assunto, no momento da tradução, conforme já mencionado neste capítulo.

Entretanto, antes de entender tesauro, necessita-se conceituar vocabulário controlado, porquanto trata-se de um instrumento de controle terminológico usado na tradução da linguagem natural dos documentos para uma linguagem controlada, que define de forma clara as relações semânticas de equivalência (sinônimos), hierárquica (subordinação de assuntos) e associativa entre palavras (conceitos). O conceito de vocabulário controlado reside no recurso para “[...] organizar e recuperar documentos e informações com assistência, gerando, conseqüentemente, confiança no sistema” (SMIT; KOBASHI, 2003, p. 14). Sob a perspectiva de Lancaster (2004, p. 19), o vocabulário controlado apresenta uma estrutura semântica destinada a controlar sinônimos, optando por uma única forma padronizada, com remissivas de todas as outras.

No que tange o tesauro, o termo *thesaurus* (tesauro) etimologicamente provém do latim (*thesauru*) e do grego (*thesaurós*), tendo como significado a palavra tesouro ou armazenamento. Ele pode ser conceituado como um instrumento de controle terminológico utilizado em sistemas de informação com o intuito de traduzir “[...] a linguagem dos documentos, dos indexadores e dos pesquisadores numa linguagem controlada, usada na indexação e recuperação de informações” (ANÍZIO; NASCIMENTO, 2012, p. 127).

A utilização do termo tesauro só teve maior popularização a partir da publicação do dicionário analógico de Peter Mark Roget, intitulado “*Thesaurus of English Words and Phrases*”, publicado em Londres, 1852. Roget pretendia com a obra facilitar sua atividade literária, porque em seu dicionário as palavras não eram agrupadas segundo uma ordem alfabética, como acontece com os dicionários de língua, porém as palavras deveriam ser agrupadas de acordo com as idéias que elas exprimem. Roget faz entender a realidade de que uma mera lista ordenada de maneira alfabética não é suficiente para recuperação, seja de palavras, termos, ou principalmente, idéias.

Então, seguindo a linha de raciocínio traçada por Roget, o arranjo das palavras seria estritamente de acordo com o seu significado, como pode ser observado de acordo com a afirmativa de Gomes (1990, p. 13):

O propósito de um dicionário comum é simplesmente explicar o significado das palavras [...]. O que se almeja com este empreendimento [a obra de Roget] é exatamente o contrário: a saber, - tendo-se a idéia, encontrar a palavra, ou as palavras, pelas quais a idéia possa ser expressa de maneira mais adequada e ajustada. Com este objetivo, as palavras e frases da língua estão arranjadas aqui não de acordo com seu som ou grafia, mas estritamente de acordo com seu significado.

Analogamente a obra de Roget, a partir do agrupamento de termos, as novas listas estruturadas passaram a ser chamadas de tesouros e a função de indexação/recuperação da informação ficou associada a duas grandes características do Tesouro de documentação: os termos e suas relações.

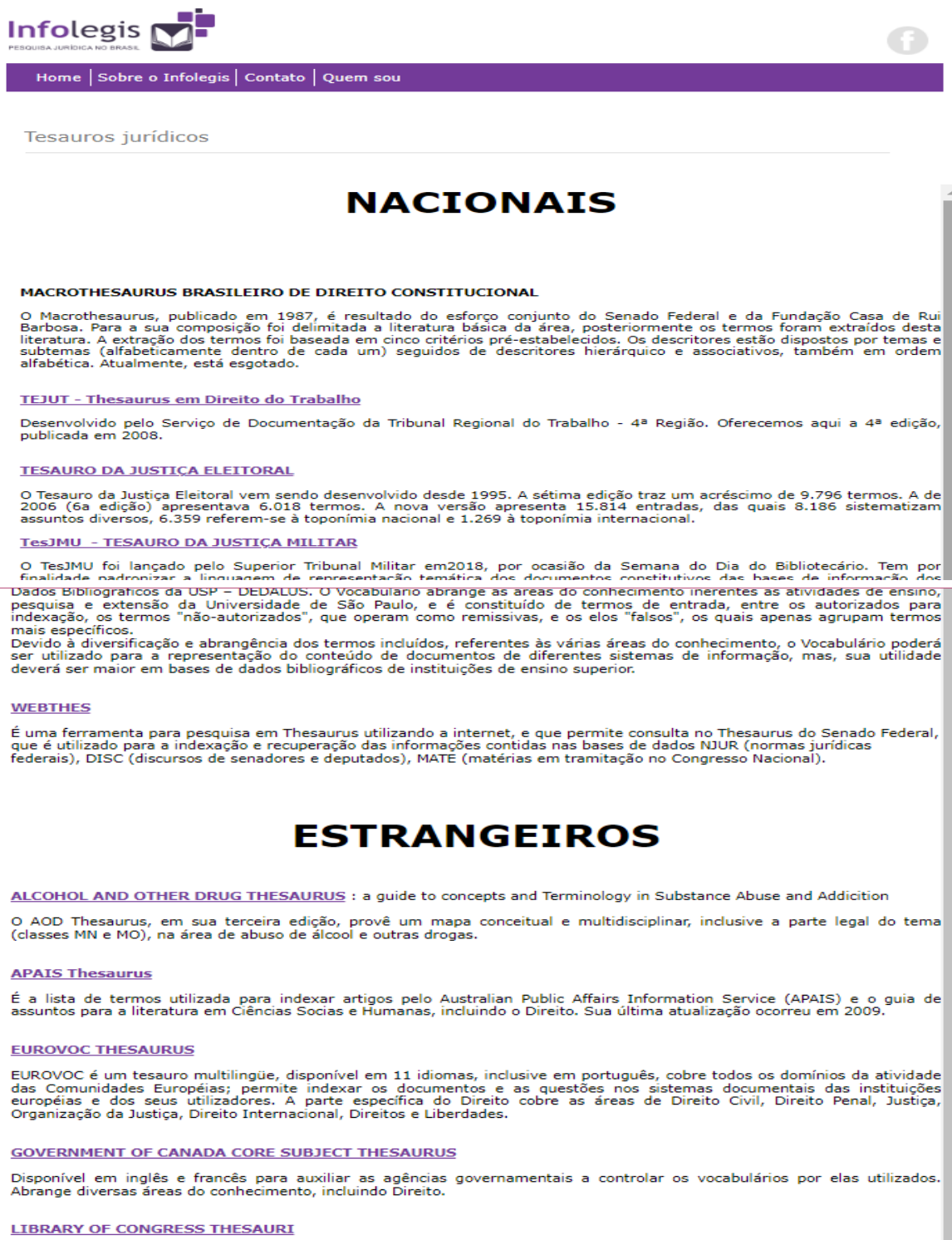
Os tesouros pressupõem, em sentido amplo, atender às demandas de indexação de informação, objetivando sua identificação, localização e recuperação de maneira rápida e eficiente. “A indexação incorpora as exigências de acessibilidade que o sistema, periodicamente atualizado, deve levar em conta na recuperação do documento ou da informação” (JESUS, 2002, p. 7).

Várias são as definições utilizadas pela literatura para o termo Tesouro, porém a definição que melhor sintetiza, abrangendo desde sua estrutura até sua função, é a estabelecida pela Organização das Nações Unidas para educação, ciência e cultura (UNESCO, 1973 *apud* Brasil *et al.*, 2002, p. 84):

Tesouro é um vocabulário controlado e dinâmico de termos relacionados semântica e genericamente cobrindo um domínio específico do conhecimento. Pode ser definido, também, segundo sua função, como um dispositivo de controle terminológico usado na tradução da linguagem natural dos documentos, dos indexadores ou dos usuários numa linguagem do sistema mais restrita.

O intuito deste estudo não é o tesouro, por isso, foram trazidas algumas breves características deste instrumento da indexação. Portanto, para fins meramente didáticos, serão citados apenas alguns tesouros da área jurídica que podem auxiliar o profissional da informação. A lista com os respectivos *links* de acesso a esses tesouros está disponível na página da **Infolegis**, através do endereço eletrônico: <http://www.infolegis.com.br/lista-tesouros.html>. O site divide a lista dos tesouros em nacionais e estrangeiros, conforme mostram as imagens abaixo:

Figura 13 - Interface da lista de Tesouros Jurídicos no site Infolegis



Infolegis
PESQUISA JURÍDICA NO BRASIL

Home | Sobre o Infolegis | Contato | Quem sou

Tesouros jurídicos

NACIONAIS

MACROTHESAURUS BRASILEIRO DE DIREITO CONSTITUCIONAL

O Macrothesaurus, publicado em 1987, é resultado do esforço conjunto do Senado Federal e da Fundação Casa de Rui Barbosa. Para a sua composição foi delimitada a literatura básica da área, posteriormente os termos foram extraídos desta literatura. A extração dos termos foi baseada em cinco critérios pré-estabelecidos. Os descritores estão dispostos por temas e subtemas (alfabeticamente dentro de cada um) seguidos de descritores hierárquico e associativos, também em ordem alfabética. Atualmente, está esgotado.

TEJUT - Thesaurus em Direito do Trabalho

Desenvolvido pelo Serviço de Documentação da Tribunal Regional do Trabalho - 4ª Região. Oferecemos aqui a 4ª edição, publicada em 2008.

TESAURO DA JUSTIÇA ELEITORAL

O Tesouro da Justiça Eleitoral vem sendo desenvolvido desde 1995. A sétima edição traz um acréscimo de 9.796 termos. A de 2006 (6ª edição) apresentava 6.018 termos. A nova versão apresenta 15.814 entradas, das quais 8.186 sistematizam assuntos diversos, 6.359 referem-se à toponímia nacional e 1.269 à toponímia internacional.

TesJMU - TESAURO DA JUSTIÇA MILITAR

O TesJMU foi lançado pelo Superior Tribunal Militar em 2018, por ocasião da Semana do Dia do Bibliotecário. Tem por finalidade padronizar a linguagem de representação temática dos documentos constituintes das bases de informação dos Dados Bibliográficos da USP - DEDALUS. O Vocabulário abrange as áreas do conhecimento inerentes as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade de São Paulo, e é constituído de termos de entrada, entre os autorizados para indexação, os termos "não-autorizados", que operam como remissivas, e os elos "falsos", os quais apenas agrupam termos mais específicos. Devido à diversificação e abrangência dos termos incluídos, referentes às várias áreas do conhecimento, o Vocabulário poderá ser utilizado para a representação do conteúdo de documentos de diferentes sistemas de informação, mas, sua utilidade deverá ser maior em bases de dados bibliográficos de instituições de ensino superior.

WEBTHES

É uma ferramenta para pesquisa em Thesaurus utilizando a internet, e que permite consulta no Thesaurus do Senado Federal, que é utilizado para a indexação e recuperação das informações contidas nas bases de dados NJUR (normas jurídicas federais), DISC (discursos de senadores e deputados), MATE (matérias em tramitação no Congresso Nacional).

ESTRANGEIROS

ALCOHOL AND OTHER DRUG THESAURUS : a guide to concepts and Terminology in Substance Abuse and Addiction

O AOD Thesaurus, em sua terceira edição, provê um mapa conceitual e multidisciplinar, inclusive a parte legal do tema (classes MN e MO), na área de abuso de álcool e outras drogas.

APAIS Thesaurus

É a lista de termos utilizada para indexar artigos pelo Australian Public Affairs Information Service (APAIS) e o guia de assuntos para a literatura em Ciências Sociais e Humanas, incluindo o Direito. Sua última atualização ocorreu em 2009.

EUROVOC THESAURUS

EUROVOC é um tesouro multilingüe, disponível em 11 idiomas, inclusive em português, cobre todos os domínios da atividade das Comunidades Europeias; permite indexar os documentos e as questões nos sistemas documentais das instituições europeias e dos seus utilizadores. A parte específica do Direito cobre as áreas de Direito Civil, Direito Penal, Justiça, Organização da Justiça, Direito Internacional, Direitos e Liberdades.

GOVERNMENT OF CANADA CORE SUBJECT THESAURUS

Disponível em inglês e francês para auxiliar as agências governamentais a controlar os vocabulários por elas utilizados. Abrange diversas áreas do conhecimento, incluindo Direito.

LIBRARY OF CONGRESS THESAURUS

Fonte: Site Infolegis (2022).

Os tesouros mencionados no *Infolegis* são:

I. Tesouros Jurídicos Nacionais:

a) Macrothesaurus Brasileiro de Direito Constitucional

O Macrothesaurus, publicado em 1987, é resultado do esforço conjunto do Senado Federal e da Fundação Casa de Rui Barbosa. Para a sua composição foi delimitada a literatura básica da área, posteriormente os termos foram extraídos desta literatura. A extração dos termos foi baseada em cinco critérios pré-estabelecidos. Os descritores estão dispostos por temas e subtemas (alfabeticamente dentro de cada um) seguidos de descritores hierárquicos e associativos, também em ordem alfabética. Atualmente, está esgotado.

b) TEJUT - Thesaurus em Direito do Trabalho

Desenvolvido pelo Serviço de Documentação do Tribunal Regional do Trabalho - 4ª Região. Publicada em 2008, encontra-se disponível em PDF, através do link: http://www.infolegis.com.br/wa_files/TEJUT-Tesouro-Direito-Trabalho.pdf.

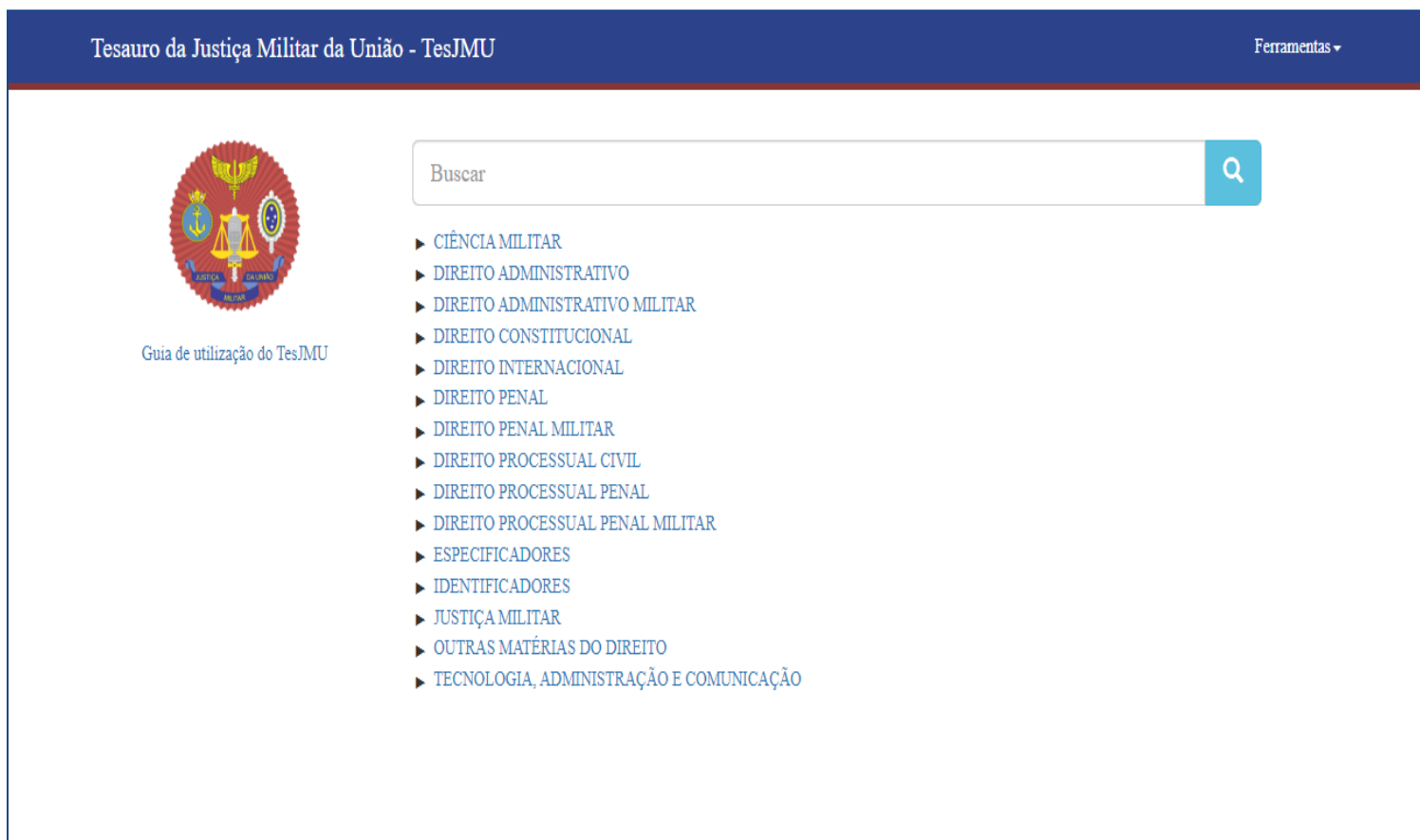
c) Tesouro da Justiça Eleitoral

O Tesouro da Justiça Eleitoral vem sendo desenvolvido desde 1995. A sétima edição traz um acréscimo de 9.796 termos. A de 2006 (6ª. edição) apresentava 6.018 termos. A nova versão apresenta 15.814 entradas, das quais 8.186 sistematizam assuntos diversos, 6.359 referem-se à toponímia nacional e 1.269 à toponímia internacional.

d) TesJMU - TESAURO DA JUSTIÇA MILITAR

O TesJMU foi lançado pelo Superior Tribunal Militar, em 2018, por ocasião da Semana do Dia do Bibliotecário. Tem por finalidade padronizar a linguagem de representação temática dos documentos constitutivos das bases de informação dos órgãos da Justiça Militar da União, com vistas a facilitar a recuperação de informações por seus usuários internos – magistrados e servidores – e externos – advogados, cidadãos e outras instituições dos Poderes Judiciário e Legislativo. Além disso, os servidores poderão indexar os conteúdos utilizando apenas uma fonte de termos, o que contribui para a uniformidade da organização das informações.

Figura 14 - Interface de busca do TesJMU



Tesauro da Justiça Militar da União - TesJMU Ferramentas ▾

Guia de utilização do TesJMU

Buscar

- ▶ CIÊNCIA MILITAR
- ▶ DIREITO ADMINISTRATIVO
- ▶ DIREITO ADMINISTRATIVO MILITAR
- ▶ DIREITO CONSTITUCIONAL
- ▶ DIREITO INTERNACIONAL
- ▶ DIREITO PENAL
- ▶ DIREITO PENAL MILITAR
- ▶ DIREITO PROCESSUAL CIVIL
- ▶ DIREITO PROCESSUAL PENAL
- ▶ DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR
- ▶ ESPECIFICADORES
- ▶ IDENTIFICADORES
- ▶ JUSTIÇA MILITAR
- ▶ OUTRAS MATÉRIAS DO DIREITO
- ▶ TECNOLOGIA, ADMINISTRAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Fonte: Site do TesJMU (2022).

e) TESAURO JURÍDICO - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª. REGIÃO

Tesauro elaborado para auxiliar a indexação e recuperação da jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

f) TESAURO JURÍDICO - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O Vocabulário Jurídico Controlado adotado pela Secretaria de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é composto por termos que possibilitam a recuperação da informação com maior precisão, flexibilidade e uniformidade, em virtude da padronização da linguagem. Teve como base o anterior Tesauro Jurídico que havia sido elaborado pela Comissão Técnica de Jurisprudência, instituída pela Portaria/CJF nº 22/92, composta por representantes dos Tribunais Regionais Federais, do Superior

Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, sob a coordenação do Conselho da Justiça Federal.

Figura 15 - Interface de busca do Tesauro Jurídico do STJ

Acessibilidade: | A- | A+ | AA

Sob medida: Advogado | Tribunais | Servidor

Ouvidoria | Acesso Rápido | Redes Sociais

STJ

Institucional | Processos | Jurisprudência | Precedentes (Repetitivos) | Comunicação | Leis e normas | Sob medida | Contato e ajuda | Início

Início | Jurisprudência | Pesquisa | Vocabulário Jurídico

VOCABULÁRIO JURÍDICO

Notificações automáticas

Informe o termo para pesqui

Pesquisar Limpar

TESAURO JURÍDICO - O Vocabulário Jurídico Controlado adotado pela Secretaria de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é composto por termos que possibilitam a recuperação da informação com maior precisão, flexibilidade e uniformidade, em virtude da padronização da linguagem.

Teve como base o anterior Tesauro Jurídico que havia sido elaborado pela Comissão Técnica de Jurisprudência, instituída pela Portaria/CJF nº 22/92, composta por representantes dos Tribunais Regionais Federais, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, sob a coordenação do Conselho da Justiça Federal.

Para mais esclarecimentos, [clique aqui](#).

Versão 3.0.8.6 | de 08/07/2022 17:29

Como chegar

SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III - CEP: 70095-900 - Brasília - DF ☎ +55 61 3319-8000

Avalie o Portal STJ

Fonte: Página do Tesauro Jurídico do STJ (2022).

g) TESAURO JURÍDICO DA JUSTIÇA FEDERAL

O Tesauro Jurídico da Justiça Federal inclui a terminologia do Direito nas áreas de competência da Justiça Federal, com a finalidade de ser um instrumento adequado para: 1) maximizar o uso da informação jurisprudencial, atingindo níveis crescentes de acessibilidade para usuários internos - magistrados e servidores - e externos - órgãos do Poder Judiciário, advogados e público em geral; 2) atingir maior uniformidade e flexibilidade no tratamento da informação; 3) facilitar o intercâmbio da informação entre sistemas e bases de dados, possibilitando uma integração mais abrangente.

h) TESAURO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (TSTF)

O TSTF é organizado em três grandes grupos de categorias: Ramos do Direito (direito constitucional, direito civil, etc.), Especificadores (agrupam termos que restringem o conceito de um descritor, revelando a situação concreta em que o descritor foi empregado) e Identificadores (agrupam nomes de pessoas, instituições, países, estados-membros, programas, etc.).

Figura 16 - Interface de busca do TSTF



ESPAÑOL ESPAÇO DO SERVIDOR | ENGLISH |

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Brasília, 12 de julho de 2022 - 01:10

MAPA DO PORTAL PESQUISAR

Principal Sobre Estatística Processos Repercussão Geral Jurisprudência Publicações Imprensa Legislação Transparência

Jurisprudência > Pesquisa > Vocabulário Jurídico (Tesauro) TAMANHO A A Favoritos: ▼

JURISPRUDÊNCIA
Pesquisa
Pesquisa de Jurisprudência
Pesquisas Prontas
Indicados pelos Ministros
Solicitação de Pesquisa

Vocabulário Jurídico (Tesauro)

Termo:

AJUDA PESQUISAR LIMPAR

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U V W X Y Z

TESAURO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (TSTF)

Tesauro: É um tipo de vocabulário controlado utilizado por pessoas que compartilham uma mesma linguagem em dada área de conhecimento. É uma ferramenta de controle terminológico que tem por objetivo a padronização da informação.

Os elementos contidos no TSTF são:

Descritor: Termo escolhido para representar um conceito no Tesauro e que será utilizado na indexação e na recuperação de determinado assunto.
Quando houver outros termos que representem o mesmo conceito, antes do termo descritor, constará a sigla **USE**.

Não-descritor: Termo que, embora descreva o mesmo conceito que o descritor, não é autorizado na indexação, para evitar a proliferação de sinônimos.
Antes de cada não-descritor, constará a sigla **UP**.

Nota explicativa (NE): Fornece uma definição do termo ou uma orientação sobre como utilizá-lo em uma indexação.

Termo genérico (TG): Indica que há relação hierárquica entre termos com relação gênero-espécie e que este descritor representa o termo com o conceito mais abrangente.

Termo específico (TE): Indica os termos subordinados ao termo genérico na cadeia hierárquica.

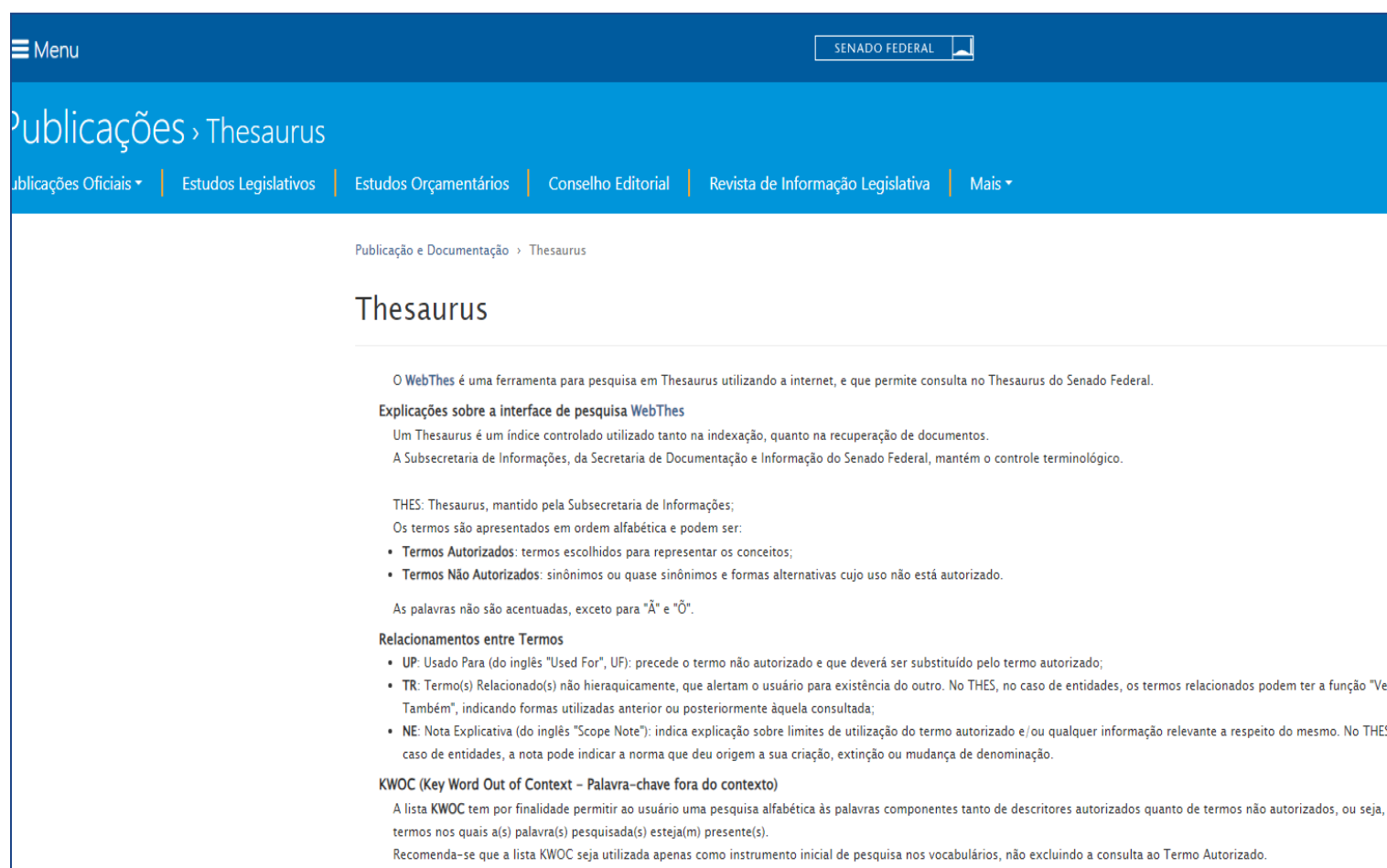
Termo relacionado (TR): Indica relação entre termos que não formam uma hierarquia (gênero-espécie), mas que são associados mentalmente, de forma automática. Servem para orientar o indexador quanto às possibilidades de encadeamento de descritores e para sugerir ao usuário formas de limitar ou expandir uma pesquisa.

Fonte: Página do Tesauro do Supremo Tribunal Federal (2022).

i) WebThes

É uma ferramenta para pesquisa em Thesaurus utilizando a internet, e que permite consulta no Thesaurus do Senado Federal, que é utilizado para a indexação e recuperação das informações contidas nas bases de dados NJUR (Normas Jurídicas Federais), DISC (Discursos de Senadores e Deputados), MATE (Matérias em Tramitação no Congresso Nacional).

Figura 17 - Interface de busca do WebThes



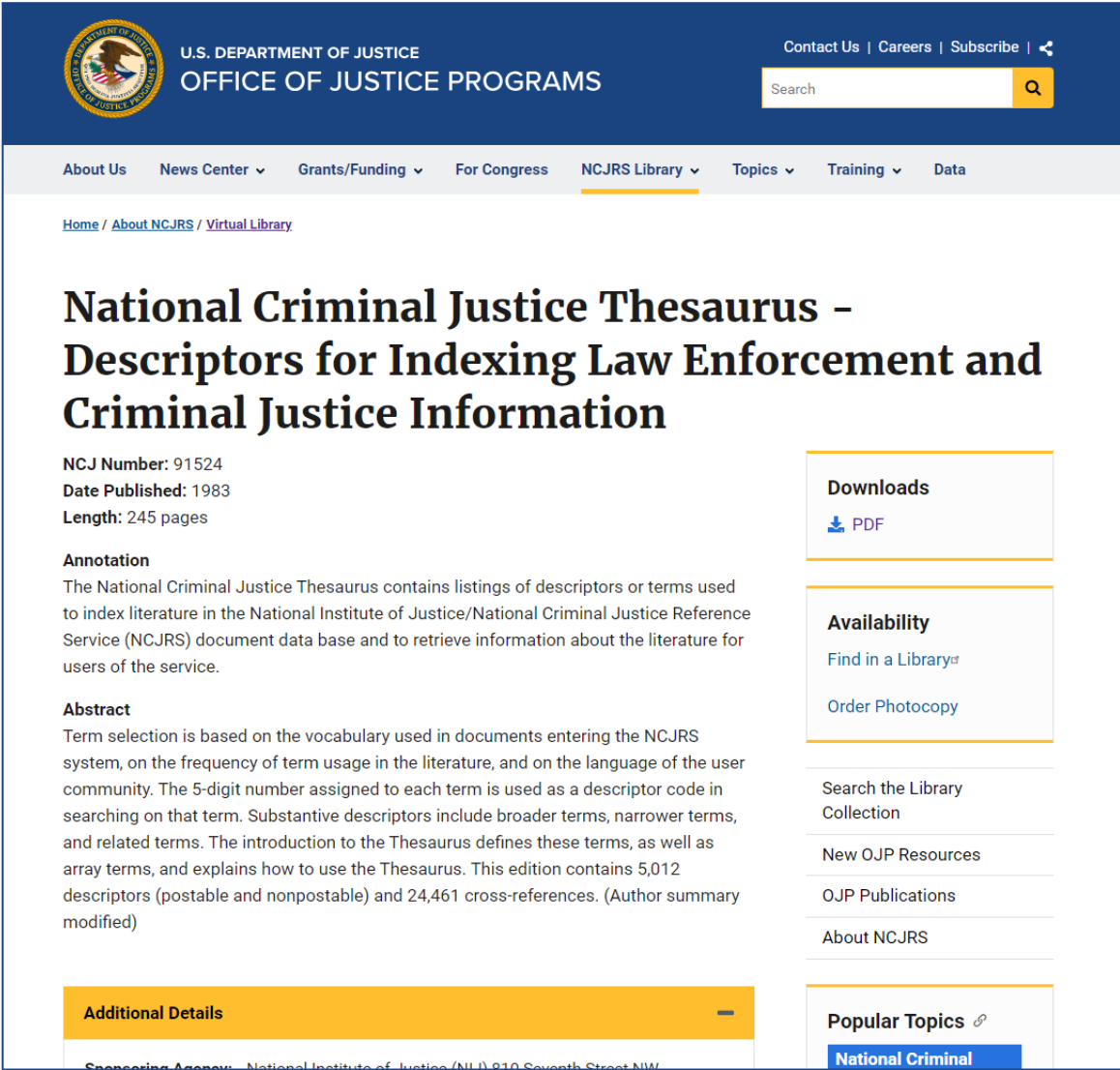
Fonte: Site WebThes (2022).

II. Tesauros Jurídicos Estrangeiros:

a) **National Criminal Justice Thesaurus (EUA)**

É utilizado para alimentar e recuperar informações das bases de dados do National Criminal Institute. Possui mais de 5 mil termos. Endereço eletrônico: <https://www.ojp.gov/ncjrs/virtual-library/abstracts/national-criminal-justice-thesaurus-descriptors-indexing-law->.

Figura 18 - Interface do National Criminal Justice Thesaurus



The screenshot displays the official website of the National Criminal Justice Thesaurus. The header features the U.S. Department of Justice seal and the text 'U.S. DEPARTMENT OF JUSTICE OFFICE OF JUSTICE PROGRAMS'. A search bar is located in the top right corner. The main navigation menu includes links for 'About Us', 'News Center', 'Grants/Funding', 'For Congress', 'NCJRS Library', 'Topics', 'Training', and 'Data'. The 'NCJRS Library' link is currently selected.

The main content area is titled 'National Criminal Justice Thesaurus - Descriptors for Indexing Law Enforcement and Criminal Justice Information'. Below the title, the following metadata is provided:

- NCJ Number:** 91524
- Date Published:** 1983
- Length:** 245 pages

The 'Annotation' section states: 'The National Criminal Justice Thesaurus contains listings of descriptors or terms used to index literature in the National Institute of Justice/National Criminal Justice Reference Service (NCJRS) document data base and to retrieve information about the literature for users of the service.'

The 'Abstract' section explains: 'Term selection is based on the vocabulary used in documents entering the NCJRS system, on the frequency of term usage in the literature, and on the language of the user community. The 5-digit number assigned to each term is used as a descriptor code in searching on that term. Substantive descriptors include broader terms, narrower terms, and related terms. The introduction to the Thesaurus defines these terms, as well as array terms, and explains how to use the Thesaurus. This edition contains 5,012 descriptors (postable and nonpostable) and 24,461 cross-references. (Author summary modified)'

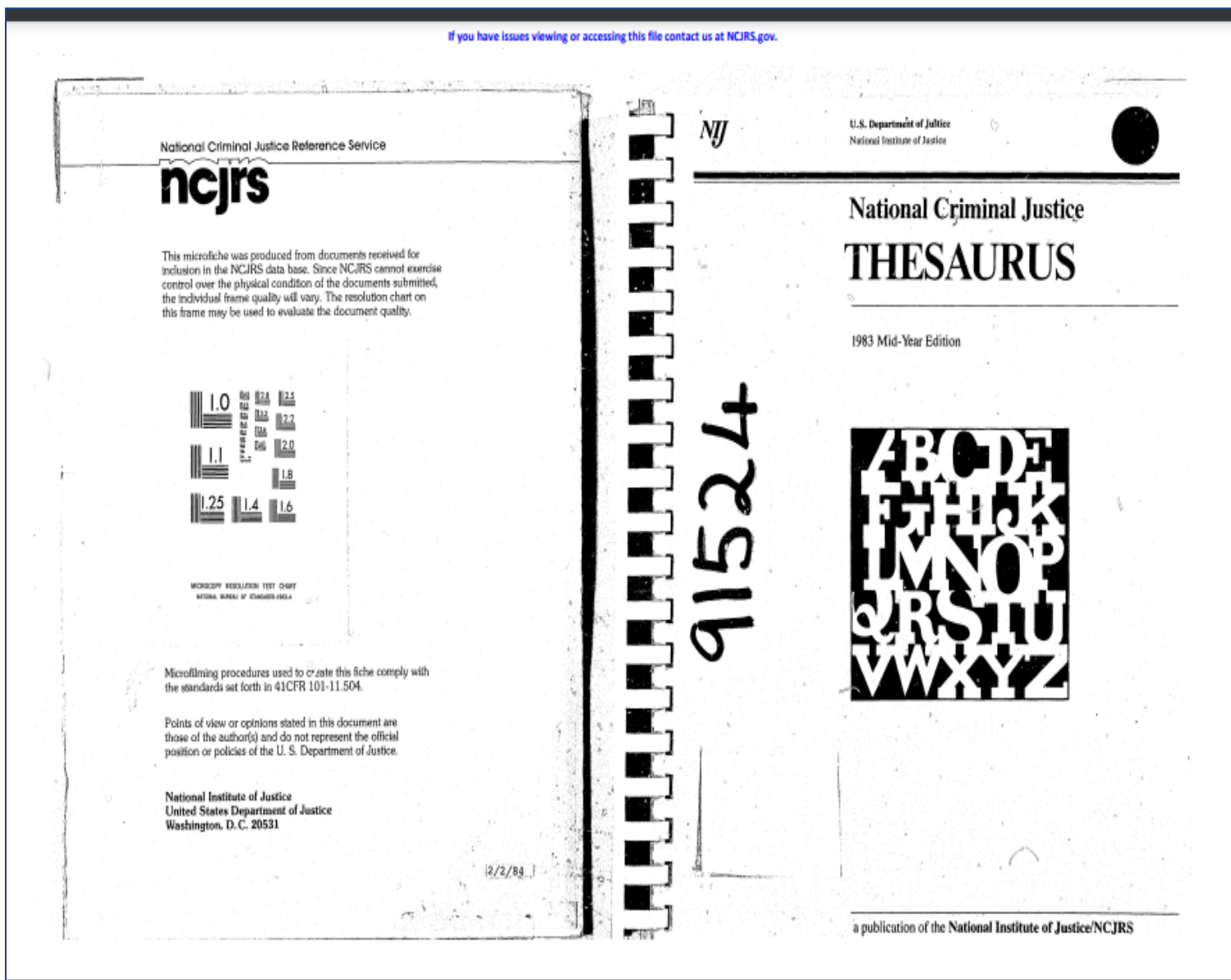
On the right side of the page, there are several utility boxes:

- Downloads:** Includes a link to 'PDF' with a download icon.
- Availability:** Includes links to 'Find in a Library' and 'Order Photocopy'.
- Search the Library Collection:** A link to search the collection.
- New OJP Resources:** A link to new resources.
- OJP Publications:** A link to publications.
- About NCJRS:** A link to more information.
- Popular Topics:** A link to popular topics, with 'National Criminal' listed as a topic.

At the bottom left, an 'Additional Details' section is partially visible, showing the 'Sponsoring Agency' as 'National Institute of Justice (NIJ) 810 Seventh Street NW'.

Fonte: Site do National Criminal Justice Thesaurus (2022).

Figura 19 - Capa do National Criminal Justice Thesaurus



Fonte: Site do National Criminal Justice Thesaurus (2022).

b) Tesauro Cooperativo de Derecho Argentino

Tem como objetivo principal estabelecer um vocabulário harmonizado da terminologia jurídica.

Figura 20 - Interface de busca do Tesauro Cooperativo de Direito Argentino



Fonte: Site do Tesauro Tesauro Cooperativo de Direito Argentino (2022).

c) Tesauro de la Suprema Corte de Justicia de la Nación (México)

Trata-se do Tesauro da Suprema Corte de Justiça da Nação Mexicana. De acordo com o Infolegis, esse tesauro representa de maneira unívoca o conteúdo dos distintos tipos de documentos que integram os acervos documentais sob sua guarda (livros, expedientes judiciais e ordenamentos jurídicos). Conta com mais de 18,000 descritores ou termos autorizados principalmente em idioma espanhol, e em menor grau em latim, inglês, alemão e francês.

Figura 21 - Interface de busca do Tesauro de *la Suprema Corte de Justicia de la Nación*

Fonte: Site do Tesauro Jurídico da Suprema Corte de *Justicia de la Nación* (2022).

Esses são apenas alguns exemplos de tesouros disponíveis na internet que podem ser utilizados no momento da indexação da informação jurídica.

Na próxima seção, serão demonstrados os procedimentos metodológicos desta pesquisa, mostrando o desenvolvimento do Mapeamento Sistemático da Literatura.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa, sob a perspectiva de sua natureza, pode ser caracterizada como teórica (JESUS, 2021) e, em relação a seus objetivos, caracteriza-se como exploratória e descritiva, de cunho qualitativo (podendo, eventualmente, apresentar dados quantitativos) (PRODANOV; FREITAS, 2013; JESUS, 2021). Sua finalidade precípua encontra-se pautada na contribuição para o avanço das pesquisas na área de CI, pois apresenta um panorama dos relatos de pesquisas acerca da temática, a partir do mapeamento do que foi produzido e por quem, almejando categorizar os elementos pesquisados do processo de indexação do domínio da informação jurídica.

As pesquisas exploratórias possuem como finalidade precípua o desenvolvimento, esclarecimento e modificação de conceitos e ideias, “[...] tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 27). Esse tipo de pesquisa é totalmente compatível com a finalidade deste estudo, pois, dentre os demais tipos, as pesquisas exploratórias são as que apresentam menor rigidez concernente ao seu planejamento que pode apresentar características bastante flexíveis, levando em consideração os aspectos mais amplos relacionados ao fenômeno estudado. E, ainda, a pesquisa exploratória é capaz de proporcionar uma maior familiaridade com o problema, no intuito de torná-lo mais explícito ou permitindo a construção de hipóteses (GIL, 2019; OLIVEIRA, 2018; MARCONI; LAKATOS, 2017; ANDRADE, 2017).

De acordo com Gil (2019), as pesquisas descritivas são, quando utilizadas conjuntamente com as exploratórias, habitualmente mais usadas por pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. A função primordial da pesquisa descritiva é a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob esse título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL, 2019, OLIVEIRA, 2018; MARCONI; LAKATOS, 2017; ANDRADE, 2017).

O método utilizado para o desenvolvimento deste estudo foi o Mapeamento Sistemático de Literatura, uma vez que ele possibilita investigar os problemas relatados em pesquisas anteriores sobre uma determinada temática (TOLARE; FUJITA, 2022).

Ele foi criteriosamente escolhido por ser capaz de garantir uma maior confiabilidade nos resultados da pesquisa, já que apresenta etapas bem definidas e, embora tratando-se de um estudo do tipo secundário e menos aprofundado, ele possibilita que a pesquisa ocorra de forma mais abrangente (TOLARE; FUJITA, 2022). Esse método é composto, de acordo com as autoras, por três etapas: planejamento da revisão para identificação da real necessidade da pesquisa; definição do protocolo da revisão; e, escrita dos resultados. O protocolo especifica questões da pesquisa e quais as estratégias utilizadas (KITCHENHAM; CHARTERS, 2007; RAMIRES, 2022; TOLARE; FUJITA, 2022). Por serem os protocolos compostos por diferentes passos, foram adaptados os modelos de tabelas propostos por Ramires (2022) e por Tolare e Fujita (2022).

Em concordância ao que fora citado nos parágrafos anteriores, foi adotado aqui, enquanto procedimento metodológico, o Mapeamento Sistemático de Literatura da área de Ciência da Informação, observando-se os seguintes critérios:

- a) seleção e análise dos dados das publicações científicas recuperadas para identificação de pesquisas, datas dessas publicações, problemas, procedimentos e desenvolvimentos;
- b) identificação dos autores mais produtivos e a quais instituições estão vinculados; e,
- c) detecção da distribuição temporal dessas publicações.

A seguir, serão apresentadas, na subseção 3.1, algumas considerações conceituais genéricas acerca do Mapeamento Sistemático de Literatura, somando-se à subseção do item 3.2 que versa sobre o desenvolvimento dos protocolos utilizados na construção do Mapeamento Sistemático aplicado neste estudo.

3.1 Mapeamento Sistemático de Literatura: breves considerações

Serão abordadas, nesta subseção, algumas breves características acerca do Mapeamento Sistemático da Literatura, tais como conceitos e contextualização. Entretanto, apenas na próxima seção será descrita e caracterizada a aplicação do método de mapeamento sistemático da literatura consoante ao universo do presente estudo. Para tanto, serão adotados autores proeminentes na área, a saber: Kitchenham

(2004); Kitchenham e Charters (2007); Petersen *et al.* (2008); Budgen *et al.* (2008); Randolph (2009); Moher, Stewart e Shekelle (2015).

Os métodos de mapeamento e revisão sistemática da literatura, de maneira genérica, são considerados como uma forma de estudo secundário (PETERSEN *et al.*, 2008; BUDGEN *et al.*, 2008; KLOCK, 2018; PROENÇA JÚNIOR; SILVA, 2016). Primeiramente, precisa-se esclarecer o conceito de estudo primário, uma vez que, para se chegar ao secundário foi necessário valer-se do primário. Nas palavras de Dermeval, Coelho e Bittencourt (2020, p. 4): “Um estudo primário é um estudo empírico que investiga uma questão de pesquisa específica”. Ou seja, são os estudos de caso, os experimentos controlados, entre outros. Enquanto que um “[...] estudo secundário revisa os estudos primários referentes a uma questão de pesquisa específica com o objetivo de integrar/sintetizar as evidências relacionadas à questão de pesquisa” (DERMEVAL; COELHO; BITTENCOURT, 2020, p. 4).

O surgimento dos mapeamentos e revisões sistemáticas da literatura ocorre a partir do estudo primário. Embora não seja o objetivo deste trabalho abordar o estudo terciário, precisa-se esclarecer que um estudo terciário se dá a partir da revisão de mapeamentos e revisões sistemáticas da literatura acerca de determinada área de pesquisa, ou seja, o estudo terciário é “[...] uma revisão de estudos secundários relacionados à mesma questão de pesquisa. Um exemplo de um estudo terciário é um estudo que integra os resultados de várias revisões sistemáticas da literatura a respeito de um tópico de pesquisa”. (DERMEVAL; COELHO; BITTENCOURT, 2020, p. 4).

Um conceito bastante utilizado para retratar a definição de Mapeamento Sistemático da Literatura é o trazido por Petersen *et al.* (2008) ao afirmarem que é um tipo de trabalho secundário com o condão de categorizar uma série de estudos presentes na literatura e, baseando-se em seus resultados, é capaz de contabilizar as contribuições por meio dessa categorização (PETERSEN *et al.*, 2008; RAMIRES, 2022).

Para muitos autores, o Mapeamento Sistemático da Literatura (também conhecido como *scoping review* - revisão de escopo) é utilizado quando não há uma imperiosa necessidade de responder com profundidade questões específicas, haja vista que ele remete a uma visão geral mais ampla de determinada área. Esta modalidade de estudo viabiliza, via de regra, um enfoque na categorização do tópico de pesquisa de interesse. Os mapeamentos sistemáticos também são comumente

utilizados em tópicos de pesquisa nos quais ainda há poucas evidências disponíveis na literatura (KITCHENHAM; CHARTERS, 2007; MOHER; STEWART; SHEKELLE, 2015; DERMEVAL; COELHO; BITTENCOURT, 2020).

Neste sentido, Proença Júnior e Silva (2016) corroboram que o mapeamento é um tipo de levantamento realizado de maneira sistemática, pois adota heurísticas visando a eliminação de vieses na consulta e uso de fontes (KELLY; SUGIMOTO, 2013; PROENÇA JÚNIOR; SILVA, 2016). As autoras conceituam o mapeamento sistemático da seguinte maneira:

Um Mapeamento Sistemático é uma contribuição autoral que apresenta como resultado o estado da literatura de um determinado assunto ou subconjunto de assuntos, identificando as referências pertinentes a uma pesquisa. Por guiar os trabalhos que dele decorrem, um Mapeamento Sistemático tem a carga de responsabilidade e compromisso ético de um trabalho profissional, respondendo à demanda por 'integração', expressa em diversos campos científicos, inclusive as Ciências da Informação. (PROENÇA JÚNIOR; SILVA, 2016, p. 234).

Embora as autoras não explicitem que se trata de um estudo secundário, corroborando ao defendido por Petersen *et al.* (2008), notam-se elementos que tacitamente remetem aos exemplos de estudo secundário, conforme mencionado nos parágrafos anteriores.

Quanto ao objetivo precípua de um estudo baseado no Mapeamento Sistemático da Literatura Científica, Petersen *et al.* (2008) defendem que o cerne reside em oferecer a visão geral de uma determinada área de pesquisa, além de possibilitar a identificação da quantidade e tipo de estudos com seus respectivos resultados disponíveis nessa área (RAMIRES, 2022). Ademais, ressaltam a importância da utilização das “*strings*” de busca em bases de dados científicos ou durante a navegação manual a partir de anais de conferências ou publicações periódicas relevantes, tudo isso com vistas à identificação dos estudos primários. (PETERSEN *et al.*, 2008; RAMIRES, 2022).

Todavia, outros autores destacam que o objetivo principal de um mapeamento sistemático consiste em encontrar pertinência a uma determinada pesquisa ou, de maneira mais abrangente, a um determinado assunto, nos ambientes e atividades que abarcam a pesquisa em questão até o momento de sua realização (PROENÇA JÚNIOR; SILVA, 2016, p. 235). Para as autoras, são levados em consideração os

documentos localizados em fontes indexadas, tais como, os artigos disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Ainda, podem ser citados os documentos acessíveis a partir de bases de dados e serviços de bibliotecas (como o serviço de COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica). Soma-se às anteriores, o fenômeno atualmente conhecido como “literatura cinza” (gradativamente, esse tipo de literatura vem sendo reconhecida à incorporação dos acervos), já que esse tipo de publicação apresenta inúmeras variações, indo desde artigos e contribuições em eventos a relatórios técnicos ou posts em blogs (ARBOIT; BUFREM, 2011; PEJSOVA; VASKA, 2011; LAWRENCE, 2012; PROENÇA JÚNIOR; SILVA, 2016, p. 235).

Superada a questão conceitual e a questão objetiva, embora tenham sido tecidos comentários muito breves devido à natureza da pesquisa aqui proposta, serão citados, a seguir, os procedimentos “essenciais” à elaboração de um mapeamento sistemático, sob a perspectiva de Petersen *et al.* (2008). Quais sejam:

- a) definição de questões de pesquisa;
- b) condução da busca por artigos relevantes;
- c) triagem dos artigos;
- d) redação de resumos e dados; e,
- e) extração e mapeamento.

Referente às etapas procedimentais aludidas acima, destaca-se que cada etapa do processo traz um resultado parcial, obtendo como produto final a confecção do mapa sistemático. Isso tudo, “[...] a partir da análise criteriosa da literatura científica de uma determinada área e uma tomada de decisão da massa documental que comporá o corpo da pesquisa” (RAMIRES, 2022, p. 53).

Em detrimento ao modelo estabelecido por Petersen *et al.* (2008), Budgen *et al.* (2008) sugerem o desenvolvimento do mapeamento sistemático a partir de três etapas, conforme demonstradas abaixo:

- a) identificação de estudos primários que possam conter resultados de pesquisa relevantes (busca);
- b) seleção dos estudos primários apropriados, a partir desses, após exame adicional (inclusão/exclusão);

c) realização de uma análise e discussão dos estudos selecionados.

Embora a escolha do protocolo a ser utilizado seja de suma importância, a pedra fundamental para a criação de um mapa sistemático reside na definição da questão de pesquisa, pois, ela “[...] é norteadora de toda a condução da pesquisa. [logo], [...] pode-se dizer que a questão de pesquisa é a atividade mais importante da etapa de planejamento de uma revisão ou mapeamento” (DERMEVAL; COELHO; BITTENCOURT, 2020, p. 7). Portanto, todas as atividades supervenientes ao mapeamento sistemático derivam da questão de pesquisa. E, por isso, urge defini-la de maneira fidedigna ao tópico que se quer investigar, pois, do contrário, não seria possível lograr êxito na execução de um mapeamento sistemático.

Por ser utilizado quando não há a necessidade de serem encontradas respostas à questão do estudo de maneira aprofundada, o mapeamento sistemático é indicado quando a questão da pesquisa contiver uma indagação de cunho exploratória, pois, deste modo, será exigido menos profundidade no momento da categorização dos dados extraídos a partir do estudo (RANDOLPH, 2009; MOEHER; STEWART; SHEKELLE, 2015).

De acordo com Kitchenham (2004), o mapeamento sistemático pode ser descrito como uma forma de detectar, interpretar e avaliar as pesquisas disponíveis que sejam relevantes para uma determinada questão de pesquisa (RAMIRES, 2022). Àquela autora, será o protocolo de mapeamento que irá especificar os métodos a serem utilizados para realizar um mapeamento sistemático específico, diminuindo assim a possibilidade de viés do pesquisador (KITCHENHAM, 2004; RAMIRES, 2022).

A definição de qual estratégia de busca e seleção dos estudos que devem ser incluídos ocorre após a definição da questão de pesquisa. Sobre essa etapa, têm-se:

A primeira tarefa que deve ser feita para iniciar a busca dos estudos é a estruturação da questão de pesquisa em palavras-chave logicamente organizadas. Os repositórios de artigos das bibliotecas digitais suportam encadeamento de termos de busca através do uso dos conectivos “AND” (E lógico) e “OR” (OU lógico). Desta forma, antes de iniciar a busca propriamente dita, os pesquisadores precisam definir uma string de busca com os termos a serem buscados de maneira que contemple as questões de pesquisa de interesse. (DERMEVAL; COELHO; BITTENCOURT, 2020, p. 9).

Os supracitados autores ainda esclarecem que os *strings* de busca são iterativos e envolvem “[...] vários ciclos de experimentação, verificação dos artigos resultantes da busca e ajuste da string de busca” (DERMEVAL; COELHO; BITTENCOURT, 2020, p.

9). Então, visando uma string de busca sólida e com maior probabilidade de relevantes resultados de recuperação de estudos primários, Kitchenham e Charters (2007) desenvolveram algumas tarefas que podem auxiliar na elaboração de strings que possuam os adjetivos mencionados.

Baseada nos estudos de Kitchenham e Charters (2007), Ramires (2022) elenca oito principais tarefas, conforme pode ser visto abaixo:

- a) o desenvolvimento de um protocolo;
- b) a definição da questão de pesquisa;
- c) o detalhamento do que será feito para resolver o problema de um único pesquisador, valendo-se da aplicação de critérios de inclusão/exclusão e realizando toda a extração de dados;
- d) a definição da estratégia de busca;
- e) a delimitação dos dados a serem extraídos de cada estudo primário, incluindo dados qualitativos;
- f) a manutenção de listas de estudos incluídos e excluídos;
- g) a utilização das diretrizes de síntese de dados; e,
- h) a utilização das diretrizes de relatórios.

A seguir, no Quadro 4, será demonstrado um breve paralelo entre os passos para elaboração de um mapeamento sistemático sugeridos por Kitchenham e Charters (2007) e Petersen *et al.* (2008).

Quadro 4 - Passos do Mapeamento Sistemático de acordo com os autores norteadores desta pesquisa

PASSOS	AUTORES	
	KITCHENHAM e CHARTERS (2007)	PETERSEN <i>et al.</i> (2008)
1	Desenvolver um protocolo	A definição de questões de pesquisa
2	Definir a questão de pesquisa	Condução da busca por artigos relevantes
3	Especificar o que será feito para resolver o problema de um único pesquisador aplicando critérios de inclusão / exclusão e realizando toda a extração de dados	A triagem dos artigos
4	Definir a estratégia de busca	Redação de resumos e dados
5	Definir os dados a serem extraídos de cada estudo primário, incluindo dados de qualidade	Extração e mapeamento
6	Manter listas de estudos incluídos e excluídos	
7	Utilizar as diretrizes de síntese de dados	
8	Usar as diretrizes de relatórios	

Fonte: Ramires (2022, p. 54).

Após a observação do quadro acima, fica fácil perceber que o problema de pesquisa se faz presente em todas as etapas, restando a ele a função nuclear e fio condutor de todo estudo. Outrossim, insta destacar a triagem dos trabalhos encontrados e o estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, sugeridos por Kitchenham e Charters (2007). As autoras ressaltam que esses passos servem para que os artigos encontrados possam ser utilizados ou descartados conforme um padrão específico (PETERSEN *et al.*, 2008; KITCHENHAM; CHARTERS, 2007; RAMIRES, 2022).

3.2 Desenvolvimento das etapas do Mapeamento Sistemático

O presente mapeamento encontrou alicerces teóricos em Petersen *et al.* (2008), Kitchenham e Charters (2007), seguindo os modelos expostos nos trabalhos de Ramires (2022) e Tolare e Fujita (2022). Como pode ser observado, a definição dos protocolos não foi seguindo apenas um autor, e sim, optou-se por adaptar partes dos dois trabalhos, a fim de atender melhor às necessidades desta pesquisa. A decisão de basear-se em ambos os modelos deve-se ao fato de que eles abarcam os passos nucleares para que uma pesquisa consiga obter resultados consistentes, abolindo vieses que pudessem, de alguma forma, vir a comprometer o resultado final (PETERSEN *et al.*, 2008; KITCHENHAM; CHARTERS, 2007; RAMIRES, 2022; TOLARE; FUJITA, 2022).

Conforme supramencionado, o mapeamento sistemático segue os parâmetros (ou os mesmos vieses) de uma revisão sistemática de literatura, porquanto, ambos apresentam etapas bem delimitadas que refletem um certo grau de confiabilidade ao desenvolvimento da pesquisa. Com vistas a um estudo claro e consistente, com resultados fidedignos, faz-se imperioso seguir os protocolos elencados a cada tipo de trabalho. Portanto, abaixo, no Quadro 5, tem-se o modelo proposto do protocolo de mapeamento para a execução deste estudo.

Quadro 5 - Protocolo do Mapeamento Sistemático de Literatura

Continua

Passo 1: Mapeamento	
Objetivo	Analisar a produção científica sobre o tema indexação da informação jurídica na área de Ciência da Informação.
Pergunta norteadora	Como a Ciência da Informação tem produzido e disseminado conhecimento científico sobre a temática indexação da informação jurídica?
População	Artigos científicos da área de CI.
Intervenção	Publicações científicas em português, inglês e espanhol.
Controle	Publicações científicas em texto completo.
Resultados	Seleção e análise dos dados das publicações científicas recuperadas para identificação de pesquisas, datas das publicações, problemas, procedimentos e desenvolvimentos; bem como, a identificação dos autores mais produtivos, a quais instituições estão vinculados; e, detectar a distribuição temporal das publicações.
String de busca	<i>indexação AND "informação jurídica"; indexação AND "documentação jurídica"; indexação AND "documento jurídico"; indexing AND "legal information"; indexing AND "legal documentation"; indexing AND "legal document"; indización AND "información jurídica"; indización AND "documentación jurídica"; indización AND "documento jurídico".</i>

Fonte: A Autora (2023).

Quadro 5 - Protocolo do Mapeamento Sistemático de Literatura

Conclusão

Passo 2: Definição de fontes	
Bases de dados	BRAPCI, LISTA, Redalyc, SciELO, Scopus, Portal de Periódicos CAPES.
Passo 3: Definição de critérios de seleção de fontes	
Critério de busca	Publicações em forma de artigos científicos em texto completo.
Idioma	Português, inglês e espanhol.
Métodos de seleção	I. Delimitação do lapso temporal no levantamento bibliográfico (2002-2022). II. Busca bibliográfica em bases de dados acerca do assunto do primeiro item, por palavras-chave. III. Análise e seleção de textos da pesquisa bibliográfica com base no assunto determinado por leitura do título. IV. Leitura do resumo para identificar a temática delimitada. V. Leitura integral dos trabalhos selecionados. VI. Fichamento dos textos selecionados para realização da análise.
Passo 4: Critérios de seleção de documentos	
Critérios de inclusão	I. Publicações científicas em forma de artigos disponíveis em texto completo que contemplam as <i>strings</i> de buscas citadas. II. O tema será a indexação da informação jurídica na CI.
Critérios de exclusão	I. Ser artigo de periódico fora do lapso temporal delimitado. II. Possuir idioma diferente dentre os selecionados. III. Não ter relação direta com a temática proposta. IV. Não ser a tipologia documental definida.
Tipos de documentos	Artigos de periódicos.

Fonte: A autora (2023).

Consoante com os protocolos adotados, o objetivo geral deste trabalho foi analisar a produção científica sobre o tema indexação da informação jurídica na área de Ciência da Informação, com os objetivos específicos de realizar um mapeamento sistemático da literatura e identificar um panorama das publicações em Ciência da Informação sobre indexação da informação jurídica.

Contemplou-se a definição da questão de pesquisa, pois ela acaba sendo o fio condutor de todo o estudo. Após, houve a identificação de estudos primários, por meio de busca por artigos científicos da área da CI que pudessem conter resultados relevantes. Depois, ocorreu uma seleção desses estudos primários, fazendo-se uma triagem dos artigos recuperados a partir do uso das *strings* definidas. Por fim, teve-se a realização de uma avaliação desses estudos primários com a redação de resumos.

A finalidade do estudo esteve baseada na contribuição para o avanço das pesquisas na área, pois apresentou um panorama dos relatos de pesquisas acerca da temática, a partir do mapeamento do que foi produzido e por quem, almejando a categorização dos elementos pesquisados dentro do processo de indexação da informação jurídica, tais como: seleção e análise dos dados das publicações científicas recuperadas para identificação de pesquisas, autores, datas das pesquisas, problemas, procedimentos e desenvolvimentos; bem como, a identificação dos autores mais produtivos, a quais instituições estão vinculados; e, detectar a distribuição temporal das publicações.

Destarte, de maneira inicial, tem-se o **Passo 1**, "Mapeamento", onde foi elaborada a questão de pesquisa, buscando-se analisar a produção científica sobre o tema indexação da informação jurídica na área de Ciência da Informação. Em forma de pergunta norteadora definida para a pesquisa, a partir da seguinte indagação: Como a Ciência da Informação tem produzido e disseminado conhecimento científico sobre a temática indexação da informação jurídica? Foram pesquisadas publicações científicas, em texto completo, na área de Ciência da Informação. Mais adiante, a pesquisa contemplou a população, a intervenção, o controle, os resultados e as subseqüentes *strings* de busca: *indexação AND "informação jurídica"*; *indexação AND "documentação jurídica"*; *indexação AND "documento jurídico"*; *indexing AND "legal information"*; *indexing AND "legal*

documentation”; indexing AND “legal document”; indización AND “información jurídica”; indización AND “documentación jurídica”; indización AND “documento jurídico”.

No **Passo 2**, “Base de dados”, constaram as bases de dados selecionadas para esta pesquisa. São elas: BRAPCI, LISTA, Redalyc, SCIELO, Scopus e Portal de Periódicos CAPES. Foram escolhidas por tratarem-se de fontes confiáveis e de seu vasto alcance, pois reúnem revistas da área da Ciência da Informação, atingindo um escopo relevante de publicações indexadas na modalidade artigo, em nível nacional e internacional.

No **Passo 3**, “Definição de critérios de seleção de fontes”, houve a condução da busca por artigos relevantes. Vale salientar que foram considerados artigos relevantes aqueles que contemplaram ou sistematizaram as estratégias de análise da indexação da informação jurídica na área da Ciência da Informação, disponíveis em texto completo, nos idiomas português, inglês e espanhol. Quanto aos métodos de seleção, tem-se: delimitação do lapso temporal no levantamento bibliográfico (de 2002 até 2022); buscas bibliográficas nas bases de dados informadas no “Passo 2”; análise e seleção dos textos que foram localizados a partir das buscas nas bases de dados; a realização de leituras técnicas ou parciais, que contemplaram apenas os tópicos de título, resumo, introdução, resultados e considerações finais; após, foi realizada uma leitura mais aprofundada dos artigos selecionados; e, por último, embora não menos importante, foram feitos fichamentos dos artigos que se enquadraram nos critérios anteriores e, posteriormente, foi realizada a análise desses trabalhos.

No **Passo 4**, “Critérios de seleção de documentos”, foram selecionados os artigos científicos, mas apenas os que apresentavam texto completo disponível e recuperáveis a partir da utilização das *strings* de busca supracitadas. Ademais, foi necessário fazer uma espécie de “pré-análise” de conteúdo e exploração do material selecionado, tomando-se como ponto de partida os títulos. Esse momento acaba por refletir na primeira fase da exclusão dos artigos que tratavam do assunto específico e que não se enquadraram na categoria de relevantes à presente pesquisa, justamente porque não coadunam com os objetivos do estudo aqui proposto. No item “critérios de inclusão”, foram verificados os seguintes pontos: se as publicações

científicas estão em formato de artigos (é imprescindível que sejam textos completos) que contemplavam as *strings* de buscas citadas; e, a inclusão teve como critério a leitura do título, o resumo e as palavras-chave. Em seguida, realizou-se uma segunda análise a partir dos resumos dos artigos selecionados com vistas a determinar quais deles eram mais significativos e relevantes à pesquisa. Isso posto, essa fase implica na fase de exclusão de tais artigos, pois, havia uma grande probabilidade de não serem pertinentes ao escopo da presente pesquisa. Sequencialmente, outra análise foi realizada, mas, desta vez, foi uma análise mais aprofundada, contemplando além do resumo, os resultados e as considerações finais.

Por fim, o mapeamento apresentou-se como um método bastante eficaz e adequado ao alcance dos objetivos e finalidade deste estudo, afinal, a partir da delimitação dos protocolos, tornou-se viável observar como vem sendo abordado pelos autores a indexação da informação jurídica à luz da Ciência da Informação.

4 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

As etapas de seleção foram conduzidas a partir de dois momentos:

- primeiro, os artigos foram selecionados a partir de seus respectivos títulos, excluindo-se aqueles que se encontravam em duplicidade; e,
- no segundo momento, a seleção dos artigos foi realizada após a leitura dos resumos.

A seleção pelo título resultou em **quarenta e nove** artigos dentre um universo de **duzentos e quarenta três** artigos coletados nas bases de dados BRAPCI, LISTA, Redalyc, SCIELO, Scopus e Portal de Periódicos CAPES. Enquanto que a seleção a partir da leitura do resumo resultou em **dezoito** artigos dos **quarenta e nove** analisados e, na última etapa, após a leitura dos textos na íntegra, restaram apenas **doze** artigos. Em síntese, houve o seguinte resultado:

Figura 22 - Artigos científicos recuperados nas bases de dados consultadas



Fonte: A autora (2023).

Nas próximas subseções, serão apresentados os artigos selecionados a partir de cada *string* de busca, bem como também, será descrito como se deu o processo de inclusão e exclusão desses artigos recuperados em cada base de dados pesquisada, além de uma relação com a quantidade dos artigos (delimitados pelas etapas supracitadas) que atenderam aos critérios delimitados no protocolo do mapeamento proposto neste estudo.

A saber, a subseção 4.1 traz a quantidade dos artigos que foram recuperados por base de dados, quantos foram excluídos e quais foram selecionados a partir da leitura do título de cada publicação. Já na subseção 4.2, em sua fase executória, realizou-se a leitura dos resumos dos artigos selecionados na subseção anterior (4.1), resultando em uma nova relação dos artigos selecionados nessa fase, contendo os artigos selecionados e os excluídos, bem como os motivos pelos quais eles foram ou não selecionados.

Na subseção 4.3, procedeu-se à leitura do texto integral de todos os artigos selecionados na etapa de análise dos resumos (subseção 4.2), visando certificar-se de que realmente os artigos eram pertinentes a esta pesquisa e se poderiam trazer contribuições significativas a ela.

A análise e discussão dos dados coletados estão dispostas ao longo da subseção 4.4, na qual destacam-se os pontos principais dos artigos selecionados e suas respectivas contribuições à presente pesquisa.

4.1 Seleção por título dos artigos coletados nas bases de dados

Conforme já mencionado em capítulos anteriores, a pesquisa contemplada neste estudo foi realizada a partir de buscas nas bases de dados BRAPCI, LISTA, Redalyc, SCIELO, Scopus e Portal de Periódicos CAPES, pois, além de serem fontes confiáveis, reúnem revistas da área da Ciência da Informação, em nível nacional e internacional.

A. BRAPCI (Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação)

De acordo com informações contidas na página da base, disponível em <https://brapci.inf.br/index.php/res/about>, a BRAPCI (Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação) é o resultado materializado (ou seja, o produto) do projeto de pós-doutorado intitulado “Opções metodológicas em pesquisa: a contribuição da área da informação para a produção de saberes no ensino superior”, desenvolvido pela professora Leilah Santiago Bufrem (UFPR - Universidade Federal do Paraná -, e UFPE - Universidade Federal de Pernambuco), em 1995, cujo objetivo era o desenvolvimento de um repertório representativo da produção científica do Brasil e da Espanha. A partir da decisão institucional

binacional, contou-se com a participação dos professores Elías Sanz Casado e José Antonio Moreira González, ambos da Universidad Carlos III de Madrid (UC3M), e da professora titular aposentada Wanda Maria Maia da Rocha Paranhos, do Departamento de Ciência e Gestão da Informação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). (BUFREM *et. al.*, 2010).

Em consonância com o projeto desenvolvido pela professora Leilah Bufrem, foram identificados os títulos de periódicos da área de Ciência da Informação (CI) e indexados seus artigos, constituindo-se a base de dados referenciais. E, ainda, segundo Bufrem *et. al.* (2010), a Brapci amplia o espaço documentário permitido ao pesquisador, facilitando a visão de conjunto da produção na área, ao passo que revela, simultaneamente, especificidades do domínio científico.

Na BRAPCI, a pesquisa foi realizada com o filtro selecionado para os termos de busca em “todos” (abrangendo os campos autores, título, palavra-chave, resumo e texto completo), como delimitação da busca entre os anos de 2002 a 2022, ordenados por sua relevância. Como mostra a imagem abaixo:

Figura 23 - Interface de busca na BRAPCI

BRAPCI

home sobre ▼ índices login

informe o(s) termo(s) de busca

INDEXAÇÃO AND "INFORMAÇÃO JURÍDICA" PESQUISAR

☒ todos ☐ autores ☐ título ☐ palavras-chave ☐ resumo ☐ texto completo

Para refinar a busca veja [Busca Avançada](#)

Delimitação

Delimitação da busca: 2002 2022

Ordenar: ☒ Relevância ☐ Mais novos ☐ Mais antigos

Fonte: Base de dados BRAPCI (2023).

As buscas foram realizadas separadamente a partir das *strings* propostas no Protocolo do Mapeamento Sistemático de Literatura (Quadro 5). Na base BRAPCI foram recuperados, no total, vinte e cinco artigos, divididos por *string*, da seguinte

maneira: a) indexação *AND* “informação jurídica” - 8 artigos; b) indexação *AND* “documentação jurídica” - 3 artigos; c) indexação *AND* “documento jurídico” - 1 artigo; d) *indexing AND “legal information”* - 10 artigos; e) *indexing AND “legal documentation”* - nenhum artigo recuperado; f) *indexing AND “legal document”* - 3 artigos; g) *indización AND “información jurídica”* - nenhum artigo recuperado; h) *indización AND “documentación jurídica”* - nenhum artigo recuperado; i) *indización AND “documento jurídico”* - nenhum artigo recuperado. Logo, nota-se que na BRAPCI não houve artigos recuperados a partir de *strings* no idioma espanhol.

A delimitação por intermédio da leitura do título resultou na exclusão de quinze artigos que não tratavam da temática deste estudo e, por esse motivo, acabaram não sendo relevantes à presente pesquisa. Sendo assim, restaram **dez artigos** que preencheram os requisitos de inclusão a partir da leitura do título. A relação desses artigos encontra-se no quadro abaixo:

Quadro 6 - Artigos recuperados na BRAPCI incluídos a partir da leitura do título

Continua

AUTOR(A)	TÍTULO	PERIÓDICO	ANO DE PUBLICAÇÃO
ALMEIDA, Aline Alves de; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos	Análise de assunto na catalogação das fontes de informação jurídica: proposta de elaboração de um modelo de leitura técnica para documentos legislativos	Múltiplos Olhares em Ciência da Informação	2019
ANÍZIO, Jamilly de Lima Alcântara; NASCIMENTO, Geysa Flávia Câmara de Lima	Avaliação do processo de indexação na biblioteca da assessoria jurídica do Banco do Brasil	Biblionline	2012
BRAZ, Márcia Ivo; PINHO, Fábio Assis	Dispositivos de memória para informação jurídica: análise de procedimentos de indexação	InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação	2013
FERREIRA, Ana Carolina; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos	Análise de assunto de acórdãos jurisprudenciais	Em Questão	2018
FERREIRA, Ana Carolina; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos	Indexação de acórdãos no contexto dos tribunais de contas: estudos preliminares para a elaboração de um modelo de leitura técnica	Informação & Informação	2017
FERREIRA, Ana Carolina; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos	Organização da informação jurídica: proposta de modelo de leitura técnica de acórdãos no contexto do controle externo	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	2016

Fonte: A autora (2023).

Quadro 6 - Artigos recuperados na BRAPCI incluídos a partir da leitura do título

Conclusão

GONÇALVES, Paulo de Castro	A (des)construção dos dogmas da indexação: uma análise sob a ótica da informação jurídica	CAJUR: Caderno de Informações Jurídicas	2019
MENDONÇA, Marina Alves; SILVA, Jonathas Luiz Carvalho	Indexação compartilhada de artigos: ICAP e periódicos jurídicos – o caso da revista Nomos da UFC	Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação	2012
NASCIMENTO, Gustavo Diniz do; CORRÊA, Renato Fernandes	Avaliação de critérios para seleção de sintagmas nominais com valor para a recuperação da informação	Transinformação	2018
PALACIO, Fabiana Gulin Longhi; LIMA, Vânia Mara Alves	Categorização conceitual da informação jurídica	Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação	2015

Fonte: A autora (2023).

B. LISTA (*Library, Information Science & Technology Abstracts*)

A base de dados LISTA (*Library, Information Science & Technology Abstracts*) indexa mais de 690 periódicos, além de livros, relatórios de pesquisa e anais, de acordo com a página principal do *site* da EBSCO (Business Source Complete), empresa responsável pelo desenvolvimento e administração da base. A cobertura do assunto inclui biblioteconomia, classificação, catalogação, bibliometria, recuperação de informações on-line, gerenciamento de informações e muito mais. A cobertura no banco de dados remonta a meados da década de 1960. Aqui, o pesquisador pode procurar através de títulos de publicação em ordem alfabética, por assunto e por palavra-chave.

Embora a opção de pesquisa básica de "linguagem natural" esteja disponível, a maioria dos usuários opta pelo layout de pesquisa avançada com suas linhas booleanas de termos (e as linhas podem ser adicionadas ou excluídas), de acordo com Lesley Farmer (2008).

Nesta pesquisa, foram realizadas buscas na base de dados LISTA utilizando os seguintes filtros: modo de busca booleano/frase; delimitação temporal de 2002 a

2022; a tipologia documental foi a de artigo; apenas os textos completos seriam recuperados; idioma português, inglês e espanhol; e o tipo de publicação apenas periódicos científicos. Como mostra na figura 24 a interface de busca avançada da base de dados LISTA:

Figura 24 - Interface de busca avançada na base LISTA

The screenshot displays the advanced search interface of the LISTA database. At the top, a red navigation bar contains links for 'Nova busca', 'Publicações', 'Dicionário de sinônimos', 'Referências citadas', 'Imagens', 'Mais', 'Pasta', 'Preferências', 'Idiomas', 'Ajuda', and 'Sair'. Below this, the search area includes a search bar with the text 'Buscando: Library, Information Science & Technology Abstracts with Full Text' and a link to 'Escolher bases de dados'. There are three input fields for search terms, each with a dropdown menu to 'Selecionar um campo (opcional)'. A green 'Buscar' button is prominently displayed. Other options include 'Criar Alerta' and 'Limpar'. Below the search area, the 'Opções de busca' section allows for refining the search. It includes a 'Redefinir' button and various filters: 'Modos de busca e expansores' (Boolean/Frase, Localizar todos os meus termos da busca), 'Texto completo com tradução', 'Texto completo', 'Revistas acadêmicas (analisadas por especialistas)', 'Publicação', 'Tipo de documento' (Tudo, Article, Bibliography, Book), 'Número de páginas', 'Visualização rápida da imagem', 'Aplicar palavras relacionadas', 'Texto completo em PDF', 'Referências disponíveis', 'Data de publicação' (with date range selectors), 'Tipo de publicação' (Tudo, Academic Journal, Periodical, Reference Book), 'Idioma' (Romanian, Russian, Serbian, Slovak), and 'Tipos de visualização rápida da imagem' (Fotografia em preto e branco, Tabela).

Fonte: Base de dados LISTA (2023).

As buscas seguiram o mesmo protocolo da base anterior, de forma mais genérica, respeitando o protocolo do mapeamento, bem como a utilização de cada *string* de busca de maneira individualizada, resultando no total de oitenta e cinco artigos recuperados. Os resultados das buscas por *string* foram: a) indexação *AND* “informação jurídica” - 21 artigos; b) indexação *AND* “documentação jurídica” - 8

artigos; c) indexação AND “documento jurídico” - 5 artigos; d) *indexing* AND “*legal information*” - nenhum artigo recuperado; e) *indexing* AND “*legal documentation*” - nenhum artigo recuperado; f) *indexing* AND “*legal document*” - 2 artigos; g) *indización* AND “*información jurídica*” - 29 artigos; h) *indización* AND “*documentación jurídica*” - 15 artigos; i) *indización* AND “*documento jurídico*” - 5 artigos.

Entretanto, após a exclusão que ocorreu a partir da leitura do título, restaram apenas **três artigos** que preencheram os requisitos necessários à inclusão, conforme pode-se verificar abaixo:

Quadro 7 - Artigos recuperados na base LISTA incluídos a partir da leitura do título

AUTOR(A)	TÍTULO	PERIÓDICO	ANO DE PUBLICAÇÃO
ALVITE DÍEZ, María Luisa	El uso de vocabularios controlados en los sistemas de información jurídica: evolución y tendencias actuales de representación	Scire	2012
MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos	Ambiguidade e o contexto na representação de informações em domínios de especialidade	Perspectivas em Ciência da Informação	2020
MIRANDA, Roseli; SANTOS, Cibele Araújo Camargo Marques dos	Documentação jurídica: interfaces da leitura documentária, linguagem e análise de discurso no tratamento da informação	Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação	2018

Fonte: A autora (2023).

C. Redalyc (Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal)

De acordo com a página do site da base, a Rede de Revistas Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal (Redalyc⁷) é um sistema de indexação que integra em seu índice as revistas científicas e editoriais de alta qualidade da região. Ela é gerida por um grupo de pesquisa multidisciplinar em comunicação e divulgação da Ciência da Universidade Autônoma do Estado do México. E, atualmente, possui um acervo composto apenas por revistas que compartilham o modelo de publicação sem fins lucrativos e que visam a preservação da natureza acadêmica e aberta da comunicação científica.

⁷ Redalyc: Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal.

As buscas, na Redalyc, foram realizadas a partir do uso das *strings* padronizadas no capítulo anterior, no protocolo do mapeamento sistemático de literatura, com delimitação temporal entre os anos de 2002 a 2022, ordenados por sua relevância, apenas nos idiomas português, inglês e espanhol e em formato de artigo científico. Como demonstrado na figura abaixo:

Figura 25 - Interface de busca na base Redalyc



Fonte: Base de dados Redalyc (2023).

As buscas seguiram os parâmetros do protocolo deste estudo, utilizando cada *string* de busca de forma individualizada, resultando no total de cinquenta e quatro artigos recuperados. Os resultados das buscas por *string* foram: a) indexação AND “informação jurídica” - 14 artigos; b) indexação AND “documentação jurídica” - 3 artigos; c) indexação AND “documento jurídico” - 6 artigos; d) *indexing* AND “*legal information*” - 12 artigos; e) *indexing* AND “*legal documentation*” - 1 artigo; f) *indexing* AND “*legal document*” - 2 artigos; g) *indización* AND “*información jurídica*” - 12 artigos; h) *indización* AND “*documentación jurídica*” - 2 artigos; i) *indización* AND “*documento jurídico*” - 2 artigos.

Entretanto, após a exclusão que ocorreu a partir da leitura do título, restaram apenas **quatro artigos** que preencheram os requisitos de inclusão, conforme pode-se verificar abaixo:

Quadro 8 - Artigos recuperados na base Redalyc incluídos a partir da leitura do título

AUTOR(A)	TÍTULO	PERIÓDICO	ANO DE PUBLICAÇÃO
CALHEIROS, Tânia da Costa; MONTEIRO, Silvana Drumond	Mecanismos de busca de jurisprudência: um instrumento para a organização do conhecimento e recuperação da informação no ambiente jurídico virtual	Em Questão	2017
FERREIRA, Ana Carolina; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos	Análise de assunto de acórdãos jurisprudenciais	Em Questão	2018
FERREIRA, Ana Carolina; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos	Metodologia para a análise de acórdãos no contexto do controle externo: proposta de um modelo de leitura técnica	Em Questão	2019
NASCIMENTO, Gustavo Diniz do; CORRÊA, Renato Fernandes	Avaliação de critérios para seleção de sintagmas nominais com valor para a recuperação da informação	Transinformação	2018

Fonte: A autora (2023).

D. SciELO (Biblioteca Eletrônica Científica Online)

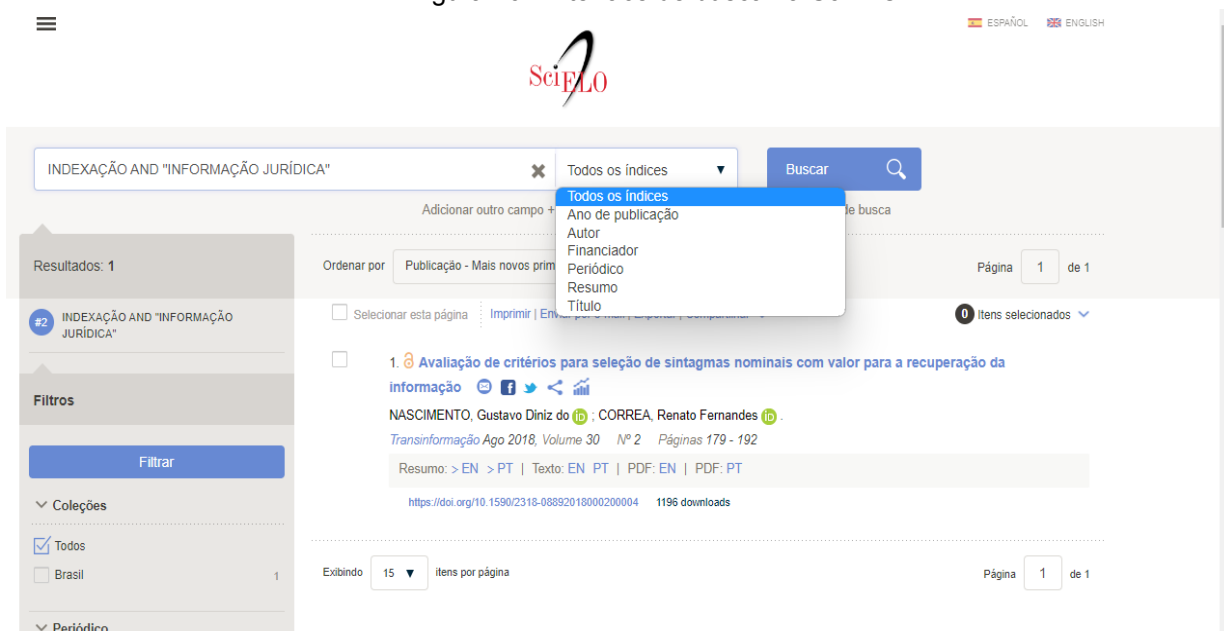
A Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO⁸) é uma base que abrange uma vasta gama de periódicos científicos brasileiros. De acordo com o site da SciELO, a base iniciou sua implantação no início do ano de 1997, a partir de um projeto cooperativo entre o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME/OPAS/OMS) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E, a partir de 2002, desenvolveu-se progressivamente como uma rede de coleções de periódicos em acesso aberto, estendendo-se para o Caribe, Portugal e Espanha, utilizando a mesma metodologia de publicação online de periódicos com a operação de links na web e o acompanhamento do desempenho para artigos individuais, periódicos e coleções.

Foram realizadas buscas utilizando os seguintes filtros no modo de busca avançada, com delimitação temporal de 2002 a 2022. O tipo de literatura foi artigo,

⁸ SCIELO: *Scientific Electronic Library Online*.

com buscas em todas as coleções. Idiomas: português, inglês e espanhol. Área temática: Ciências Sociais e Aplicadas e Ciências Humanas. Vejamos a figura abaixo:

Figura 26 - Interface de busca na SciELO



Fonte: Base de dados SciELO (2023).

As buscas seguiram o mesmo protocolo do mapeamento aqui proposto, utilizando cada *string* de busca de maneira individualizada, resultando no total de três artigos recuperados. Os resultados das buscas por *string* foram: a) indexação AND “informação jurídica” - 1 artigo; b) indexação AND “documentação jurídica” - nenhum artigo recuperado; c) indexação AND “documento jurídico” - nenhum artigo recuperado; d) *indexing* AND “*legal information*” - 1 artigo; e) *indexing* AND “*legal documentation*” - nenhum artigo recuperado; f) *indexing* AND “*legal document*” - nenhum artigo recuperado; g) *indización* AND “*información jurídica*” - 1 artigo; h) *indización* AND “*documentación jurídica*” - nenhum artigo recuperado; i) *indización* AND “*documento jurídico*” - nenhum artigo recuperado.

Mas, após a exclusão que ocorreu a partir da leitura do título, somente um artigo atendeu aos requisitos de inclusão, conforme pode-se verificar no quadro abaixo:

Quadro 9 - Artigos recuperados na base SciELO incluídos a partir da leitura do título

AUTOR(A)	TÍTULO	PERIÓDICO	ANO DE PUBLICAÇÃO
NASCIMENTO, Gustavo Diniz do; CORRÊA, Renato Fernandes	Avaliação de critérios para seleção de sintagmas nominais com valor para a recuperação da informação	Transinformação	2018

Fonte: A autora (2023).

E. Scopus

A base de dados Scopus foi projetada, de acordo com o *site* da Elsevier (empresa responsável pelo desenvolvimento, administração e manutenção da base) - disponível em <https://www.elsevier.com/pt-br/solutions/scopus>, para atender às necessidades informacionais de pesquisadores, docentes, administradores, discentes e bibliotecários, cobrindo toda a comunidade acadêmica. Ainda de acordo com a página da empresa, a Scopus é uma das maiores bases de dados de resumos e citações de literatura revisada por pares, tendo disponíveis ferramentas bibliométricas para acompanhar, analisar e visualizar a pesquisa; além de abranger as áreas de Ciência, Tecnologia, Medicina, Ciências Sociais e Artes e Humanidades.

Na área de busca da base Scopus, o usuário pode fazer sua pesquisa a partir do título da publicação, pelo nome do(a) autor(a) ou pelo Orcid (*Open Research and Contributor Identifier*), pela afiliação, por uma lista em ordem alfabética de todos os periódicos, séries de livros, publicações comerciais e atas de conferências disponíveis na plataforma.

Neste estudo, a pesquisa foi realizada com o filtro selecionado para os termos de busca em “todos os campos”; além da delimitação temporal de 2002 a 2022; bem com os idiomas: português, inglês e espanhol; e, como área temática: Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas. Conforme mostra a figura abaixo:

Figura 27 - Interface de busca na base Scopus

The screenshot shows the Scopus search interface. At the top, there's a search bar with the query "indexação AND 'informação jurídica'". Below the search bar, it says "3 documentos encontrados". On the left, there are filters for "Ano" (Year) and "Nome do autor" (Author name). The main results table has columns: "Título do documento" (Document title), "Autores" (Authors), "Fonte" (Source), "Ano" (Year), and "Citações" (Citations). The first result is titled "Artigo • Acesso aberto Estudo de usuários de informações jurídicas: Bibliotecário e critérios de qualidade para | de informações Estudo de usuários de informação jurídica: Bibliotecário e critérios de qualidade da informação" by Geraldo, G., and M.D. De Souza Pinto. It is from "Perspectivas em Ciência da Informação", 24(1), pp. 39-60, published in 2019, with 0 citations.

Fonte: Base de dados Scopus (2023).

As buscas seguiram o mesmo protocolo do mapeamento aqui proposto, utilizando cada *string* de busca de maneira individualizada, resultando no total de vinte e dois artigos recuperados. Os resultados das buscas por *string* foram: a) indexação AND “informação jurídica” - 3 artigos; b) indexação AND “documentação jurídica” - 2 artigos; c) indexação AND “documento jurídico” - 1 artigo; d) *indexing* AND “*legal information*” - 10 artigos; e) *indexing* AND “*legal documentation*” - nenhum artigo recuperado; f) *indexing* AND “*legal document*” - 5 artigos; g) *indización* AND “*información jurídica*” - 1 artigo; h) *indización* AND “*documentación jurídica*” - nenhum artigo recuperado; i) *indización* AND “*documento jurídico*” - nenhum artigo recuperado.

Entretanto, após a exclusão que ocorreu a partir da leitura do título, restaram apenas dois artigos que preencheram os requisitos de inclusão, conforme pode-se verificar abaixo:

Quadro 10 - Artigos recuperados na base Scopus incluídos a partir da leitura do título

AUTOR(A)	TÍTULO	PERIÓDICO	ANO DE PUBLICAÇÃO
ALVITE DÍEZ, María Luisa	El uso de vocabularios controlados en los sistemas de información jurídica: evolución y tendencias actuales de representación	Scire	2012
NASCIMENTO, Gustavo Diniz do; CORRÊA, Renato Fernandes	Avaliação de critérios para seleção de sintagmas nominais com valor para a recuperação da informação	Transinformação	2018

Fonte: A autora (2023).

F. Portal de Periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)

Em conformidade com as informações disponibilizadas na página do Portal de Periódicos CAPES⁹ (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), a plataforma possui um dos maiores acervos científicos virtuais do Brasil, além de reunir e viabilizar o acesso a conteúdos produzidos nacionalmente e outros assinados com editoras internacionais a instituições de ensino e pesquisa no País.

Ainda de acordo com o *site*, o Portal de Periódicos tem como principal objetivo reduzir as assimetrias regionais no acesso à informação científica, cobrindo todo o território nacional; além de ter sido criado visando reunir material científico de alta qualidade, com posterior disponibilização à comunidade acadêmica brasileira com acesso ao acervo inteiramente financiado pelo Governo Federal.

No tocante a forma como foram realizadas as buscas, utilizaram-se as *strings* de busca de maneira individualizada, somando-se o uso do filtro de buscas na versão de pesquisa avançada, com as seguintes opções: busca no modo avançado; o filtro de busca em “todos os campos”; tipo de material foi o de artigo; além da delimitação temporal de 2002 a 2022 (data específica - de 01/01/2002 a 31/12/2022); bem com os idiomas: português, inglês e espanhol. Conforme mostram as figuras abaixo:

Figura 28 - Interface de busca avançada no Portal de Periódicos CAPES - 1

A interface de busca avançada do Portal de Periódicos CAPES apresenta os seguintes elementos:

- Search Criteria** (com seta para cima)
- Filtros de busca**
 - Qualquer campo contém indexação
 - E Qualquer campo contém "informação jurídica"
 - + ADICIONAR OUTRO CAMPO
 - LIMPAR
- Tipo de material**
 - Artigos
- Idioma**
 - Qualquer idioma
- Data de publicação**
 - data específica
 - Data Inicial: 01 / 01 / 2002
 - Data Final: 31 / 12 / 2022
- Resumo da busca**
 - Qualquer campo contém indexação E Qualquer campo contém "informação jurídica"
 - BUSCAR

Fonte: Portal de Periódicos CAPES (2023).

⁹Link de acesso à página do site Periódicos CAPES: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php>.

Figura 29 - Interface de busca avançada no Portal de Periódicos CAPES - 2



Fonte: Portal de Periódicos CAPES (2023).

As buscas seguiram o mesmo protocolo das demais bases supracitadas, resultando no total de cinquenta e dois artigos recuperados. Os resultados das buscas por *string*, de maneira individualizada, foram: a) indexação AND “informação jurídica” - 8 artigos; b) indexação AND “documentação jurídica” - 1 artigo; c) indexação AND “documento jurídico” - 3 artigos; d) *indexing* AND “legal information” - 16 artigos; e) *indexing* AND “legal documentation” - 16 artigos; f) *indexing* AND “legal document” - 6 artigos; g) *indización* AND “información jurídica” - 2 artigos; h) *indización* AND “documentación jurídica” - nenhum artigo recuperado; i) *indización* AND “documento jurídico” - nenhum artigo recuperado.

Entretanto, após a exclusão que ocorreu a partir da leitura do título, restaram apenas onze artigos que preencheram os requisitos de inclusão, conforme pode-se verificar no quadro a seguir:

Quadro 11 - Artigos recuperados no Portal de Periódicos CAPES incluídos a partir da leitura do título

AUTOR(A)	TÍTULO	PERIÓDICO	ANO DE PUBLICAÇÃO
ALVITE DÍEZ, María Luisa	El uso de vocabularios controlados en los sistemas de información jurídica: evolución y tendencias actuales de representación	Scire	2012
ALVITE DÍEZ, María Luisa	Las herramientas terminológicas en los sistemas de información jurídica	Scire	2004
ANÍZIO, Jamilly de Lima Alcântara; NASCIMENTO, Geysa Flávia Câmara de Lima	Avaliação do processo de indexação na biblioteca da assessoria jurídica do Banco do Brasil	Biblionline	2012
BRAZ, Márcia Ivo; PINHO, Fábio Assis	Dispositivos de memória para informação jurídica: análise de procedimentos de indexação	InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação	2013
FERREIRA, Ana Carolina; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos	Análise de assunto de acórdãos jurisprudenciais	Em Questão	2018
FERREIRA, Ana Carolina; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos	Indexação de acórdãos no contexto dos tribunais de contas: estudos preliminares para a elaboração de um modelo de leitura técnica	Informação & Informação	2017
FERREIRA, Ana Carolina; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos	Metodologia para a análise de acórdãos no contexto do controle externo: proposta de um modelo de leitura técnica	Em Questão	2019
FERREIRA, Ana Carolina; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos	Organização da informação jurídica: proposta de modelo de leitura técnica de acórdãos no contexto do controle externo	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	2016
FERREIRA, Ana Carolina; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos; ALMEIDA, Josiana Florêncio Vieira Régis de	Fundamentos teóricos da representação temática da informação jurídica	CAJUR: Caderno de Informações Jurídicas	2017
NASCIMENTO, Gustavo Diniz do; CORRÊA, Renato Fernandes	Avaliação de critérios para seleção de sintagmas nominais com valor para a recuperação da informação	Transinformação	2018
PASSOS, Edilenice	Bases de dados de legislação federal: análise comparativa do serviço de indexação	CAJUR: Caderno de Informações Jurídicas	2015

Fonte: A autora (2023).

4.2 Exclusão e seleção com base nos resumos dos artigos coletados nas bases de dados

Após a análise do título, os dezoito artigos selecionados seguiram para a observação de seus respectivos resumos. Após essa segunda análise, foram observados se os resumos contemplavam os objetivos explanados nesta pesquisa. Desse conjunto selecionado com base na leitura do título, **cinco artigos** acabaram sendo excluídos após a análise dos respectivos resumos, restando **treze artigos** para a próxima etapa de inclusão. O critério de exclusão esteve pautado na relação direta com a temática de indexação da informação jurídica, por se tratar do tema desta pesquisa.

A seguir, no Quadro 12, serão apresentados os artigos excluídos, juntamente com a análise dos respectivos resumos.

Quadro 12- Artigos excluídos da pesquisa a partir da análise dos seus respectivos resumos

AUTOR(A)	TÍTULO	ANO ¹⁰	ANÁLISE DOS RESUMOS
ALVITE DÍEZ, María Luisa	El uso de vocabularios controlados en los sistemas de información jurídica: evolución y tendencias actuales de representación	2012	Discute a gestão de processos documentais e o desenvolvimento de técnicas semânticas implementadas nos jornais oficiais espanhóis. Além de evidenciar a tendência para a utilização do tesauro EuroVoc.
CALHEIROS, Tânia da Costa; MONTEIRO, Silvana Drumond	Mecanismos de busca de jurisprudência: um instrumento para a organização do conhecimento e recuperação da informação no ambiente jurídico virtual	2017	Demonstra como alguns mecanismos de busca de jurisprudência dos principais portais jurídicos do Brasil vêm se tornando instrumentos eficazes para a organização do conhecimento e a recuperação da informação nos anos de 2013, 2014 e 2015.
MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos	Ambiguidade e o contexto na representação de informações em domínios de especialidade	2020	Trata-se de um estudo teórico que aborda a complexidade que envolve a representação do conhecimento no campo do Direito, mais precisamente acerca da representação e recuperação da informação jurídica. E, também traz alguns estudos sobre desenvolvimento de sistemas inteligentes que aplicam o contexto como mecanismo mediador que aprimora a comunicação homem-computador.
NASCIMENTO, Gustavo Diniz do; CORRÊA, Renato Fernandes	Avaliação de critérios para seleção de sintagmas nominais com valor para a recuperação da informação	2018	Avalia critérios para seleção de sintagmas nominais mais representativos do conteúdo de documentos jurídicos em língua portuguesa.
PALACIO, Fabiana Gulin Longhi; LIMA, Vânia Mara Alves	Categorização conceitual da informação jurídica	2015	Defende a categorização conceitual como pedra fundamental na estruturação de uma linguagem documentária, pois ela possibilita a relação entre os conceitos, representados por termos, dentro de um domínio específico do conhecimento. Neste estudo, o domínio escolhido foi o da área de Direito.

Fonte: A autora (2023).

¹⁰ Refere-se ao ano de publicação do artigo.

Após o processo de exclusão dos artigos a partir da leitura de seus resumos, restaram apenas **treze artigos** que qualificaram-se a participar desta nova etapa, a saber: os artigos que foram selecionados a partir da análise do resumo e continuaram sendo pertinentes à temática proposta nesta pesquisa. Tais artigos podem ser vistos no Quadro 13, logo abaixo:

Quadro 13 - Artigos selecionados para a pesquisa a partir da análise dos seus respectivos resumos
Continua

AUTOR(A)	TÍTULO	ANO ¹¹	ANÁLISE DOS RESUMOS
ALMEIDA, Aline Alves de; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos	Análise de assunto na catalogação das fontes de informação jurídica: proposta de elaboração de um modelo de leitura técnica para documentos legislativos	2019	Foi proposto um modelo de leitura técnica dos documentos com procedimentos sistematizados para análise de assunto da legislação do Estado de Minas Gerais, presentes no acervo da Biblioteca da ALMG (Assembleia Legislativa de Minas Gerais).
ALVITE DÍEZ, María Luisa	Las herramientas terminológicas en los sistemas de información jurídica	2004	O artigo traz a análise de instrumentos terminológicos integrados às interfaces das bases de dados jurídicas com maior índice de implementação nas unidades de informação. As observações variam entre uma simples lista de palavras-chave a tesouros com complexa estrutura de navegação.
ANÍZIO, Jamilly de Lima Alcântara; NASCIMENTO, Geysa Flávia Câmara de Lima	Avaliação do processo de indexação na Biblioteca da Assessoria Jurídica do Banco do Brasil	2012	As autoras avaliam o processo de indexação utilizado no acervo especializado da Biblioteca da Assessoria Jurídica Regional do Banco do Brasil no Estado da Paraíba (AJURE/PB), a partir de critérios previamente estabelecidos.
BRAZ, Márcia Ivo; PINHO, Fábio Assis	Dispositivos de memória para informação jurídica: análise de procedimentos de indexação	2013	Verifica quais os procedimentos adotados para a indexação da informação jurídica (jurisprudência, legislação e doutrina) e como isso poderia ser refletido em uma política de indexação, em três instituições: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, Assembleia Legislativa de Pernambuco e Faculdade de Direito do Recife.
FERREIRA, Ana Carolina; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos	Análise de assunto de acórdãos jurisprudenciais	2018	Traz uma contextualização acerca do processo de análise de assunto no âmbito dos acórdãos jurisprudenciais, tendo em vista a relevância desse tipo documental no contexto jurídico como mecanismo de defesa de direitos e de teses jurídicas.

Fonte: A autora (2023).

¹¹ Refere-se ao ano de publicação do artigo.

Quadro 13 - Artigos selecionados para a pesquisa a partir da análise dos seus respectivos resumos
Continuação

FERREIRA, Ana Carolina; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos	Indexação de acórdãos no contexto dos tribunais de contas: estudos preliminares para a elaboração de um modelo de leitura técnica	2017	Discute o tratamento da informação jurídica, a partir de um estudo de caso aplicado no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Além de ressaltar que a indexação dos acórdãos depende do conhecimento da estrutura do documento, da terminologia jurídica e de técnicas para a análise de assunto.
FERREIRA, Ana Carolina; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos	Metodologia para a análise de acórdãos no contexto do controle externo: proposta de um modelo de leitura técnica	2019	Apresenta parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado que investigou o problema da carência de metodologias na literatura da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, para a análise de assunto de documentos jurídicos do tipo acórdão.
FERREIRA, Ana Carolina; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos	Organização da informação jurídica: proposta de modelo de leitura técnica de acórdãos no contexto do controle externo	2016	Mostra os resultados parciais de uma pesquisa de mestrado em andamento, com objetivo de estabelecer diretrizes para a indexação de documentos jurisprudenciais no âmbito dos tribunais de contas brasileiros, a partir da criação de um modelo de leitura técnica de acórdãos.
FERREIRA, Ana Carolina; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos; ALMEIDA, Josiana Florêncio Vieira Régis de	Fundamentos teóricos da representação temática da informação jurídica	2017	Apresentam-se, em linhas gerais, os fundamentos teórico-conceituais da representação temática da informação jurídica, a partir de cinco importantes abordagens do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação (CI): Teoria da Indexação, Teoria do Conceito, Teorias da Classificação, Teoria da Terminologia e Teoria da Análise de Domínio. Objetiva-se, ainda, demonstrar a aplicabilidade dos conceitos apresentados no campo jurídico.
GONÇALVES, Paulo de Castro	A (des)construção dos dogmas da indexação: uma análise sob a ótica da informação jurídica	2019	Afirma que o processo de indexação envolve duas etapas: análise de assunto (através do documento) e a tradução (análise as questões do usuário). E, ainda, defende que é a partir da indexação que se consegue ter um aumento expressivo da qualidade da recuperação da informação.
MENDONÇA, Marina Alves; SILVA, Jonathas Luiz Carvalho	Indexação compartilhada de artigos: ICAP e periódicos jurídicos – o caso da revista Nomos da UFC	2012	Descreve o processo de atividades de indexação compartilhada da revista Nomos (revista do curso de mestrado em Direito da Universidade Federal do Ceará) a partir do serviço de Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos (ICAP). Apresenta as características dos periódicos jurídicos e destaca a importância dessa iniciativa para a divulgação da informação científica, a otimização do tempo gasto nas atividades de catalogação e padronização de dados entre bibliotecas.

Fonte: A autora (2023).

Quadro 13 - Artigos selecionados para a pesquisa a partir da análise dos seus respectivos resumos
Conclusão

MIRANDA, Roseli; SANTOS, Cibele Araújo Camargo Marques dos	Documentação jurídica: interfaces da leitura documentária, linguagem e análise de discurso no tratamento da informação	2018	Discorre sobre o tratamento da informação na documentação jurídica, com base na tríade: leitura documentária, linguagem jurídica e análise de discurso. A partir de discussões sobre terminologia e representação da informação, em função do hermetismo da linguagem e da dificuldade para o profissional bibliotecário na identificação dos tipos de discursos jurídicos presentes nos documentos da área.
PASSOS, Edilenice	Bases de dados de legislação federal: análise comparativa do serviço de indexação	2015	Identifica os fatores que dificultam a indexação de normas jurídicas brasileiras, sobretudo nas três bases de dados de legislação federal (da Presidência da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados).

Fonte: A autora (2023).

4.3 Exclusão e seleção a partir da leitura do texto integral dos artigos coletados nas bases de dados

Após a seleção dos **treze artigos** listados pelos resumos (Quadro 13 - Artigos selecionados para a pesquisa a partir da análise dos seus respectivos resumos), realizou-se uma leitura completa de cada artigo a fim de comprovar se eles seriam de fato pertinentes à temática presente nesta pesquisa.

Então, foi efetuada uma análise mais meticulosa na tentativa de serem selecionados apenas os artigos que de fato pudessem trazer contribuições significativas a este estudo. As sínteses demonstraram que apenas **um artigo** não apresentava relação nuclear com a presente pesquisa e seus objetivos, e, por isso, foi excluído, conforme demonstrado no Quadro 14, em conjunto com a respectiva justificativa.

Quadro 14 - Relação de artigo excluído após a leitura na íntegra

AUTOR(A)	TÍTULO	ANO ¹²	MOTIVO DA EXCLUSÃO
ALVITE DíEZ, María Luisa	Las herramientas terminológicas en los sistemas de información jurídica	2004	O artigo em tela apresenta uma análise das linguagens documentárias utilizadas em cinco bases de dados da área jurídica na Espanha ¹³ . A autora defende a padronização das ferramentas terminológicas sem que haja prejuízo da sua adequada adaptação ao utilizador. Contudo, esses instrumentos apresentam deficiências que talvez não possam ser sanadas exclusivamente pelo tratamento da informação habitualmente utilizado. Apesar de tratar sobre controle terminológico, o artigo não se encaixa no objetivo deste estudo, pois, a pesquisa pretende realizar um mapeamento sistemático acerca da indexação da informação jurídica.

Fonte: A autora (2023).

Superado o momento da exclusão de artigos após sua leitura integral, restaram **doze artigos** qualificáveis à seleção, pois apresentam elementos que coadunam com os objetivos desta pesquisa, conforme resumos elaborados a seguir, demonstrados com sublinhado nos trechos mais relevantes ao tema deste estudo. Seguem abaixo os artigos selecionados:

1. O artigo “**Análise de assunto na catalogação das fontes de informação jurídica: proposta de elaboração de um modelo de leitura técnica para documentos legislativos**” (ALMEIDA; MACULAN, 2019), trata-se de um projeto de pesquisa científica, que ainda se encontrava em andamento (até a data de publicação do artigo), de cunho exploratório e aplicado e abordagem qualitativa, cujo procedimento técnico é um estudo de caso. O universo da pesquisa compreende os documentos legislativos emanados da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG). No projeto, as autoras propõem um modelo de leitura técnica desses documentos com procedimentos sistematizados para análise de assunto da legislação do Estado de Minas Gerais. As autoras justificam a relevância da pesquisa mediante as dificuldades vivenciadas pelos profissionais da informação, no momento de indexar, diante da análise de assunto de documentos legislativos, bem como a falta de estudos sobre a temática da análise de

¹² Refere-se ao ano de publicação do artigo.

¹³ Bases analisadas pela autora: *Iberlex (Boletín Oficial del Estado)*, *Legislación Aranzadi/Westlaw (Thomson)* y *Repertorio de legislación la Ley (Wolters Kluwer)*, *Jurisprudencia Aranzadi/Westlaw (Thomson)* y *Jurisprudencia La Ley (Wolters Kluwer)*.

assunto. Faz-se mister salientar que a análise de assunto constitui uma das etapas do processo de indexação, conforme descrito anteriormente na seção 2.2 - Indexação, nesta dissertação. Ademais, estabelecer um assunto de um documento não é uma tarefa banal, uma vez que a etapa da leitura técnica, início do processo de análise de assunto, apresenta um elevado grau de inferência e subjetividade, uma vez que requer um conhecimento prévio de determinado domínio do catalogador, conhecimento linguístico, além do contexto sociocognitivo. A problemática da pesquisa foi proposta da seguinte maneira: Quais são as estratégias necessárias para realizar a leitura técnica de documentos legislativos no momento da indexação? Os objetivos específicos encontravam-se pautados da seguinte maneira: a) mapear os fundamentos teórico-metodológicos sobre análise de assunto de documentação jurídica, com vistas à sua compilação para amparar a construção da proposta; b) analisar o conhecimento do domínio do Direito para caracterizar as especificidades da informação legislativa; c) validar entre indexadores especialistas o modelo de leitura técnica construído, por meio de um estudo com profissionais indexadores de documentação legislativa; e, d) colaborar com os estudos já existentes cujo núcleo se concentra na diminuição da subjetividade e inconsistência na atividade de representação da informação de documentos legislativos. O referencial teórico nuclear do estudo foi baseado nos seguintes autores: ATIENZA, 1979; CINTRA, 1987; FUJITA, 2004; 2006; KOBASHI, 1994; 1996; LANCASTER, 2004; MIRANDA, 2004; MARQUES JÚNIOR, 1997; PASSOS, 2015; SILVA, 2010; TÁLAMO, 1987. Quanto aos procedimentos, o percurso metodológico foi dividido em cinco etapas: a) construção teórica - levantamento bibliográfico sobre análise de assunto e documentação jurídica; b) construção do modelo de leitura documentária: desenvolvimento a partir da construção teórica e metodológica estudada sobre a etapa da análise de assunto no processo de indexação, incluindo o uso de bases sistemáticas e/ou normativas; e, c) aplicação e validação do modelo de leitura documentária: compreenderá o estudo de campo propriamente dito, sendo realizada entre os indexadores profissionais da ALMG, com a utilização da técnica do protocolo verbal, que permite o registro do pensamento dos indivíduos durante a realização de uma tarefa cognitiva (durante a leitura técnica para a indexação). Diante do exposto,

nota-se que o destacado artigo traz colaborações a este estudo, uma vez que sistematiza estratégias que ensinam a compreensão textual, melhorando assim a compreensão leitora dos alunos.

2. **“Avaliação do processo de indexação na Biblioteca da Assessoria Jurídica do Banco do Brasil”** (ANÍZIO; NASCIMENTO, 2012). O artigo avalia o processo de indexação utilizado no acervo especializado da Biblioteca da Assessoria Jurídica Regional do Banco do Brasil no Estado da Paraíba (AJURE/PB), a partir do critério de análise do processo de indexação dos textos informacionais, com ênfase nas suas etapas e os tipos de linguagem. Os critérios definidos no estudo buscaram também avaliar a etapa da recuperação da informação naquela Entidade, a partir da identificação dos problemas existentes na atividade de representação dos textos informacionais. O instrumento de pesquisa usado foi um levantamento contendo a anotação de todos os livros solicitados pelos usuários, durante um determinado período, objetivando selecionar uma amostra com os dez títulos mais procurados, para, na sequência, proceder-se à análise de seus descritores. Concluiu-se que há deficiência dos termos utilizados na representação dos textos jurídicos da Biblioteca da AJURE/PB, o que revela a necessidade de o bibliotecário dominar os principais conceitos e as noções básicas dessa área de especialidade, para realizar adequadamente a indexação, propiciando rapidez no processamento das informações, precisão e confiabilidade na recuperação, em função dos objetivos institucionais, perfis dos usuários e terminologia utilizada. As autoras defendem que o tratamento temático da informação do acervo em bibliotecas jurídicas com base na abordagem de indexação e recuperação da informação em domínios específicos é bastante complexo devido a sua linguagem técnica que, podendo ocorrer entraves no momento da indexação, quando o bibliotecário não possui domínio sobre as linguagens técnicas que a sua área de atuação utiliza. Dos doze livros analisados, apenas dois deles corresponderam ao esperado no que se refere a uma representação adequada de termos, ocorrendo, ainda, pequeno grau de inconsistência nos descritores utilizados para representar os demais livros. Seguindo este raciocínio e diante do estudo desenvolvido na respectiva pesquisa, detectou-se, na Biblioteca da

AJURE/PB, a falta de métodos para o tratamento das informações, o que pode acarretar uma grande perda do material de consulta. Nesse caso, as autoras sugerem a utilização de um sistema estruturado para o gerenciamento da informação contida dentro da unidade de informação, porque o principal objetivo do bibliotecário é a satisfação do usuário, sendo, para isso, necessário representar de forma adequada a informação disponível, utilizando mecanismos que melhor se adapte à unidade informacional em que ele atua. Como a Ciência do Direito possui um aparato de termos específicos, exige-se do bibliotecário (que trabalha nessa área de especialidade) determinada capacidade técnica e competência para o tratamento preciso das várias formas de informação jurídica (legislação, jurisprudência e doutrina), sendo, ainda, recomendável, para manter um padrão dentro da unidade de informação, dispor de um manual, utilizando categorias de termos e identificadores comuns aos tipos de informação contida na biblioteca. Depreende-se, portanto, de acordo com as autoras, a relevância deste estudo ser apontado como um campo aberto para novas investigações e descobertas, que venham a sistematizar os conhecimentos teóricos e/ou práticos sobre indexação e seu papel fundamental nos sistemas de recuperação da informação. Sendo assim, o presente artigo integra substancialmente a temática da pesquisa constante nesta dissertação, pois reforça a importância de um processo bem fundamentado e padronizado capaz de propiciar uma eficaz a indexação da informação jurídica.

3. **“Dispositivos de memória para informação jurídica: análise de procedimentos de indexação”** (BRAZ; PINHO, 2013). Os autores defendem, neste artigo, que a organização e a representação do conhecimento guardam compromisso com a recuperação, o acesso e a apropriação da informação. Por isso, enquanto dispositivos de memória, permitem que a área ou a comunidade discursiva possam ser compreendidas e reconstituídas, o que aplicado às instituições que lidam com o Direito pode ter efeitos mais abrangentes no sentido do exercício da cidadania, promoção do acesso às informações aos cidadãos. Ainda, representar o conteúdo dos documentos buscando um denominador entre as perspectivas da instituição, a linguagem de indexação e aquela utilizada pelos usuários é um desafio para

qualquer contexto que lide com a guarda e disseminação de informações. Assim, o objetivo geral foi pautado na verificação de quais os procedimentos adotados para a indexação da informação jurídica e como isso poderia ser refletido em uma política de indexação. Como o conceito de informação jurídica é muito amplo, delimitou-se o espectro da pesquisa para jurisprudência, legislação e doutrina, investigando-se três instituições: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, Assembleia Legislativa de Pernambuco e Faculdade de Direito do Recife. A pesquisa foi caracterizada como exploratória, sendo realizada uma revisão de literatura acerca da organização do conhecimento e memória, políticas de indexação e informação jurídica. O instrumento de coleta de dados foi o questionário, além da observação nas instituições. A partir das observações *in loco* e análise das respostas ao questionário, foi possível elencar elementos que podem ser refletidos em uma política de indexação para informação jurídica, são eles: a) necessidade de adotar um manual de indexação contextualizado; b) apontar quais as macroestruturas que devem ser observadas para a etapa da análise; c) cumprir todas as etapas da análise documentária; d) preferência pela especificidade; e) exaustividade; f) número de descritores; e, g) adoção de um controle terminológico. Por todo o exposto, resta nítida a pertinência deste artigo à temática abordada neste trabalho: indexação da informação jurídica.

4. **“Indexação de acórdãos no contexto dos tribunais de contas: estudos preliminares para a elaboração de um modelo de leitura técnica”** (FERREIRA; MACULAN, 2017). Este artigo discute a organização da informação jurídica, em especial os acórdãos produzidos pelos tribunais de contas. Na literatura da Biblioteconomia e da Ciência da Informação foi identificada uma lacuna referente à falta de procedimentos sistematizados para a análise de assunto, que visa à identificação do assunto tratado nos documentos. Ressalta-se que a indexação dos acórdãos depende do conhecimento da estrutura do documento, da terminologia jurídica e de técnicas para a análise de assunto. Ademais, observa-se que, na indexação, a análise de assunto é etapa fundamental e, ao mesmo tempo, uma tarefa complexa, envolvendo aspectos lógicos, cognitivos e linguísticos. O objetivo descrito neste estudo consiste na elaboração de um modelo de leitura técnica

de acórdãos para orientar o processo da análise de assunto, uma vez que trata-se da primeira etapa da indexação. Quanto aos procedimentos, as autoras realizaram um estudo de caso com abordagem qualitativa, aplicada no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG). O arcabouço teórico está pautado nas diretrizes presentes na norma NBR 12.676/1992, que normatiza e sistematiza o processo de indexação, e os fundamentos teórico-metodológicos de Guimarães (1994; 2004), juntamente com a análise por categorias, de Cintra (1987) e Fujita (2003), com as estratégias de leitura documentária, e os princípios para a indexação de acórdãos de Silva (2008). No tocante aos resultados, as autoras esperam que possam ser oferecidas estratégias de leitura que irão auxiliar o indexador em sua atividade e minimizar a subjetividade na representação temática dos acórdãos. Assim, destaca-se que o presente artigo colabora com a nossa pesquisa, pois reforça a importância de parâmetros norteadores para um serviço de indexação padronizado e coeso na recuperação da informação no momento da busca.

5. **“Análise de assunto de acórdãos jurisprudenciais”** (FERREIRA; MACULAN, 2018). O artigo apresenta uma contextualização acerca do processo da análise de assunto no âmbito dos acórdãos jurisprudenciais, uma vez que há uma grande relevância desse tipo documental no contexto jurídico enquanto mecanismo de defesa de direitos e de teses jurídicas. Os referenciais teóricos sobre a indexação, em especial, da etapa da análise de assunto, são explorados com foco na aplicação da metodologia da análise conceitual de acórdãos proposta por Guimarães (1994), adaptada ao contexto dos tribunais de contas. As autoras afirmam que o objetivo da pesquisa é aplicar a análise de assunto por categorias, proposta por Guimarães (1994), com as adaptações necessárias aos acórdãos produzidos pelos tribunais de contas, os quais possuem características diferenciadas em relação aos tribunais do Poder Judiciário. Para tal, são buscados os referenciais teóricos da Biblioteconomia e Ciência da Informação (CI), e das Ciências Jurídicas, com o objetivo de entender as nuances relacionadas à representação temática da jurisprudência. A recuperação da informação é diretamente afetada pela qualidade da indexação, que tem no estágio da análise de assunto o seu maior desafio. Essa análise depende dos conhecimentos

prévios do indexador sobre o tema a ser analisado, das demandas informacionais dos usuários e das políticas de indexação adotadas pelo sistema. Nessa perspectiva, os estudos sobre essa etapa, da análise de assunto, são importantes e devem priorizar a sistematização da leitura e a seleção de conceitos pelo indexador, assim como o conhecimento da estrutura dos documentos analisados.

6. **“Metodologia para a análise de assunto de acórdãos no contexto do controle externo: proposta de um modelo de leitura técnica”** (FERREIRA; MACULAN, 2019). Este artigo apresentou o desenvolvimento de um Modelo de Leitura Técnica para acórdãos, em especial, para o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Para as autoras, os conhecimentos na área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação utilizados na concepção do modelo incluíram a abordagem da análise de assunto (uma das etapas que integram o processo de indexação de um documento) a partir de conceitos essenciais (GUIMARÃES, 1994; FUJITA; RUBI, 2006; MACULAN, 2011), o uso de estratégias de leitura para a compreensão textual, assim como a adoção de questionamentos para áreas específicas do conhecimento, conforme a proposta na NBR 12676 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992). Os aportes teóricos também englobaram a vertente teórica da compreensão do leitor, do texto e do contexto, conforme a literatura de Giasson (1993). Assim, foi possível o estudo do acórdão a partir de suas múltiplas variáveis, que incluem sua estrutura temática e especificidades enquanto documento jurídico; o leitor, que pode ser o operador do Direito ou o profissional-indexador, ambos com objetivos e motivações distintas para a leitura; o contexto do acórdão, que se refere ao controle externo. Para a construção do modelo de leitura, do campo jurídico, foram essenciais os conceitos de fontes de informação jurídicas, em especial, das questões estruturais do acórdão, assim como das competências constitucionais dos tribunais de contas. Para as autoras, devido à carência de metodologias para se fazer uma análise de assunto de um documento, o presente artigo ofereceu contribuições teórico-metodológicas para a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, ao sistematizar e objetivar a análise de assunto do acórdão a partir da definição das etapas e fases

metodológicas para a realização da atividade. Ademais, como a formação do bibliotecário jurídico é amplamente influenciada pela prática profissional, destaca-se que investigações no campo da representação temática de documentos jurídicos são importantes e necessárias, com ênfase na indexação desses documentos. Ferreira e Maculan destacam que o modelo de leitura técnica apresentado neste artigo é destinado ao bibliotecário da área jurídica que, embora não seja necessariamente especialista no domínio, detém as competências e abordagens metodológicas para organizar o conhecimento para posterior recuperação. Por isso, elas defendem que é fundamental a adoção de uma postura proativa do profissional, em termos de atualização e formação permanente em serviço. Após a leitura das linhas anteriores fica perceptível a pertinência deste artigo à temática trabalhada nesta dissertação, visto que o acórdão é um tipo de informação jurídica e a análise de assunto integra uma das etapas do processo de indexação.

7. **“Organização da informação jurídica: proposta de modelo de leitura técnica de acórdãos no contexto do controle externo”** (FERREIRA; MACULAN, 2016). Neste artigo, as autoras asseguram que a documentação jurídica apresenta peculiaridades próprias, não encontradas em outras disciplinas, fato que exige uma reflexão particular sobre as fontes, o tratamento e a expressão documental do conhecimento jurídico. Isto posto, justifica-se o estudo de referenciais teórico-metodológicos para o processo de tratamento temático da informação em jurisprudência, vale dizer, dos procedimentos envolvidos, de modo a facilitar a recuperação das informações. Objetiva-se, desse modo, explicitar os procedimentos adotados para a identificação e seleção de conceitos, tendo em vista a representação e a geração de produtos documentários que permitam a recuperação precisa das informações. E também, proporcionar ao bibliotecário jurídico, critérios gerais de sistematização conceitual, a partir de princípios e postulados teórico-práticos. O levantamento bibliográfico até este ponto da pesquisa aponta para a escassez de pesquisas sobre a análise de assunto da informação jurisprudencial, a partir da perspectiva da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Esse apontamento corrobora a ideia de que a literatura do campo em estudo tem destacado, ao longo dos últimos anos, os

processos de elaboração de instrumentos terminológicos, em detrimento de estudos sobre a análise e a sistematização conceitual. A proposta de um modelo de leitura técnica de acórdãos, direcionado, especificamente, para o contexto dos tribunais de contas é necessária, tendo em vista as peculiaridades da indexação desse tipo de documento. Nos tempos atuais, em que a transparência da informação pública é regra, todos os esforços que contribuam para a sistematização e divulgação do fazer público estão na ordem do dia das demandas sociais. Destarte, o artigo traz completa ligação e pertinência à temática do estudo que aqui vem sendo desenvolvido: a indexação da informação jurídica.

8. **“Fundamentos teóricos da representação temática da informação jurídica”** (FERREIRA; MACULAN; ALMEIDA, 2017). O artigo apresenta, de maneira genérica, os fundamentos teórico-conceituais da representação temática da informação jurídica, a partir de cinco importantes abordagens do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação (CI): Teoria da Indexação, Teoria do Conceito, Teorias da Classificação, Teoria da Terminologia e Teoria da Análise de Domínio. No âmbito da informação jurídica, em virtude de suas peculiaridades, observa-se, segundo as autoras, a necessidade de aprofundamentos teóricos no que tange aos processos de representar os assuntos dos documentos. Nesse sentido, a compreensão das características desse tipo de informação, aliada ao estudo dos fundamentos conceituais da representação temática, permitem, ao profissional indexador, a elaboração de indexações mais consistentes, tendo em vista a adequada recuperação da informação pelo usuário. Entretanto, na prática da representação temática (em especial a indexação) da informação jurídica, as teorias sobrepõem-se e são aplicadas simultaneamente. O estudo dos fundamentos teórico-conceituais da representação temática da informação é importante para uma coerente prática do processo de análise e síntese conceitual dos documentos jurídicos, de modo a proporcionar a adequada recuperação da informação pelos operadores do Direito. Tais fundamentos também possuem aplicabilidade na geração de produtos de informação, como índices, vocabulários controlados e tesauros jurídicos - utilizados na padronização terminológica - bem como na criação de registros documentários.

classificações e mapeamento das diversas subdivisões do domínio jurídico, só para citar algumas. Como destacado, a representação temática da informação jurídica objetiva a construção de um microuniverso para o objeto informacional, ainda que não totalmente fiel ao objeto representado. A indexação é espécie pertencente ao gênero representação temática, sendo assim, este artigo atende aos critérios de inclusão ao tema indexação da informação jurídica, embora ele não esteja muito explicitado.

9. **“A (des)construção dos dogmas da indexação: uma análise sob a ótica da informação jurídica”** (GONÇALVES, 2019). O artigo traz reflexões acerca do conceito da construção científica da indexação segundo o modelo de Thomas Kuhn. Investigou o objeto, o paradigma e os dogmas que governam o tratamento descritivo. Para o autor, a pergunta que envolve a indexação de um documento jurídico mais pertinente seria: qual é a melhor maneira de descrevê-lo tematicamente? Segundo esse raciocínio, o paradigma mais aceito seria o de que a indexação possui duas etapas: a análise de assunto e a tradução e dois momentos, o primeiro quando se analisa o documento e o segundo quando se analisam as questões do usuário. O tema abarca a temática jurídica, mais especificamente, a legislativa e jurisprudencial, induzindo a possibilidade de padronização e modelização, como acontece com a descrição física, em decorrência do parentesco documental, aumentando a qualidade e a coerência da descrição entre indexadores distintos e o mesmo indexador em momentos diferentes. Assim, nota-se de forma nítida a pertinência deste artigo à temática da pesquisa desenvolvida nesta dissertação.
10. **“Indexação compartilhada de artigos: ICAP e periódicos jurídicos – o caso da revista Nomos da UFC”** (MENDONÇA; SILVA, 2012). O artigo destaca a importância de ações cooperativas entre bibliotecas, tratando especificamente da indexação compartilhada, através da experiência da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC) com a indexação de “Nomos: revista do curso de mestrado em Direito da UFC” na Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos (ICAP) da Rede Pergamum de Bibliotecas. O ponto de partida da pesquisa, de acordo com os autores, deu-se a partir da seguinte indagação: “Como é desenvolvida a

indexação compartilhada da revista Nomos do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC?”. E, na tentativa de conseguir responder à questão, foi descrito o processo de atividades de indexação compartilhada da revista Nomos a partir do serviço ICAP. Apresenta as características dos periódicos jurídicos e destaca a importância dessa iniciativa para a divulgação da informação científica, a otimização do tempo gasto nas atividades de catalogação e padronização de dados entre bibliotecas, proporcionadas pela cooperação bibliotecária. O trabalho colabora para o acesso à informação de forma livre e gratuita, bem como o Sistema de Bibliotecas da UFC torna-se partícipe na ICAP como colaborador, usufruindo as vantagens da cooperação bibliotecária. Portanto, percebe-se que o artigo tem como núcleo a indexação da informação jurídica, mais precisamente a informação contida em periódicos especializados na área jurídica, o que qualifica o artigo a estar inserido no *rol* dos artigos selecionados para o desenvolvimento desta dissertação.

11. **“Documentação jurídica: interfaces da leitura documentária, linguagem e análise de discurso no tratamento da informação”** (MIRANDA; SANTOS, 2018). Neste artigo, as autoras apresentam reflexões sobre o tratamento da informação na Documentação Jurídica, com base na tríade: leitura documentária, linguagem jurídica e análise de discurso. A partir da discussão acerca da terminologia e representação da informação, em função do hermetismo da linguagem e da dificuldade para o profissional bibliotecário na identificação dos tipos de discursos jurídicos presentes nos documentos da área. Ademais, as autoras ressaltam a importância da pesquisa sobre a análise de discurso voltada para os tipos de discursos empregados na Documentação Jurídica, que podem propiciar o reconhecimento da estrutura do documento e das partes que contém informações relevantes, contribuindo para a representação da informação. Sendo assim, elas concluem atuando de maneira conjunta, a linguagem documentária, a linguagem jurídica e a análise de discurso podem auxiliar de maneira ímpar o trabalho do profissional bibliotecário no momento da representação da informação.
12. **“Bases de dados de legislação federal: análise comparativa do serviço de indexação”** (PASSOS, 2015). De acordo com a autora, a legislação é uma

das principais fontes de informação jurídica no Brasil, existindo três instituições que oferecem, de forma pública e gratuita, as principais bases de dados que compilam a legislação federal de hierarquia superior: Câmara dos Deputados, Presidência da República e Senado Federal. Todo instrumento de recuperação da informação deve passar por avaliações que possibilitem seu aprimoramento. Os objetivos deste artigo são: identificar os fatores que dificultam a indexação de normas jurídicas brasileiras e examinar comparativamente as três bases de dados de legislação federal. Em termos metodológicos, este é em estudo analítico e exploratório. A pesquisa apontou que há indícios de que as três bases de dados analisadas não mantêm uma rotina de atualização dos termos de indexação à medida que a norma jurídica sofre alteração em seu texto. Os resultados sugerem, também, que há grande semelhança entre a indexação realizada pela base de dados mantida pela Presidência da República e a mantida pelo Senado Federal; a Câmara dos Deputados opta pelo princípio de exaustividade, enquanto as outras duas adotam o princípio da especificidade. A legislação brasileira é peculiar tanto na forma quanto no conteúdo, por isso, cabe ao bibliotecário jurídico criar meios que guiem o leigo e o especialista na busca por normas jurídicas. A autora ainda finaliza sugerindo que a partir dos resultados da pesquisa, fossem realizadas outras pesquisas, a fim de que analisassem as diferenças entre a linguagem do usuário e a linguagem documentária. Ademais, Passos (2015) também destaca que outro ponto em que parece não haver uma definição mais precisa e que poderia ser mais explorado em outras pesquisas é a questão relacionada com o equilíbrio entre o princípio da especificidade e o da exaustividade de forma a tornar a recuperação da informação contida na norma jurídica uma atividade mais precisa e exata. Mediante o exposto, percebe-se que o artigo encaixa-se nos requisitos para seleção de textos em consonância com a temática desta dissertação: a indexação da informação jurídica.

Abaixo, serão apresentados, no Quadro 15, os doze artigos selecionados e que constituem a massa documental desta pesquisa, bem como suas justificativas, ordenados de acordo com a autoria.

Quadro 15 - Artigos selecionados após a leitura na íntegra

Continua

AUTOR(A)	TÍTULO	ANO ¹⁴	MOTIVO DA INCLUSÃO
ALMEIDA, Aline Alves de; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos	Análise de assunto na catalogação das fontes de informação jurídica: proposta de elaboração de um modelo de leitura técnica para documentos legislativos	2019	Foi proposto um modelo de leitura técnica dos documentos com procedimentos sistematizados para análise de assunto da legislação do Estado de Minas Gerais, presentes no acervo da Biblioteca da ALMG (Assembleia Legislativa de Minas Gerais).
ANÍZIO, Jamilly de Lima Alcântara; NASCIMENTO, Geysa Flávia Câmara de Lima	Avaliação do processo de indexação na Biblioteca da Assessoria Jurídica do Banco do Brasil	2012	As autoras avaliam o processo de indexação utilizado no acervo especializado da Biblioteca da Assessoria Jurídica Regional do Banco do Brasil no Estado da Paraíba (AJURE/PB), a partir de critérios previamente estabelecidos.
BRAZ, Márcia Ivo; PINHO, Fábio Assis	Dispositivos de memória para informação jurídica: análise de procedimentos de indexação	2013	Verifica quais os procedimentos adotados para a indexação da informação jurídica (jurisprudência, legislação e doutrina) e como isso poderia ser refletido em uma política de indexação, em três instituições: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, Assembleia Legislativa de Pernambuco e Faculdade de Direito do Recife.
FERREIRA, Ana Carolina; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos	Análise de assunto de acórdãos jurisprudenciais	2018	Traz uma contextualização acerca do processo de análise de assunto no âmbito dos acórdãos jurisprudenciais, tendo em vista a relevância desse tipo documental no contexto jurídico como mecanismo de defesa de direitos e de teses jurídicas.
FERREIRA, Ana Carolina; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos	Indexação de acórdãos no contexto dos tribunais de contas: estudos preliminares para a elaboração de um modelo de leitura técnica	2017	Discute o tratamento da informação jurídica, a partir de um estudo de caso aplicado no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Além de ressaltar que a indexação dos acórdãos depende do conhecimento da estrutura do documento, da terminologia jurídica e de técnicas para a análise de assunto.
FERREIRA, Ana Carolina; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos	Metodologia para a análise de acórdãos no contexto do controle externo: proposta de um modelo de leitura técnica	2019	Apresenta parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado que investigou o problema da carência de metodologias na literatura da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, para a análise de assunto de documentos jurídicos do tipo acórdão.
FERREIRA, Ana Carolina; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos	Organização da informação jurídica: proposta de modelo de leitura técnica de acórdãos no contexto do controle externo	2016	Mostra os resultados parciais de uma pesquisa de mestrado em andamento, com objetivo de estabelecer diretrizes para a indexação de documentos jurisprudenciais no âmbito dos tribunais de contas brasileiros, a partir da criação de um modelo de leitura técnica de acórdãos.

Fonte: A autora (2023).

¹⁴ Refere-se ao ano de publicação do artigo.

Quadro 15 - Artigos selecionados após a leitura na íntegra

Conclusão

FERREIRA, Ana Carolina; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos; ALMEIDA, Josiana Florêncio Vieira Régis de	Fundamentos teóricos da representação temática da informação jurídica	2017	Apresentam-se, em linhas gerais, os fundamentos teórico-conceituais da representação temática da informação jurídica, a partir de cinco importantes abordagens do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação (CI): Teoria da Indexação, Teoria do Conceito, Teorias da Classificação, Teoria da Terminologia e Teoria da Análise de Domínio. Objetiva-se, ainda, demonstrar a aplicabilidade dos conceitos apresentados no campo jurídico.
GONÇALVES, Paulo de Castro	A (des)construção dos dogmas da indexação: uma análise sob a ótica da informação jurídica	2019	Afirma que o processo de indexação envolve duas etapas: análise de assunto (através do documento) e a tradução (analisa as questões do usuário). E, ainda, defende que é a partir da indexação que se consegue ter um aumento expressivo da qualidade da recuperação da informação.
MENDONÇA, Marina Alves; SILVA, Jonathas Luiz Carvalho	Indexação compartilhada de artigos: ICAP e periódicos jurídicos – o caso da revista Nomos da UFC	2012	Descreve o processo de atividades de indexação compartilhada da revista Nomos (revista do curso de mestrado em Direito da Universidade Federal do Ceará) a partir do serviço de Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos (ICAP). Apresenta as características dos periódicos jurídicos e destaca a importância dessa iniciativa para a divulgação da informação científica, a otimização do tempo gasto nas atividades de catalogação e padronização de dados entre bibliotecas.
MIRANDA, Roseli; SANTOS, Cibele Araújo Camargo Marques dos	Documentação jurídica: interfaces da leitura documentária, linguagem e análise de discurso no tratamento da informação	2018	Discorre sobre o tratamento da informação na documentação jurídica, com base na tríade: leitura documentária, linguagem jurídica e análise de discurso. A partir de discussões sobre terminologia e representação da informação, em função do hermetismo da linguagem e da dificuldade para o profissional bibliotecário na identificação dos tipos de discursos jurídicos presentes nos documentos da área.
PASSOS, Edilenice	Bases de dados de legislação federal: análise comparativa do serviço de indexação	2015	Identifica os fatores que dificultam a indexação de normas jurídicas brasileiras, sobretudo nas três bases de dados de legislação federal (da Presidência da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados).

Fonte: A autora (2023).

Serão apresentadas, na próxima seção, a análise e a discussão dos resultados alcançados com base nos dados obtidos a partir da realização da pesquisa aqui proposta.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo apresenta uma análise acerca dos doze artigos selecionados na seção anterior, a partir do Mapeamento Sistemático realizado e a discussão com a fundamentação teórica dos capítulos 2 e 3, analisando a produção científica acerca do tema indexação da informação jurídica na área de Ciência da Informação e identificando um panorama dessas publicações.

A discussão acerca dos resultados será demonstrada de maneira categorizada com base nos objetivos propostos nesta pesquisa, estando as categorias divididas do seguinte modo:

- 1) análise dos dados das publicações científicas recuperadas (identificação de pesquisas, autores, problemas, procedimentos e desenvolvimento);
- 2) identificação dos autores mais produtivos e a quais instituições estão vinculados; e,
- 3) detectar a distribuição temporal dessas publicações.

- **Categoria 1:** Análise dos dados das publicações científicas recuperadas.
 - **Objetivo:** Identificar quais os tipos de pesquisas, autores, datas de publicação, problemas, procedimentos e desenvolvimento.

Nesta categoria, almejando elucidar melhor os resultados, foi realizada uma divisão por tópicos, respeitando os critérios objetivos aqui estabelecidos, como demonstrado a seguir:

a. Tipo de pesquisa

Todos os doze artigos apresentaram em sua metodologia pesquisa de caráter **exploratório**, com abordagem aplicada e de cunho qualitativo. Apenas **quatro** desses artigos explicitaram que sua pesquisa contemplava o método de **estudo de caso**, embora fosse de fácil percepção a adequação aos requisitos que esse método exige nos demais artigos, excetuando-se apenas o trabalho de Miranda e Santos (2018). Entretanto, como os autores não descreveram sua pesquisa como inseridas no universo do método do estudo de caso, explicitamos apenas o que foi encontrado

no corpo do próprio artigo. A saber, as publicações que deixaram de forma expressa a utilização do método de estudo de caso foram:

- i. Almeida e Maculan (2019) - estudo de caso realizado na Biblioteca da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG);
- ii. Braz e Pinho (2013) - estudo realizado em três instituições: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE/PE), Assembleia Legislativa de Pernambuco (ALEPE) e Faculdade de Direito do Recife (FDR);
- iii. Ferreira e Maculan (2017) - pesquisas desenvolvidas no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG); e,
- iv. Ferreira e Maculan (2019) - pesquisas desenvolvidas no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG).

b. **Problematização**

Há verdadeira escassez de procedimentos norteadores para uma atividade de indexação eficaz no que tange os documentos que circundam o âmbito jurídico (BRAZ; PINHO, 2013). Então, percebe-se que nos doze artigos selecionados todos, embora escritos de maneiras diversas, preconizam a criação e utilização de políticas de indexação para documentos no âmbito jurídico, sejam acórdãos, doutrinas ou legislação, o que os autores ressaltam é o reflexo que essa falta de homogeneidade durante o processo de indexação (com ênfase na leitura técnica) traz no momento da recuperação das buscas pela informação jurídica.

De acordo com o artigo de Ferreira, Maculan e Almeida (2017), há uma imperiosa necessidade de aprofundamento dos aportes teóricos, no âmbito da informação jurídica, haja vista o alto grau de especificidade e peculiaridades, por parte do bibliotecário jurídico no momento de realizar o processo de representação temática desses documentos, com destaque para a realização da tarefa de indexação. Corroboram, ainda, o artigo de Ferreira e Maculan (2019) ao enfatizar que faz-se mister o desenvolvimento de estratégias com vistas a suprir as lacunas e ambiguidades que o profissional da informação terá devido, por vezes, à falta de conhecimento mínimo na área jurídica.

Gonçalves (2019) esteve preocupado em buscar teorias que fundamentassem ou dessem subsídios a uma padronização de uma representação temática na área do Direito, sobretudo no tocante à indexação. Já Passos (2015), tentou identificar, primeiramente, quais eram os fatores que dificultavam a indexação de normas jurídicas brasileiras, fazendo o estudo a partir do exame comparativo entre as três bases de dados de legislação federal¹⁵.

Destarte, os artigos e suas respectivas pesquisas ratificam a escassez de literatura na área com função norteadora ao profissional da informação jurídica, uma vez que, nota-se a falta de padronização e homogeneidade no processo de indexação das instituições.

c. **Procedimentos e desenvolvimento**

Como mencionado anteriormente, todos os artigos selecionados valeram-se da utilização do método de pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, a partir do uso de instrumentos como questionários, observação *in loco*, análise de dados coletados, dentre outros.

Nota-se que os artigos produzidos por Ferreira e Maculan (2016, 2017, 2018 e 2019) são resultados de uma pesquisa de mestrado, com vistas a desenvolver um modelo norteador de leitura técnica com a finalidade de diminuir as inconsistências no momento de fazer a indexação do acórdão (tipo documental estabelecido para a pesquisa). Ademais, a recuperação da informação, indubitavelmente, seria mais eficaz do que o trabalho que até então vinha sendo desenvolvido no local de estudo, pois o profissional indexador jurídico estaria sempre podendo recorrer ao auxílio que um estabelecimento de parâmetros oferece.

Bem como as supracitadas autoras e seus respectivos artigos, Almeida e Maculan (2019) também trazem uma propositura de um modelo de leitura técnica dos documentos jurídicos que abarcam procedimentos sistematizados para análise de assunto (uma das etapas do processo de indexação).

Já os artigos de Passos (2015), Anízio e Nascimento (2012), Braz e Pinho (2013) e Mendonça e Silva (2012), pautaram seus estudos na análise comparativa,

¹⁵ Base de dados da Presidência da República, base de dados do Senado Federal e a base da Câmara dos Deputados.

avaliação e verificação (obedecendo essa sequência) do serviço de indexação da informação jurídica, nas quais asseguram não haver qualquer tipo de política de indexação ou de instrumentos congêneres que facilitasse a padronização do processo de indexação do bibliotecário jurídico.

Gonçalves (2019), Ferreira, Maculan e Almeida (2017) e Miranda e Santos (2018), trazem publicações de cunho mais teórico, nas quais apresentam fundamentos teóricos e conceituais da representação temática da informação jurídica, tais como: Teoria da Indexação, Teoria do Conceito, Teorias da Classificação, Teoria da Terminologia, Teoria da Análise de Domínio e Teoria da Análise de Discurso.

Dessa maneira, é de fácil percepção os esforços dos autores em colaborar com os estudos já existentes acerca da indexação da informação jurídica, cuja função nuclear pauta-se na diminuição da subjetividade e inconsistência durante a atividade de representação da informação, com ênfase na indexação de documentos jurídicos.

Ademais, com base nos dados coletados, embora apresentando algumas variações, nota-se que os autores têm algum nível de familiaridade com a temática, seja devido a interesses científicos, como acontece com Ferreira e Maculan, por exemplo; ou mesmo por desempenharem suas habilidades profissionais em bibliotecas ou centros de informação que trabalham com informação jurídica. Ou seja, pode-se deduzir que são os profissionais que atuam diretamente em bibliotecas jurídicas quem mais tem produzido conteúdo acerca da indexação da informação jurídica.

- **Categoria 2:** Identificação dos autores mais produtivos e a qual instituição estão vinculados.
 - **Objetivo:** Apontar quem e onde mais se desenvolve pesquisa acerca da temática indexação da informação jurídica.

Os artigos foram publicados entre os anos de 2012 a 2019, excetuando-se apenas o ano de 2014. Os títulos dos artigos e seus autores correspondentes podem ser visualizados no Quadro 15 - Artigos selecionados após a leitura na

íntegra. Aqui, trataremos apenas do binômio Autor(a) x Ano, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 16 - Autores e data das publicações selecionadas

AUTOR(A)	QUANT. ARTIGOS	ANO PUBLICAÇÃO	INSTITUIÇÃO ¹⁶
ALMEIDA, Aline Alves de	1	2019	UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais)
ALMEIDA, Josiana Florêncio Vieira Régis de	1	2017	UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais)
ANÍZIO, Jamilly de Lima Alcântara	1	2012	IFPB (Instituto Federal da Paraíba)
BRAZ, Márcia Ivo	1	2013	UFPE (Universidade Federal de Pernambuco)
FERREIRA, Ana Carolina	5	2016 ; 2017 ; 2017 ; 2018; 2019	UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais)
GONÇALVES, Paulo de Castro	1	2019	ALMG (Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais)
MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos	6	2016 ; 2017 ; 2017 ; 2018; 2019 ; 2019	UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais)
MENDONÇA, Marina Alves	1	2012	UFC (Universidade Federal do Ceará)
MIRANDA, Roseli	1	2018	USP (Universidade de São Paulo)
NASCIMENTO, Geysa Flávia Câmara de Lima	1	2012	UFPB (Universidade Federal da Paraíba)
PASSOS, Edilenice	1	2015	Infolegis
PINHO, Fábio Assis	1	2013	UFPE (Universidade Federal de Pernambuco)
SANTOS, Cibele Araújo Camargo Marques dos	1	2018	USP (Universidade de São Paulo)
SILVA, Jonathas Luiz Carvalho	1	2012	UFC (Universidade Federal do Ceará)

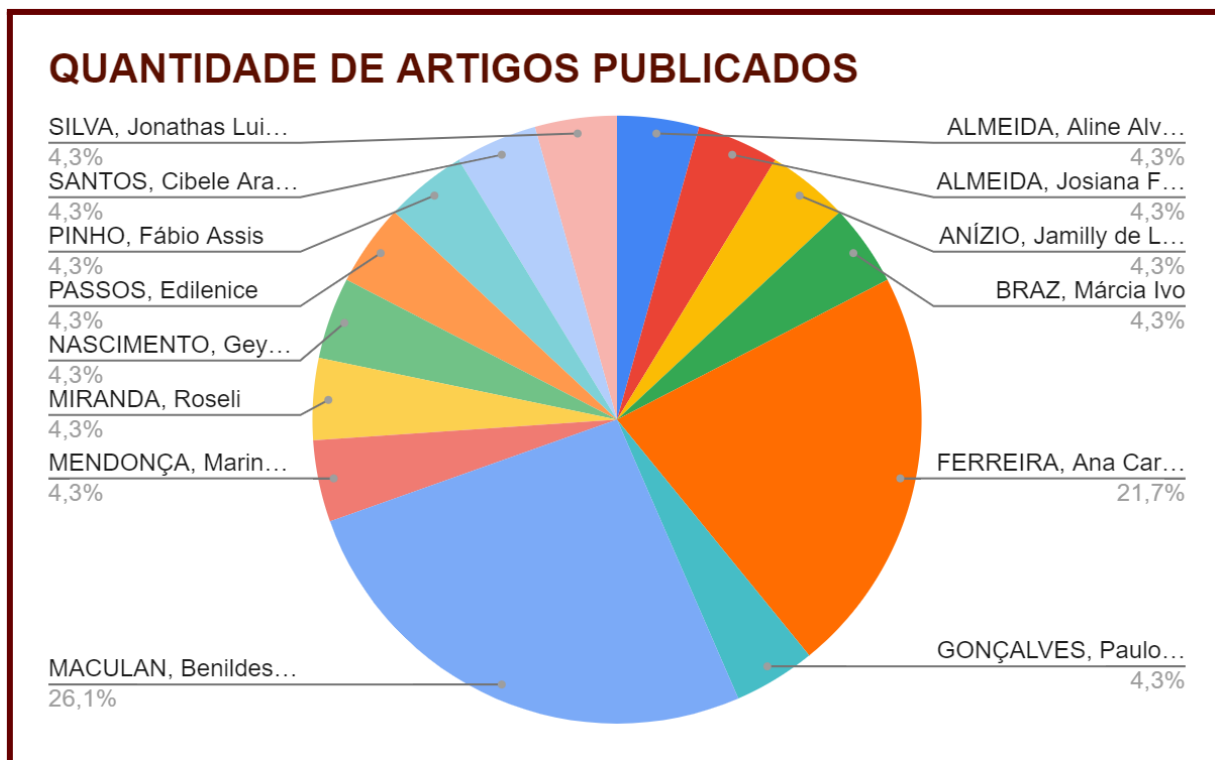
Fonte: A autora (2023).

Mediante os dados supramencionados, percebe-se que a autora com maior número de publicações é Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan (abarcando seis títulos diferentes), seguida por Ana Carolina Ferreira (autoria em 5 diferentes artigos), os demais nomes constaram apenas uma vez na relação, pois só tiveram

¹⁶ Refere-se à instituição na qual os(as) autores(as) estão ligados, geralmente são instituições de ensino e pesquisa.

um artigo selecionado de acordo com os critérios desta pesquisa de mestrado desenvolvida aqui. Vejamos a figura abaixo:

Gráfico 1 - Percentual de artigo publicado por autor(a)



Fonte: A autora (2023).

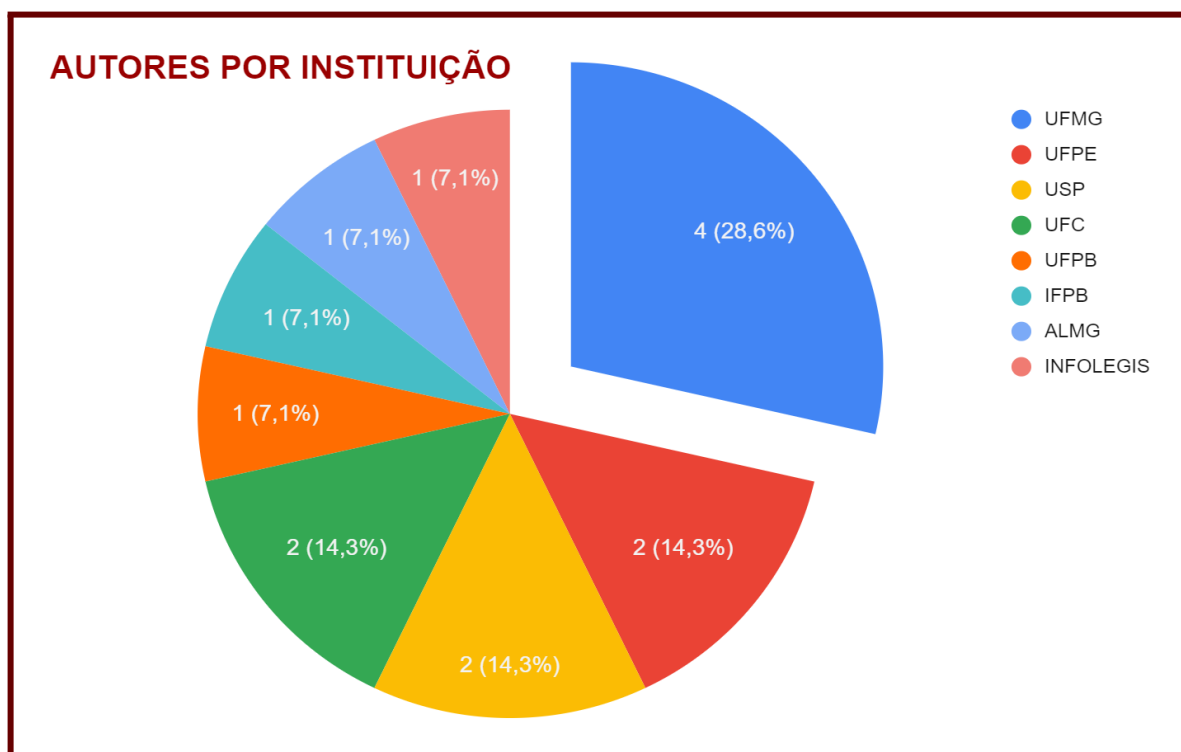
Nota-se, na figura acima (Gráfico 1), que a professora Benildes Maculan teve um percentual de 26,1% artigos publicados, já Ana Carolina Ferreira ficou com 21,7% e os demais nomes ficaram com 4,3% cada um deles. Todos esses dados levaram como base o escopo desta pesquisa (universo com doze artigos recuperados após buscas minuciosas nas bases de dados, conforme retratado ao longo desta dissertação).

Entretanto, insta ressaltar que os cinco artigos cuja autoria pertence a Ana Carolina Ferreira fazem parte de sua pesquisa de mestrado sob a orientação da professora Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan. Ou seja, as publicações fazem parte de uma pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPG-GOC/ECI/UFGM).

Com base nos resultados apresentados no Quadro 16 - Autores e data das publicações selecionadas, a instituição de ensino e pesquisa que mais se destacou

foi a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), estando presente por intermédio de quatro autoras diferentes. Após, aparecem a UFPE, a UFC e a USP, todas apresentando dois autores, embora tendo sido publicado apenas um artigo por cada instituição de ensino e pesquisa. A figura abaixo descreve melhor os percentuais por instituição:

Gráfico 2 - Instituição na qual o(a) autor(a) está vinculado(a)



Fonte: A autora (2023).

Assim, infere-se que a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) é a instituição que mais tem produzido conteúdo na área de Representação Temática, mais precisamente da análise de assunto que é uma das etapas da indexação, acerca da Informação Jurídica na Ciência da Informação.

A UFMG teve uma representação de 28,6% (quase vinte e nove por cento) das publicações na temática estudada. Em segundo lugar, ficaram a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a USP (Universidade de São Paulo), apresentando, cada uma delas isoladamente, 14,3% do valor total recuperado.

Após a análise dos dados acima descritos, nota-se que a UFMG lidera o ranking sendo a instituição com maior número de artigos publicados sobre o tema de

indexação da informação jurídica, fruto dos estudos realizados pela professora Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan, pois foi ela quem mais produziu e publicou trabalhos acerca da temática descrita. Somando-se também aos trabalhos de Ana Carolina Ferreira, que ficou em segundo lugar como a autora com maior número de artigos publicados, e que também está ligada à Universidade Federal de Minas Gerais.

Com base nos dados supracitados, percebe-se que apenas nas regiões nordeste e sudeste há uma maior concentração das publicações que versam sobre indexação da informação jurídica. Não obstante, não se pode esquecer que as buscas se limitaram às *strings* delimitadas neste trabalho, o que não impede que pesquisas futuras possam trazer novos dados. E, ainda, que também possam ser desenvolvidas pesquisas que consigam responder o porquê de apenas terem sido encontrados trabalhos desenvolvidos nessas duas regiões brasileiras. Além de não desconsiderar a situação de os artigos em inglês e em espanhol não terem atendido aos requisitos estipulados no protocolo do mapeamento sistemático aqui desenvolvido.

- **Categoria 3:** Detecção da distribuição temporal das publicações.
 - **Objetivo:** Identificar quando foi publicado o maior número de artigos e em qual período de lapso temporal determinado no protocolo de mapeamento.

No que tange às datas das publicações, nota-se que o ano com maior número de artigos publicados acerca da temática foi o ano de 2019, apresentando três publicações. Já os anos de 2012, 2017 e 2018, aparecem com duas publicações cada, enquanto que os demais anos (2013, 2015 e 2016) apresentaram apenas um artigo publicado cada. E no ano de 2014, não houve artigo selecionado. Conforme demonstrado no gráfico a seguir:

Gráfico 3 - Ano de publicação dos artigos

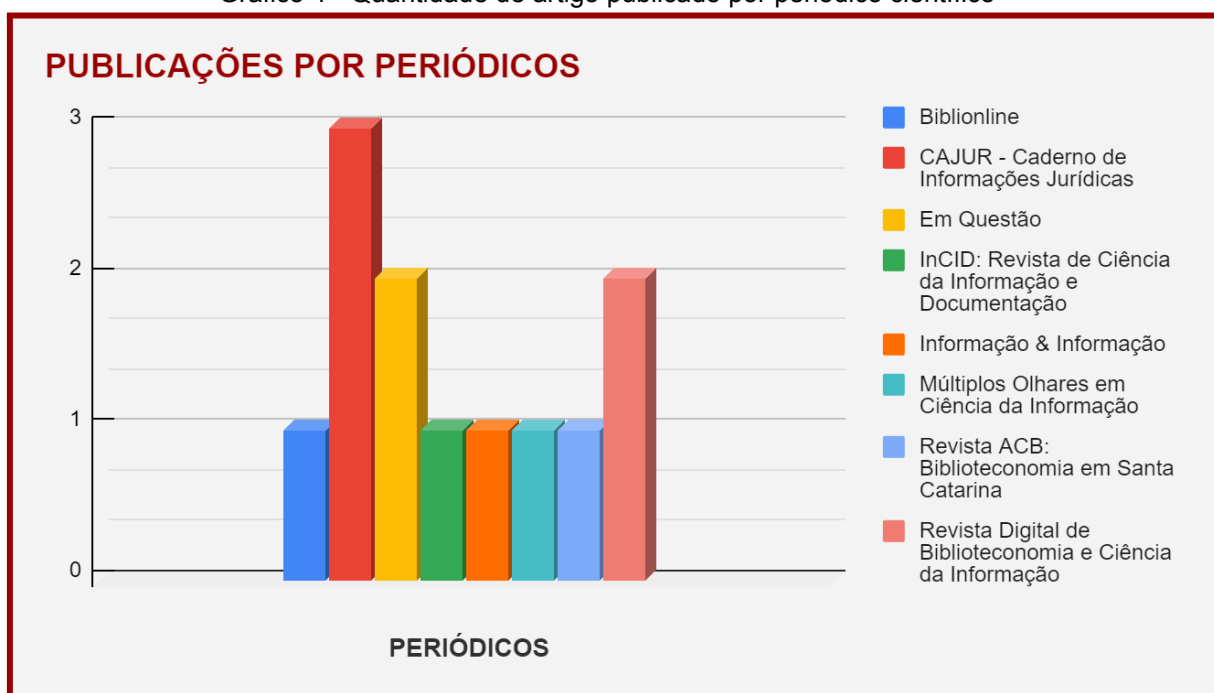


Fonte: A autora (2023).

Em termos estatísticos, no ano de 2019 foram publicados 25% (vinte e cinco por cento) de todos os artigos aqui selecionados. Já no ano de 2017, foram publicados 16,7% (quase dezessete por cento) do total geral analisado. Igualmente ocorreu nos anos de 2012 e 2018, pois também houve um percentual de 16,7% de artigos publicados. Nos demais anos, 2013, 2015 e 2016, têm-se apenas 8,3% (menos de nove por cento) para cada ano. Não houve artigos publicados, dentro do universo de investigação, no ano de 2014.

Embora não tenha sido destacado enquanto objetivo, também foi realizada a verificação de a quais periódicos científicos cada artigo estava vinculado, para saber em determinado ano ou autoria se havia algum tipo de predileção para publicação em um determinado periódico. O resultado pode ser contemplado na figura logo abaixo:

Gráfico 4 - Quantidade de artigo publicado por periódico científico



Fonte: A autora (2023).

Conforme pode ser observado, o periódico Cadernos de Informação Jurídica (CaJur) foi o que trouxe o maior número de artigos recuperados nas bases de dados, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) de todo o conjunto de publicações selecionadas de acordo com esta pesquisa. Enquanto que os periódicos Em Questão e Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação obtiveram, cada uma, 16,7%, do valor total. A soma dos demais periódicos representou os quase 42% (quarenta e dois por cento) restantes, ficando distribuído da seguinte maneira:

Quadro 17 - Quantidade de artigos por periódico

PERIÓDICO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
CaJur - Caderno de Informações Jurídicas	3	25%
Em Questão	2	16,7%
InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação	1	8,3%
Informação & Informação	1	8,3%
Múltiplos Olhares em Ciência da Informação	1	8,3%
Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	1	8,3%
Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação	2	16,7%

Fonte: A autora (2023).

Com base nos resultados obtidos a partir da análise das três categorias acima demonstradas, e, ainda, considerando as informações obtidas baseadas nos dados coletados, pode-se concluir que todos os artigos trouxeram a máxima de que há uma real e imperiosa necessidade de um olhar mais aprofundado por parte da classe do profissional da informação (incluindo também comunidade científica) acerca das latentes necessidades peculiares inerentes à informação jurídica. Foi unânime a opinião de que há uma grande escassez de trabalhos e discussões na área que ao menos tentem minimizar os ruídos ocasionados durante o processo de indexar por parte, decorrente, muitas vezes, da falta de *expertise* do bibliotecário.

Houve também, ao longo das buscas realizadas nas bases, a observância de um considerável número de publicações atinentes à temática, mas que não atendia ao requisito da tipologia documental determinada no protocolo do mapeamento aqui realizado. São exemplos desses textos os anais de eventos acadêmicos, textos publicados em blogs e em sites voltados à atuação do profissional da informação e áreas afins. Além disso, também estavam presentes artigos publicados em periódicos que não são voltados à área da Ciência da Informação, mas são destinados à área da Ciência da Computação, da Informática e da Ciência Jurídica.

No próximo capítulo, serão apresentadas as conclusões acerca de todo o mapeamento sistemático proposto nesta pesquisa e quais as suas possíveis contribuições à área acadêmica, sobretudo, no tocante à indexação da informação jurídica na Ciência da Informação.

6 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como proposta inicial a verificação de como a Ciência da Informação tem produzido e disseminado conhecimento científico acerca da indexação da informação jurídica. A partir de então, foi determinada, enquanto objetivo geral, a análise da produção científica acerca do tema proposto, possibilitando a identificação de um panorama dessas publicações nos últimos vinte anos (de 2002 a 2022).

Para tanto, foram definidos os objetivos específicos com vistas a viabilizar a execução da pesquisa a partir da seleção e análise dos dados das publicações científicas recuperadas nas bases BRAPCI, LISTA, Redalyc, SciELO, Scopus e Portal de Periódicos CAPES. Bem como, identificou-se também quais os tipos de pesquisas possuem maior quantidade de artigos publicados na área, detectando quais os autores mais produtivos e a quais instituições de pesquisa estão ligados, quais as problemáticas mais abordadas, quais os tipos de procedimentos e como a temática estava sendo trabalhada nessas publicações.

Acredita-se que o objetivo geral da pesquisa em tela, o de fazer uma análise da produção científica sobre o tema indexação da informação jurídica na área de Ciência da Informação (CI), a partir da elaboração de um mapeamento sistemático da literatura e da identificação de um panorama das publicações em CI acerca da indexação da informação jurídica, tenha sido alcançado. Foi redigida fundamentação teórica sobre indexação e informação jurídica, a respeito de aspectos do tratamento e da representação da informação, na área jurídica.

Quanto ao método escolhido, foi utilizada a técnica de Mapeamento Sistemático de Literatura por adequar-se perfeitamente bem ao propósito da pesquisa, pois tornou possível o saneamento das questões levantadas, uma vez que não havia necessidade de soluções ou respostas às questões mais complexas, com maior profundidade, apenas pretendeu-se ter uma visão mais ampla, genérica, do tema aqui proposto. Esse método demonstrou que há uma notória escassez de produção científica abordando a temática, fator que reflete, de maneira negativa, diretamente nas práticas bibliotecárias, pois torna mais dificultosa a indexação no

domínio da área do Direito, já que o profissional da informação, não obstante, dispõe, por vezes, de um conhecimento mínimo necessário à compreensão do universo da Representação Temática no domínio da informação jurídica.

Sendo assim, o Mapeamento Sistemático apresentado neste estudo traz elementos suficientemente necessários para que se possa chegar à resposta do problema desta pesquisa, explicitado no capítulo de introdução, indagando a seguinte questão: “Como a Ciência da Informação tem produzido e disseminado conhecimento científico sobre a temática indexação da informação jurídica?”. Objetivando a análise da produção científica acerca do tema indexação da informação jurídica na área de Ciência da Informação e a identificação de um panorama dessas publicações.

Por conseguinte, em relação às contribuições que os artigos analisados trazem para a tarefa de indexar do bibliotecário jurídico, é possível perceber que há esforços no sentido de desenvolvimento de políticas com vistas à padronização ou, ao menos, focadas na diminuição das ambiguidades e subjetividades às quais o indexador está exposto no momento do desempenho de suas funções inerentes a sua atuação profissional. Assim, notam-se os esforços dos autores em desenvolver instrumentos facilitadores que possibilitem mais homogeneidade na indexação da informação jurídica, seja ela em formato de doutrina, acórdão, legislação ou jurisprudência.

Entretanto, há pouca produção intelectual na área da C.I. e da Biblioteconomia acerca da temática, o que torna mais dificultosa a indexação no domínio da área do Direito, já que o profissional da informação, não obstante, dispõe, por vezes, de conhecimento mínimo necessário à compreensão do universo da Representação Temática no domínio da informação jurídica. Tais fatores refletem de maneira negativa na recuperação da informação no momento da busca.

Nota-se que os artigos selecionados também podem ser divididos quanto ao tipo de contribuição proposta por eles, sobre qual seria o enriquecimento basilar de cada uma dessas publicações para a área da Ciência da Informação, pois, de maneira geral, podem ser delimitados em três classes:

- a. estudos que avaliam e/ou comparam um serviço de indexação desenvolvido em determinadas instituições especializadas no domínio da informação jurídica (BRAZ; PINHO, 2013; ANÍSIO; NASCIMENTO, 2012; MENDONÇA; SILVA, 2012; PASSOS, 2015);
- b. estudos que propõem determinados modelos de leitura técnica que forneçam subsídios ao desenvolvimento de uma política de indexação que otimize esse serviço (FERREIRA; MACULAN, 2016, 2018, 2019; ALMEIDA; MACULAN, 2019); e,
- c. estudos teóricos que fundamentam a imperiosa importância de um bom serviço de indexação da informação jurídica no momento da recuperação dos documentos (FERREIRA; MACULAN, 2017; FERREIRA; MACULAN; ALMEIDA, 2017; GONÇALVES, 2019; MIRANDA; SANTOS, 2018).

Independentemente das divisões acima demonstradas, todos os artigos trouxeram a máxima de que há uma real e imperiosa necessidade de um olhar mais aprofundado por parte da classe do profissional da informação (incluindo também comunidade científica) acerca das latentes necessidades peculiares inerentes à informação jurídica. Foi unânime a opinião de que há uma grande escassez de trabalhos e discussões na área que ao menos tentem minimizar os ruídos ocasionados durante o processo de indexar por parte, decorrente, muitas vezes, da falta de *expertise* do bibliotecário.

Então, a partir das observações e dos resultados supracitados, resta nítida a escassez de publicações científicas, dentro do limite temporal de 2002 a 2022, que contemplem a indexação no domínio jurídico na área da Ciência da Informação. Conclui-se também que a maior parte dos artigos selecionados para análise, trazem estudos que avaliam, embora, também façam, muitas vezes, um estudo comparativo, o serviço de indexação já instalado em determinada instituição.

Houve também, ao longo das buscas realizadas nas bases, a observância de um considerável número de publicações atinentes à temática, mas que não atendia ao requisito da tipologia documental determinada no protocolo do mapeamento aqui realizado. São exemplos desses textos os anais de eventos acadêmicos, textos publicados em blogs e em sites voltados à atuação do profissional da informação e

áreas afins. Além disso, também estavam presentes artigos publicados em periódicos que não são voltados à área da Ciência da Informação, mas são destinados à área da Ciência da Computação, da Informática e da Ciência Jurídica.

Não obstante, percebe-se que há esforços por parte dos autores em desenvolver ou aprimorar instrumentos facilitadores que possibilitem ao usuário uma recuperação cada vez mais eficiente no momento da busca da informação, seja ela em formato de doutrina, acórdão, legislação ou jurisprudência.

Portanto, baseado nos dados mostrados nesta pesquisa, sugere-se que as bibliotecas e centros de informação (que trabalham com indexação no domínio jurídico) promovam o fortalecimento do diálogo e a interdisciplinaridade entre a Biblioteconomia, a Ciência da Informação e o Direito, na busca do aperfeiçoamento de práticas profissionais que impactarão de maneira positiva a experiência e a satisfação do usuário ao utilizar os serviços de recuperação da informação.

Ademais, a promoção de treinamentos, criação de grupos de pesquisa, encontros, cursos, eventos profissionais e acadêmicos, dentre outros; com vistas à discussão da temática, acarretando, conseqüentemente, no estímulo da produção científica na área, só traria benefícios, pois, das situações citadas, a produção científica aumentaria e, proporcionalmente, também seria disponibilizado um serviço mais eficiente a toda comunidade atendida por essas bibliotecas e centros de informação.

Em pesquisas futuras, seria interessante o desenvolvimento de uma revisão sistemática de literatura sobre o tema, a fim de que possa haver maiores esclarecimentos acerca da pergunta norteadora da pesquisa, pois, a revisão sistemática traria a profundidade ao estudo que o mapeamento sistemático não pode oferecer devido a suas características metodológicas.

Outra sugestão para pesquisa futura, a partir da pesquisa que aqui foi realizada, com vistas a uma resolução mais assertiva do problema proposto, seria um estudo de caso múltiplo ou uma pesquisa descritiva com resultados qualiquantitativos, tendo como objeto de estudo um grupo de profissionais indexadores especialistas na área das Ciências Jurídicas, a fim de se analisar como

eles desenvolvem na prática profissional cotidiana o processo de indexação da informação jurídica, quais os parâmetros e mecanismos utilizados.

REFERÊNCIAS

- ALBRECHTSEN, H.; HJORLAND, B. Information seeking and knowledge organization: the presentation of a new book. **Knowledge Organization**, [s.l.], v. 24, n. 3, p. 136-144, 1997. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/275028453_Information_Seeking_and_Knowledge_Organisation_The_Presentation_of_a_New_Book. Acesso em: 21 jul. 2022.
- ALMEIDA, A. A. de; MACULAN, B. C. M. dos S. Análise de assunto na catalogação das fontes de informação jurídica: proposta de elaboração de um modelo de leitura técnica para documentos legislativos. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 1-5, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/19106>. Acesso em: 5 nov. 2022.
- ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- ANÍZIO, J. L. A.; NASCIMENTO, G. F. C. L. Avaliação do processo de indexação na biblioteca da assessoria jurídica do banco do brasil. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. esp., p. 122-133, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/14196>. Acesso em: 26 ago. 2022.
- ARBOIT, A. E.; BUFREM, L. S. The production of scientific research in national events in the field of information science. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 207-217, 2011.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676**: métodos para análise de documentos – determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992. 4 p.
- ATIENZA, C. A. **Técnicas de indexação de pronunciamentos judiciais**. São Paulo: [s.n.], 1981.
- BANDIN, M. A. S. **Indexação automática por atribuição de artigos científicos da área de Ciência da Informação**. Recife: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação/UFPE, 2017. Dissertação.
- BARITÉ, M.; GUIMARÃES, J. A. C. **Guía metodológica para el acceso, el análisis y la organización temática de documentos jurídicos**. Montevideo: Universidad de la República, Comisión Central de Educación Permanente, 1999. 159 p.
- BASE DE DADOS REFERENCIAL DE ARTIGOS DE PERIÓDICOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Histórico da BRAPCI**. Base de dados. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/about>. Acesso em: 18 jan. 2023.

BETIOLI, A. B. **Introdução ao direito**: lições de propedêutica jurídica tridimensional. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 456 p.

BORKO, H.; BERNIER, C. L. **Indexing concepts and methods**. New York: Academic Press, 1978.

BRASCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: LARA, M. L. G. de; SMIT, J. W. (org.). **Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes/USP, 2010. p. 87-103.

BRASIL, M. I. *et al.* Vocabulário sistematizado: a experiência da Fundação Casa de Rui Barbosa. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1., 2002, São Paulo. **Anais...** São Paulo, SP: Imprensa Oficial, 2002. p.81-93.

BRAZ, M. I. **Dispositivos de memória para informação jurídica**: análise de procedimentos de indexação. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10448>. Acesso em: 25 set. 2022.

BRAZ, M. I.; PINHO, F. A. Dispositivos de memória para informação jurídica: análise de procedimentos de indexação. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 87-106, jan./jun. 2013. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v4i1p87-106. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/59103>. Acesso em: 5 nov. 2022.

BUDGEN, D. *et al.* Using mapping studies in software engineering. **Researchgate**, [s. l.], 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net.2285>. Acesso em: 16 jul. 2022.

BUFREM, L. S. *et al.* Modelizando práticas para a socialização de informações: a construção de saberes no ensino superior. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 22-41, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23631/19095>. Acesso em: 12 jan. 2023.

CAFÉ, L. M. A ; SALES, R. de. Organização da informação: conceitos básicos e breve fundamentação teórica. In: ROBREDO, J.; BRASCHER, M. (org.). **Passeios pelo bosque da informação**: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento. Brasília: IBICT, 2010. p. 115-129.

CAFFO, R. **Analisi e indicizzazione dei documenti**. Milão: Ed. Bibliografica, 1988.

CAMPESTRINI, H. **Como redigir ementas**. São Paulo: Saraiva, 1994.

CAMPOS, A. T. A indexação. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 15, n. 1, p. 69-72, jan./jun. 1987.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-99362007000100012>. Acesso em: 23 abr. 2022.

CARVALHO, J. F. **Função social do direito**. 2016. Disponível em: https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=16570. Acesso em: 26 set. 2022.

CAVALCANTI, C. R. **Indexação e tesauro: metodologia e técnicas**. Brasília: Associação de Bibliotecários do Distrito Federal, 1978. 89 p.

CELERINO, V. G. **Proposta de normalização dos sintagmas nominais em termos para indexação automática**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/29996>. Acesso em: 12 mar. 2022.

CESARINO, M. A. da N. Sistemas de recuperação da informação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 157-168, set. 1985.

CINTRA, A. M. *et al.* **Para entender as linguagens documentárias**. 2 ed. São Paulo, SP: Polis, 2002. 92 p. (Coleção Palavra-Chave, 4).

CUNHA, I. M. R. F. Contribuição para a formulação de um quadro conceitual em análise documental. *In*: Cunha, I. M. R. F. **Análise documental: considerações teóricas e experimentações**. São Paulo: FEBAB, 1989. p. 15-30.

DERMEVAL, D.; COELHO, J. A. P. M.; BITTENCOURT, I. Mapeamento sistemático e revisão sistemática da literatura em informática na educação. *In*: JAKES, P. A.; SIQUEIRA, S.; BITTENCOURT, I.; PIMENTEL, M. (org.) **Metodologia de pesquisa científica em informática na educação: abordagem quantitativa**. Porto Alegre: SBC, 2020. Cap. 03. Disponível em: https://metodologia.ceie-br.org/wp-content/uploads/2019/11/livro2_cap3.pdf. Acesso em: 17 jul. 2022.

DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L. **Análise de assunto: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2007. (Estudos Avançados em Ciência da Informação, 3).

FARMER, L. Library, Information Science & Technology Abstracts: LISTA, **Reference Reviews**, [s. l.], v. 22, n. 5, p. 10, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/09504120810885054>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FERREIRA, A. C. **Análise de assunto da informação jurídica: proposta de um modelo de leitura técnica de acórdãos no contexto do controle externo**. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão e Organização do Conhecimento) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

FERREIRA, A. C.; MACULAN, B. C. M. dos S. Análise de assunto de acórdãos jurisprudenciais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 86-116, jan./abr. 2018. DOI: 10.19132/1808-5245241.86-116. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/71902>. Acesso em: 7 nov. 2022.

FERREIRA, A. C.; MACULAN, B. C. M. dos S. Indexação de acórdãos no contexto dos tribunais de contas: estudos preliminares para a elaboração de um modelo de leitura técnica. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 511–531, maio/ago. 2017. DOI: 10.5433/1981-920.2017v22n2p511. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/30916>. Acesso em: 5 nov. 2022.

FERREIRA, A. C.; MACULAN, B. C. M. dos S. Metodologia para a análise de assunto de acórdãos no contexto do controle externo: proposta de um modelo de leitura técnica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 99-131, set./dez. 2019. DOI: 10.19132/1808-5245253.99-131. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/84881>. Acesso em: 22 nov. 2022.

FERREIRA, A. C.; MACULAN, B. C. M. D. S. Organização da informação jurídica: proposta de modelo de leitura técnica de acórdãos no contexto do controle externo. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 468-486, ago./nov. 2016. DOI: 10.19132/1808-5245253.99-131. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1185/pdf>. Acesso em: 05 nov. 2022.

FERREIRA, A. C.; MACULAN, B. C. M. dos S. Panorama sobre as fontes de informação jurídicas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 279-303, set. 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1106/1090>. Acesso em: 06 abr. 2022.

FERREIRA, A. C.; MACULAN, B. C. M. dos S.; ALMEIDA, J. F. V. R. de. Fundamentos teóricos da representação temática da informação jurídica. **CaJur: Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, v. 4, n.1, p. 5-25, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/129/120>. Acesso em 19 nov. 2022.

FIGUEIREDO, N. M. de. **Paradigmas modernos da ciência da informação**. São Paulo: Polis: ABP, 1999. p. 85- 114. (Coleção Palavra Chave, 10).

FIUZA, M. M. O ensino de catalogação de assunto. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 257 - 269, 1985.

FOSKETT, A. C. **A abordagem temática da informação**. São Paulo: Polígono; Brasília: Ed. UnB, 1973.

FUJITA, M. S. L. A leitura documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-contexto. **DataGramaZero**, v. 5, n. 4, ago. 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GONÇALVES, P. C. A (des)construção dos dogmas da indexação: uma análise sob a ótica da informação jurídica. **CaJur: Cadernos de Informação Jurídica**, Brasília, v.

6, n. 1, p. 260-274, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/235>. Acesso em: 05 nov. 2022.

GONZALEZ, E. T. Q. **A Teoria Tridimensional do Direito de Miguel Reale e o Novo Código Civil brasileiro**. Unimep, 2006. Disponível em: <https://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/4mostra/pdfs/145.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2022.

GUIMARÃES, J. A. C. **Análise documentária em jurisprudência**: subsídios para uma metodologia de indexação de acórdãos trabalhistas brasileiros. 1994. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

GUIMARÃES, J. A. C. **Elaboração de ementas jurisprudenciais**: elementos teórico-metodológicos. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 2004. (Monografias do CEJ, 9).

GUINCHAT, C.; MENOU, M. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. corr. aum. Brasília: IBICT, 1994.

JESUS, A. F. de. **Recomendações teórico-metodológicas para a publicação de dados bibliográficos abertos e conectados**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14228>. Acesso em: 10 jun. 2022.

JESUS, J. B. M. de. Tesauro: um instrumento de representação do conhecimento em sistemas de recuperação da informação. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 12., 2002, Recife. **Anais...** Rio de Janeiro: UFF, 2002. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/481>. Acesso em: 29 jun. 2022.

KELLY, D.; SUGIMOTO, C.R. A systematic review of interactive information retrieval evaluation studies, 1967-2006. **Journal of The American Society for Information Science and Technology**, [s. l.], v. 64, n. 4, p. 745 - 770, 2013.

KITCHENHAM, B. **Procedures for performing systematic reviews**. Keele: Keele University/Department of Computer Science, 2004. 33 p. (Keele University Technical Report TR/SE-0401). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228756057_Procedures_for_Performing_Systematic_Reviews. Acesso em: 20 jul. 2021.

KITCHENHAM, B.; CHARTERS, S. **Guidelines for performing systematic literature reviews in software engineering**. Version 2.3. Keele: Keele University/School of Computer Science and Mathematics/Software Engineering Group, 2007. 65 p. (EBSE Technical Report. EBSE-2007-01). Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu>. Acesso em 20 jul. 2021.

KLOCK, A. C. T. Mapeamentos e revisões sistemáticos da Literatura: um guia teórico e prático. **Cadernos de Informática**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 01–09, 2018. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/cadernosdeinformatica/article/view/v10n1201801-09>. Acesso em: 21 jul. 2022.

KOBASHI, N. Y.; FERNANDES, J. C. Pragmática linguística e organização da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Ancib, 2009. v. 1.

LARA, M. L. G. de. Diferenças conceituais sobre termos e definições e implicações na organização da linguagem documentária. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 91-96, maio/ago. 2004.

LARA, M. L. G. de. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 231-240, set./dez. 2004.

LAWRENCE, A. Electronic documents in a print world: grey literature and the internet. **Media International Australia**, [s. l.], n.143, p.122-131, 2012.

MAI, J. E. The role of domains, documents, and decisions in indexing. **Advances in Knowledge Organization**, Washington, v. 9, p. 207-213, 2004. Disponível em: http://jenserikmai.info/Papers/2005_AnalysisInIndexing.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARQUES JÚNIOR, A. M. Fontes de informação jurídico-legislativas. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 163-174, jul./dez. 1997.

MARTINEZ, M. L. C.; GUIMARÃES, J. A. C. Organização temática da doutrina jurídica: elementos metodológicos para uma proposta de extensão da classificação decimal de direito. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 18, n. 1, p. 67-77, jan./abr. 2008.

MENDES, R. R. Conhecimentos básicos sobre o bibliotecário jurídico: ferramentas e fontes da informação. **Repositório Institucional**, Rio Grande, p. 1-19, nov. 2010. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/5952>. Acesso em: 10 jul. 2022.

MENDONÇA, F. de. **A informação cinematográfica e seus instrumentos de recuperação**: a elaboração de um tesouro em cinema. Recife, 2007. 103 f.

MENDONÇA, F. de; CARVALHO, M. A. de. A informação cinematográfica e seus instrumentos de recuperação: a elaboração de um tesouro em cinema. **Biblionline**, João Pessoa, v. 3, n. 1, [p. 1- 14], 2007. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/viewFile/1492/1153>. Acesso em: 13 jul. 2022.

MENDONÇA, M. A. de; SILVA, J. C. Indexação compartilhada de artigos: ICAP e periódicos jurídicos: o caso da revista Nomos da UFC. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 155–163, jul./dez 2012. DOI: 10.20396/rdbci.v10i1.1902. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1902>. Acesso em: 7 nov. 2022.

MIRANDA, A. C. C. A política de desenvolvimento de coleções no âmbito da informação jurídica. In: PASSOS, E. (org.). **Informação jurídica: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 137-152.

MIRANDA, R.; SANTOS, C. A. C. M. dos. Documentação jurídica: interfaces da leitura documentária, linguagem e análise de discurso no tratamento da informação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 299–316, set./dez. 2018. DOI:10.20396/rdbci.v16i3.8650313. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8650313>. Acesso em: 20 nov. 2022.

MOHER, D.; STEWART, L.; SHEKELLE, P. All in the family: systematic reviews, rapid reviews, scoping reviews, realist reviews, and more **Systematic Reviews**, v. 4, n. 183, 2015. DOI: 10.1186/s13643-015-0163-7. Acesso em: 12 jul. 2022.

MONTORO, F. Fontes do Direito em suas modalidades fundamentais. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, n. 33, p. 55-80, jan./jun. 1972.

MOOERS, C. N. Zatocoding applied to mechanical organization of knowledge. **American Documentation**, v. 2, n. 1, p. 20-32, 1951.

MOURA, M. A. Leitor-bibliotecário: interpretação, memória e as contradições da intersubjetividade em processos de representação informacional. In: NAVES, M. M. L.; KURAMOTO, H. (org.). **Organização da informação: princípios e tendências**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. p. 22-35.

MOURÃO, L. A.; MASTRO, B. T. **Manual de implantação: serviço de documentação jurídica**. 2. ed. São Paulo: Cepam, 1989.

NADER, P. **Introdução ao estudo do Direito**. 34. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2012. 422 p.

NASCIMENTO, G. D. do. **Dos sintagmas nominais aos descritores documentais: estudo de caso na indexação de teses e dissertações da área de Direito**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16942>. Acesso em: 25 set. 2022.

NAVES, M. M. L.; KURAMOTO, H. **Organização da informação: princípios e tendências**. Brasília (DF): Briquet de Lemos, 2006. 142 p.

NEET, H. E. **L'analyse documentaire: notes et documentation destinées aux étudiants de l'École de Bibliothécaires**. Genève: Institut d'Études Sociales. École de Bibliothécaires, 1989.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

PASSOS, E. Bases de dados de legislação federal: análise comparativa do serviço de indexação. **CaJur**: Cadernos de Informação Jurídica, Brasília, v. 2, n. 1, p. 48–81, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www.cajur.com.br/index.php/cajur/article/view/41>. Acesso em: 21 nov. 2022.

PASSOS, E. J. L.; BARROS, L. V. **Fontes de informação para pesquisa em Direito**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

PASSOS, E. J. L. O controle da informação jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 363-368, set./dez. 1994. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1158/803>. Acesso em: 10 jun. 2022.

PEJSOVA, P.; VASKA, M. **An analysis of current grey literature document typology**. Prague: GreyNet, 2011. (GL Conference Series).

PEREIRA, A. A. C. Representação documentária de informação legislativa. In: PASSOS, E. (org.). **Informação jurídica**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 153-172.

PERILLO, A. C. **Fontes de informação jurídica**: avaliação do portal da Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br>. Acesso em: 10 jul. 2022.

PEREZ, R. R. **El análisis documental**: bases terminológicas, conceptualización y estructura operativa. Granada: Ed. Universidad de Granada, 1992.

PERILLO, A. C.; GARBELINI, M. F. Avaliação de fontes de informação jurídica na internet. **Anais do CBB**, 2013. Disponível em: <http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1386>. Acesso em: 13 jun. 2022.

PETERSEN, K. *et al.* Systematic mapping studies in software engineering. **ResearchGate**, jun. 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228350426>. Acesso em: 12 jun. 2021.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 276 p. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2022.

PROENÇA JÚNIOR, D.; SILVA, D. R. Contexto e processo do mapeamento sistemático da literatura no trajeto da pós-graduação no Brasil. **Transinformação**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 233-240, 2016. DOI: 10.1590/2318-08892016000200009. Acesso em: 14 jul. 2022.

RAMIRES, A. Q. **Estratégias de leitura no ensino fundamental para a formação de leitores profissionais em indexação**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência

da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2022.

RANDOLPH, J. A guide to writing the dissertation literature review. **Practical Assessment Research, and Evaluation**, [s. l.], v. 14, n. 13, 2009. Disponível em: <https://scholarworks.umass.edu/pare/vol14/iss1/13>. Acesso em: 17 jul. 2022.

REALE, M. **Lições preliminares de direito**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

REDIGOLO, F. M. O processo de análise de assunto na catalogação em bibliotecas universitárias para proposta de normalização: estudo de observação com protocolo verbal. **Brazilian Journal of Information Science**, [s. l.], v. 8, n. 1/2, p. A06, 2014.

REIS, D. M. A. dos. **A leitura documentária de bibliotecários jurídicos**: um estudo realizado a partir de aspectos da semiose e teoria da inferência observados na estrutura textual de doutrina. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019.

RIVIER, A. Construção de linguagens de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 56-99, jan. / jun. 1992.

ROMANI, C.; BORSZCZ, I. (org.). **Unidades de informação**: conceitos e competências. Florianópolis: ed. UFSC, 2006.

ROSETTO, M. *et al.* **Desenvolvimento de base de dados para gerenciamento do vocabulário controlado USP elaborado pelo Sibi/USP**. São Paulo: Sibi/USP, 2002. 15 p. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4092>. Acesso em: 11 jun. 2022.

RUBI, M. P. **Política de indexação para construção de catálogos coletivos em bibliotecas universitárias**. 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

SALES, R. Suportes teóricos para pensar em linguagens documentárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 95-114, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://server01.bc.unicamp.br/seer/ojs/include/getdoc.php?id=466&article=111&mode=pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

SÁNCHEZ LUNA, B. E. Catalogación por materia. *In*: FIGUEROA ALCÁNTARA, H. A.; RAMÍREZ VELÁZQUEZ, C. A. **Organización bibliográfica y documental**. México D. F.: CUIB-UNAM, 2004. p. 83-103.

SARACEVIC, T.. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <<http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/viewFile/235/22>>. Acesso em: 26 abr. 2022.

SAUPERL, A. **Subject determination during the catalog process**. Lanham: Scarecrow, 2002.

SILVA, A. G. **Leitura documentária das fontes de informação jurídica**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, M. R.; FUJITA, M. S. L. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 133- 161, maio/ago. 2004.

SILVA, S. R. de B. **Sistemas de indexação automática por atribuição: uma análise comparativa**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/37626>. Acesso em: 4 set. 2022.

SHAKESPEARE, W. **The tragedy of Macbeth**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2016. p. 41.

SMIT, J.; BARRETO A. A. Ciência da informação: base conceitual para a formação do profissional. In: VALENTIM, M. L. P. (org.) **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. p. 9-23.

SMIT, J. W.; KOBASHI, N. Y. **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 2003. 55 p. (Projeto Como Fazer, 10).

SOUZA, B. P. de; FUJITA, M. S. L. Análise de assunto no processo de indexação: um percurso entre teoria e norma. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.24, n.1, p. 19-34, jan./abr. 2014.

TÁLAMO, M. de F. G. M. **Linguagem documentária**. São Paulo: APB, 1997. (Ensaio APB, 45). 12 p.

TARGINO, M. das G. A interdisciplinaridade da Ciência da Informação como área de pesquisa. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 5, n. 1, p.12-17, jan./dez. 1995. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/12/pdf_4e5a4cbdb9_0013906.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

TOLARE, J. B.; FUJITA, M. S. L. A utilização de linguagens de indexação por bibliotecas universitárias: mapeamento sistemático. **Scire**, [s. l.], v. 28, n. 1, jan. - jun./ 2022, p. 45-54. DOI: 10.54886/scire.v28i1.4834 . Acesso em: 18 jul. 2022.

UNISIST. Princípios de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 83-94, mar. 1981.